



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Tian Xintong

AS MOTIVAÇÕES DA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO DA CHINA EM ANGOLA
O PAPEL DE MACAU

Dissertação no âmbito de Relações Internacionais – Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento – orientada pela Professora Doutora Carmen Isabel Oliveira Amado Mendes e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Junho de 2019



Dedicado a Lynn

Vejo o universo dos teus olhos

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha orientadora e amiga Professora Carmen Amado Mendes, pela sua paciência, persistência e encorajamento ao longo de todo o período da redação da dissertação. O apoio dela foi não só académico como também um apoio sobre a vida. Ao longo destes dois anos, a Professora Carmen providenciou-me oportunidades de estágio e apresentou-me aos seus amigos para garantir que eu não me sentiria tão sozinho. Sem ela, não conseguiria acabar este trabalho de investigação.

Agradeço profundamente à Fundação de Macau, cuja bolsa “Estudo de Macau” financiou e permitiu a realização da presente dissertação. Sem o vosso apoio incondicional ser-me-ia impossível levar a cabo esta investigação que tanto me ajudou a perceber a importância de Macau, as suas relações históricas com Portugal e o seu papel fundamental de ligação entre a China Continental e os Países de Língua Portuguesa. Para vós, o mais sincero agradecimento.

Um grande agradecimento à minha amiga Carla Melo que releu toda a dissertação por, pelo menos, três vezes para corrigir as gralhas da língua portuguesa. Foi um trabalho pesado que mais ninguém poderia ter feito, se não fosse ela. Vou lembrar para sempre todas as noites que passámos juntos a trabalhar e desejo-te tudo de bom em Pequim.

Um grande agradecimento à grande amiga Jéssica Abrantes que fala pouco mas faz

muito. Graças a ela, tive um lugar para ir quando me sentia sozinho, e uma amiga com quem posso falar sempre que tiver novidades para partilhar.

Os meus agradecimentos cordiais aos meus pais que trabalham na China para apoiar o meu estudo no estrangeiro. Desde a juventude, eles têm tentado não intervir na minha vida e nas minhas decisões, para que eu possa crescer e me tornar num homem independente. Mas eu sei que, quando preciso, eles vão aparecer e ajudar-me incondicionalmente.

O meu agradecimento especial ao Hanlin. Todas as vezes que quis abandonar tudo, pensei em ti ou falei contigo, e ganhei ânimo de novo. Desde que nos conhecemos, há cinco anos, sempre me trouxeste uma imensa alegria. Sinto-me seguro e feliz por te ter ao meu lado.

Resumo

Este trabalho pretende investigar as motivações subjacentes à cooperação para o desenvolvimento (CpD) da China com Angola. O primeiro contacto entre a China e Angola teve lugar na década de 50 do século passado quando o povo angolano estava a lutar pela independência nacional. Durante o seguinte meio século, a China envolveu-se na guerra anticolonial e na guerra civil de Angola e estabeleceu relações diplomáticas com Angola em 1983, mas, no geral, teve pouca influência neste país da África Austral.

No entanto, esta situação alterou-se em sequência do fim da guerra civil angolana em 2002. Neste ano, a reconstrução nacional foi colocada no topo da agenda de Angola e a China começou a consolidar a sua presença lá através do desenvolvimento de projetos de CpD. As relações de cooperação atraíram atenções globais, não só porque Pequim investiu uma grande quantidade de dinheiro para financiar a construção de infraestruturas angolanas, mas também porque foram detetadas algumas particularidades na forma de desenvolvimento dos projetos de CpD, como a não-condicionalidade, a reciprocidade e a ligação com o petróleo. Por isso, a cooperação para o desenvolvimento da China com Angola tornou-se contestável, o que merece, na minha opinião, uma análise mais profunda.

Esta investigação pretende situar a análise da política chinesa de hoje nos pensamentos tradicionais chineses e ideologia comunista, com o objetivo de explicar as

particularidades que se apresentam nas suas práticas de CpD. Adicionalmente, visa clarificar as motivações política e económica subjacentes à relação de cooperação sino-angolana. Tendo em consideração o *guanxi* especial de Macau com a China e com a Angola, bem como a presença de uma organização, o Fórum de Macau, o papel de Macau para a relação de China-Angola também será abordado nesta análise.

Palavras-chave: China, Angola, Macau, Cooperação, Motivação

Abstract

The first contact between China and Angola took place in the 1950s when Angolan people were fighting for their national independence. Over the next half century, China was involved in Angola's anti-colonial and civil wars and established diplomatic relations with Angola in 1983. However, it had little influence in this southern-African country until 2002.

The situation changed at the end of the Angolan civil war in 2002. This year, the national reconstruction was put at the top place in Angola's agenda, and China began to consolidate its presence there through foreign aid. The cooperation attracted global attention, not only because Beijing invested a large amount of money to finance the construction of infrastructure in Angola, but also because China's aid showed some unique features such as non-conditionality, reciprocity and bonding with petroleum. Therefore, the developmental cooperation between the two nations has become contentious and, hence, deserves further analyses.

This research analyses the current Chinese politics from the perspectives of traditional Chinese thoughts and communist ideology, with the purpose of explaining the uniqueness displayed in its practices of aid. In addition, it aims to clarify the political and economic motivations behind the Sino-Angolan cooperation. Considering Macau's special position to China and Angola, especially the presence of an organization—

Macau Forum, its role in the China-Angola relationship will also be analyzed in this study.

Key-words: China, Angola, Macau, Cooperation, Motivation

Índice de Figuras

Figura 1: A evolução do conceito do “desenvolvimento”

Figura 2: *Taiji e yinyang*

Figura 3: Mapa da China ameaçada

Figura 4. Lógica de causa-efeito das clássicas teorias das RI

Figura 5: Mapa da Rota da Seda

Figura 6: A estratégia externa e as relações internacionais da China

Figura 7: Setores prioritários no PRR e o orçamento para cada setor

Figura 8: APD para Angola (1990 – 2002)

Figura 9: APD dos EUA para Angola (1976 – 2005)

Figura 10: Angola no *Ranking* da capacidade de governança

Figura 11: Projetos de CpD financiados pela primeira linha de crédito da China

Figura 12: Valor de exportação da China para Angola

Figura 13: As principais importações angolanas da China

Figura 14: Os procedimentos por detrás do modelo angolano

Figura 15: O consumo de petróleo e o PIB da China

Figura 16: A importação e reservas de petróleo da China

Figura 17: A compra do petróleo angolano pela China e os EUA

Figura 18: A composição demográfica de Macau por nacionalidade

Figura 19: A estrutura Institucional do Secretariado do Fórum de Macau

Figura 20: O orçamento ao Fórum de Macau da RAEM

Figura 21: O valor do comércio bilateral entre a China e os PLP (2013-2017)

Figura 22: A taxa de crescimento do comércio entre a China e os PLP (2013-2017)

Lista de Siglas

- ANCUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
- APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- BM – Banco Mundial
- BAIL – Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas
- CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CCAMO – Câmara de Comércio de Angola em Macau
- CEPLP – Centro de Estudos dos Países de Língua Portuguesa
- CIDCA – China International Development Cooperation Agency
- CONCP – Conferência da Organização Nacionalistas das Colónias Portuguesas
- CpD – Cooperação para o Desenvolvimento
- CSS – Cooperação Sul-Sul
- DRC – Documentary Research Center of the Chinese Communist Party Central Committee
- DSEC – Director of the Statistic and Census Service
- ECP – Estratégia de Combate à Pobreza
- EEC – Empresa Estatal Chinesa
- EXIM BANK – Banco para a Exportação e Importação da China
- EUA – Estados Unidos da América
- FAAN – Fundação António Agostinho Neto
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
- FOCAC – Fórum para a Cooperação China-África
- Fórum de Macau – Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa
- FRS – Fundo da Rota da Seda
- G77 – Grupo dos 77
- GRAE – Governo Revolucionário de Angola em Exílio
- IDH – Indicador de Desenvolvimento Humano
- KMT – Kuomintang / Partido Nacionalista da China
- MAE – Ministério dos Assuntos Estrangeiros da República Popular da China

MdC – Ministério do Comércio da República Popular da China
MdP – Ministério do Planeamento da República de Angola
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
NCG – Non-Central Governmental Actor
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OEC – Observatory of Economic Complexity
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas / Nações Unidas
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização da Unidade Africana
PCC – Partido Comunista da China
PIB – Produto Interno Bruto
PLP – Países de Língua Portuguesa
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAEM – Região Administrativa Especial de Macau
RI – Relações Internacionais
RPC – República Popular da China
SCIO – The State Council Information Office of the People’s Republic of China
Sinopec – China Petroleum and Chemical Cooperation
Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
UIBE – University of International Business and Economics
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA – União das populações de Angola
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
LISTA DE SIGLAS	XI
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	1
1.1. CONTEXTO	1
1.2. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	5
1.3. MODELO DE ANÁLISE	16
1.4. A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	19
CAPÍTULO II. O PENSAMENTO CHINÊS E A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	23
2.1. INTRODUÇÃO	23
2.2. A ORDEM MUNDIAL NA PERSPETIVA CHINESA: SISTEMA TRIBUTÁRIO E <i>TIANXIA</i>	24
2.3. DO SÉCULO DAS HUMILHAÇÕES AO APELO À INDEPENDÊNCIA, IGUALDADE E BENEFÍCIO MÚTUO	30
2.4. O GUANXI E A POLÍTICA DE COOPERAÇÃO DA CHINA	37
2.5. CONCLUSÃO	45
CAPÍTULO III. A IDEOLOGIA DO PARTIDO COMUNISTA DA CHINA	49
3.1. INTRODUÇÃO	49
3.2. O NASCIMENTO DO MAOÍSMO	49
3.3. A REFORMA E ABERTURA E A ECONOMIA SOCIALISTA DE MERCADO	54
3.4. A ASCENSÃO PACÍFICA E O SONHO CHINÊS	60
3.5. CONCLUSÃO	66
CAPÍTULO IV. AS MOTIVAÇÕES POLÍTICAS DA CHINA EM ANGOLA (1949—2002)	69
4.1. INTRODUÇÃO	69
4.2. PEQUIM E OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO	70
4.3. ANTI-IMPERIALISMO E ANTI-HEGEMONIA: A CHINA ENTRE OS EUA E A URSS	76

4.4.	O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS SINO-ANGOLANAS.....	83
4.5.	CONCLUSÃO.....	89
CAPÍTULO V. AS MOTIVAÇÕES ECONÓMICAS DA CHINA EM ANGOLA (2002 - 2017).		93
5.1.	INTRODUÇÃO	93
5.2.	A SITUAÇÃO DE ANGOLA EM 2002	94
5.3.	A INDIFERENÇA DOS DOADORES OCIDENTAIS	103
5.4.	A CHINA E A RECONSTRUÇÃO DE ANGOLA.....	105
5.5.	O MODELO ANGOLANO E A SEDE CHINESA DE PETRÓLEO.....	113
5.6.	CONCLUSÃO.....	120
CAPÍTULO VI. MACAU: PLATAFORMA ENTRE A CHINA E ANGOLA		123
6.1.	INTRODUÇÃO	123
6.2.	A IMPORTÂNCIA DO <i>GUANXI</i>	123
6.3.	A POSTURA DE PEQUIM EM RELAÇÃO AO FÓRUM DE MACAU	130
6.4.	A RELEVÂNCIA DO FÓRUM DE MACAU PARA A CHINA E ANGOLA	136
6.5.	DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA MACAU.....	145
CONCLUSÃO.....		149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		155

Capítulo I. Introdução

1.1. Contexto

O objetivo principal desta dissertação é clarificar as motivações subjacentes à estratégia de cooperação para o desenvolvimento (CpD) da China com Angola. O limite temporal da análise é de 1949 até 2017, correspondentes ao estabelecimento da República Popular da China (RPC) e ao término do mandato de José Eduardo dos Santos enquanto presidente de Angola.

Apesar de um aumento considerável da cooperação entre a China e Angola, bem como da explosão de um maior interesse académico sobre o envolvimento da China em Angola, o nosso conhecimento desta parceria emergente tem-se mantido limitado. Por um lado, esta situação diz respeito à falta de transparência entre China e Angola, já que existe pouca informação sobre quanto dinheiro Angola recebeu da China, no âmbito de CpD, e como tais verbas foram usadas. Por outro lado, verifica-se uma crescente tendência de assimilação entre as pesquisas recém-concluídas que estão circunscritas em torno do petróleo e da aquisição de mercado pela parte chinesa.

Ainda assim, Alden (2012) argumenta que a presença da China tem vindo a consolidar-se

em África. Economicamente, a emergência da China como parceiro comercial e de investimento tem revivido as fortunas debilitadas das economias de recursos africanas. Politicamente, a China pode proporcionar uma alternativa bem-vinda às longas relações paternalistas com governos ocidentais, ao mesmo tempo, que garante que mudança e adaptabilidade permanecem a marca das relações China-África. O governo chinês tem adotado uma postura pragmática, estando disposto a revisitar e rever iniciativas específicas à luz das práticas, dando à parceria China-África um dinamismo que tem faltado em muitas outras iniciativas trans-regionais.

Neste mesmo contexto, Taylor (2006) apresentou uma reflexão histórica das relações atuais entre a China e Angola, nomeadamente, sobre o modo como a China vagueou entre os três movimentos de libertação durante a guerra de Angola, em que condição a China foi capaz de estabelecer relações com o governo angolano e, finalmente, como a reação de Angola ao incidente de Tiananmen contribuiu para promover a confiança mútua entre os dois países. Depois da guerra civil angolana, a China ficou cada vez mais envolvida neste país africano e ao ter um lugar no Conselho de Segurança, Pequim tornou-se um aliado útil para um país debilitado. Nessa altura, a infelicidade desapareceu à medida que o comércio entre os dois países se ia desenvolvendo, nomeadamente no que toca à indústria de petróleo sobre este último ponto. Vines *et al.* (2009) e Corkin (2011) examinaram em detalhe como o tão famoso “modelo angolano” resultou em Angola e como a China garantiu o abastecimento do petróleo através deste modelo. Eles descobriram que o primeiro grande fator no sucesso das

estratégias petrolíferas em Angola era a interligação entre o negócio e a diplomacia: a estratégia da China era então ostensivamente criada para acumular capital político através do fornecimento de infraestruturas financiadas por empréstimos concessionais, garantidos pelo comércio de petróleo. Vines *et al.* (2009) guardava uma ideia positiva do modelo angolano, argumentando que Angola conseguia gerir a sua relação com a China bem como as suas companhias petrolíferas para seu próprio benefício. De ambas as perspetivas angolana e chinesa, a relação era pragmática e estratégica. Lucy Corkin (2012), noutro artigo, examinou os modos pelos quais as elites políticas de Angola geriam as linhas de crédito chinesas, argumentando que as relações com a China faziam parte de uma estratégia com sucesso, não só para fomentar a estabilidade do regime, mas também para aumentar o estatuto internacional do governo angolano.

Contudo, Malaquias (2011, 2012) não concorda com a narrativa de que a China e Angola saem como vencedoras. A autora sugeriu que tal narrativa era válida apenas se a análise permanecesse restrita às relações entre governos, onde Pequim poderia ser um aliado crítico ao ajudar a atingir desafios internos, mas não visto por Luanda como um parceiro de longa duração, considerando que a sociedade angolana não beneficiava diretamente da CpD da China. Kiala (2010) também possui uma ideia crítica da CpD da China em Angola. Na sua opinião, a emergência do modelo angolano estabeleceu um precedente na teoria do desenvolvimento, onde, de novo, China estava a desafiar os parâmetros da ajuda com as suas próprias ideias e mecanismos de desembolso de fundos. É importante destacar a ideia de que

a China não imponha condicionalidades políticas, o que fazia com que os doadores tradicionais sentissem que os seus esforços estavam em risco. Como exemplo: as companhias de construção chinesas e equipas médicas foram enviadas para Angola, contudo, a importação de serviços chineses também incluiu uma imensa força de trabalho. A linha de crédito disponível para Angola pela RPC aumentou a dívida de Angola, o que provocou também a preocupação de que a China estava a emprestar de forma irresponsável. O autor concluiu que apenas o tempo iria revelar o impacto de longo curso da CpD da China com Angola, mas era definitivamente imperativo para a parte chinesa reforçar o desenvolvimento de recursos humanos em Angola para assegurar a sustentabilidade dos seus projetos de ajuda.

Na mesma linha da CpD da China, é importante mencionar o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP), criado em 2003. Relativamente ao papel deste Fórum, Mendes (2013a, 2013b) argumentou que o Fórum de Macau representava um instrumento diplomático da China para complementar as relações bilaterais com os PLP, em particular São Tomé e Príncipe, com quem não teve relações oficiais até 2016.¹ Ip (2006, 2007), por outro lado, argumenta que a China pretende estabelecer parcerias políticas, económicas e culturais com os PLP através do Fórum, tendo ainda mencionado o discurso oficial da China de que o Fórum era uma plataforma de cooperação caracterizada por benefícios mútuos. Piteira (2007) e Mendes (2013a, 2013b)

¹ São Tomé e Príncipe deixou de reconhecer Taiwan como país soberano em 2016 e estabeleceu relações diplomáticas com Pequim, o que lhe permitiu participar no Fórum Macau em 2017. Antes disso, os países membros do Fórum eram Angola, Brasil, Cabo Verde, China, Guiné-Bissau, Moçambique e Portugal (Fórum Macau, 2019).

deram ênfase à identidade de Macau como região administrativa especial e também à sua ligação cultural com o mundo português.² Ambos indicaram que a relevância de Macau no quadro de “um país, dois sistemas” lhe permitiu atuar como intermediário entre China e os PLP.

Acredito, assim, que a presente dissertação pode contribuir para aprofundar a nossa compreensão sobre as motivações da CpD da China em cinco sentidos: 1) ao ser distinto dos estudos anteriores aliados às visões realistas e liberalistas, é interessante interpretar a atuação chinesa em Angola à luz dos pensamentos tradicionais chineses e à ideologia comunista; 2) apresentação de uma análise comparativa entre o que a China diz e faz, demonstrando o conflito entre o idealismo e o pragmatismo da política de CpD chinesa; 3) tem-se em consideração a relação de cooperação China-Angola durante a guerra angolana; 4) introdução do conceito de *guanxi* para definir, de forma operativa, o relacionamento de Macau com a China Continental e Angola; 5) realização de uma análise específica sobre a relação cooperativa China-Angola no âmbito do Fórum de Macau.

1.2. Enquadramento conceptual

A cooperação para o desenvolvimento é um termo impregnado de desentendimento, que se

² Macau faz parte integral da República Popular da China. Contudo, no enquadramento de “um país, dois sistemas”, trata-se de uma região administrativa especial que possui um alto nível de autonomia em termos de administração. Por isso, o seu nome completo é a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

constitui como uma palavra-chave na presente dissertação. Como o nome indica, este termo é composto por dois elementos: a cooperação internacional e o desenvolvimento.

O conceito de “cooperação internacional” tem origem no debate das Relações Internacionais (RI), nomeadamente sobre se a cooperação pode surgir e ser sustentável num sistema internacional caracterizado pela anarquia. Em resposta a esta questão, Axelrod e Keohane (1985: 226) argumentam que este tipo de relacionamento vai ocorrer quando “*actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others*” com o objetivo de ganho e benefício comuns. Esta interação baseada no consentimento comum pode ser delimitada por três dimensões: primeiro, os “atores” podem referir-se a dois ou mais países, empresas, ou organizações sociais e não-governamentais. Ou seja, este relacionamento pode ser intergovernamental ou transnacional. Em segundo lugar, a cooperação acontece em vários níveis: bilateral, multilateral, regional, inter-regional e global. Terceiro, abrange-se vários domínios, desde os mais tradicionais como o político, militar, económico, até aqueles emergentes como o cultural, social, ambiental e tecnológico (Pascoal, 2013; Paulo, 2014).

Com o passar do tempo, as interações entre atores internacionais têm-se intensificado, acompanhadas por um maior apelo pela institucionalização das cooperações internacionais para que as mesmas se desenrolem de uma forma mais organizada. Esta situação contribuiu para o desenvolvimento dos regimes e institutos internacionais. De acordo com a definição de Krasner (1982), o regime internacional refere-se aos princípios, normas, regras e

procedimentos de tomada de decisão, nos quais os atores internacionais, no contexto anárquico, têm a obrigação de cumprir ao tratarem de assuntos públicos. O regime internacional ainda lhes proporciona uma previsão sobre quais consequências vão incidir e como outros atores poderão reagir quando tomam uma ação. Com base nestes regimes, os institutos internacionais entraram em vigor. Debates relativos à definição de “instituto internacional” e à sua relevância no quadro político internacional estão em curso até ao presente momento, mas o instituto internacional é normalmente considerado formalmente fundamentado nos regimes e normas, e informalmente apoiado pelos valores e expectativas comuns, com o objetivo de possibilitar a tomada de ações coletivas entre diferentes atores internacionais (Greif, 2006; North, 1990; Keohane e Martin, 1995). Os exemplos de institutos de cooperação internacional incluem a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), a Organização das Nações Unidas (ONU – também referida como Nações Unidas) e o Fórum de Macau.

A evolução do conceito do “desenvolvimento”, por outro lado, foi abordada como objeto de análise por vários investigadores (Herath, 2009; Legouté, 2001; Helleiner, 2006; Mawdsley, 2011). O desenvolvimento começou a ser tratado como uma área de estudo no âmbito das ciências sociais nos anos 50 e 60 do século passado, prolongando-se até ao fim da Segunda Guerra Mundial (Harris, 2000). No início, foi criada uma visão tecnocrática e instrumental que interpretou o desenvolvimento como sinónimo do crescimento económico e modernização, abstraindo-o em números estatísticos, como o Produto Interno Bruto (PIB)

(Legouté, 2001; Sumner e Tribe, 2008). O fracasso desta visão, porém, é que se utilizaram indicadores que podiam não ser partilhados ou aceites pelos beneficiários. O histórico revelou que o crescimento económico se traduziu na melhoria da qualidade de vida das pessoas do nível social mais baixo, no entanto, outros aspetos indispensáveis para o bem-estar social foram ignorados, como a igualdade social, a educação, a saúde e a justiça. No final da década de 60, muitos investigadores preocuparam-se com o “desenvolvimento desequilibrado” entre pobres e ricos (Hirschman,1958). Por isso, a reforma económica e a transformação da estrutura social passaram a ser os objetivos privilegiados no âmbito do desenvolvimento nos anos de 70, ou seja, a noção de desenvolvimento endógeno e integral tornou-se o fator determinante para a elaboração e implementação das políticas para o desenvolvimento. Por exemplo, o PNUD³ abrangeu os indicadores de educação e saúde, junto com o PIB, no Índice de Desenvolvimento Humano, para avaliar o nível de desenvolvimento dos países.

No entanto, a partir da década de 80, uma série de acontecimentos no plano internacional, incluindo a crise financeira provocada pelo aumento do preço de petróleo e a divulgação do neoliberalismo, contribuíram para a renovação fundamental dos pensamentos sobre o desenvolvimento. Por um lado, as dívidas externas acumuladas em resultado de muito anos de CpD, juntamente com o fraco crescimento económico, criaram dificuldades financeiras

³ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é um órgão líder da ONU com o objetivo de promover o desenvolvimento integral e combater a pobreza extrema do mundo (PNUD, 2019).

aos países recetores. Assim, estes países foram obrigados a diminuir as suas despesas públicas e o papel do estado na função económica (Sumner e Tribe, 2004). Por outro lado, a abordagem foi focada na sustentabilidade do desenvolvimento, à medida que as instituições de Bretton Woods substituíram os órgãos da ONU para liderar os projetos de desenvolvimento (Sant’Ana, 2008). Assim, o conceito do desenvolvimento foi associado ao conceito de “ajustamento estrutural”.⁴ De acordo com Harris (2000: 3), “*structural adjustment was seen as correcting the errors of earlier, government-centred development policies which had led to bloated bureaucracies, unbalanced budgets, and excessive debt*”.

Porém, os programas de ajustamento estrutural não conseguiram obter os resultados esperados. De acordo com Harbeson (2000), os países que reformaram as suas estruturas económicas e financeiras seguindo a orientação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional apresentaram um nível de pobreza mais alto nos anos de 1990 do que na década de 1970. A culpa foi atribuída às deficiências dos sistemas políticos dos países recetores, como a falta de transparência, o desrespeito pela democracia, a corrupção e a escassez de capacidade governativa. Por isso, o *state building* e o *institution building* foram os dois objetivos privilegiados da ajuda internacional para o desenvolvimento na década de 90 (*ibid.*). Fernandes (2015) referiu que os programas de CpD dos anos de 90 foram associados a cláusulas de condições políticas, servindo para garantir a concretização das reformas

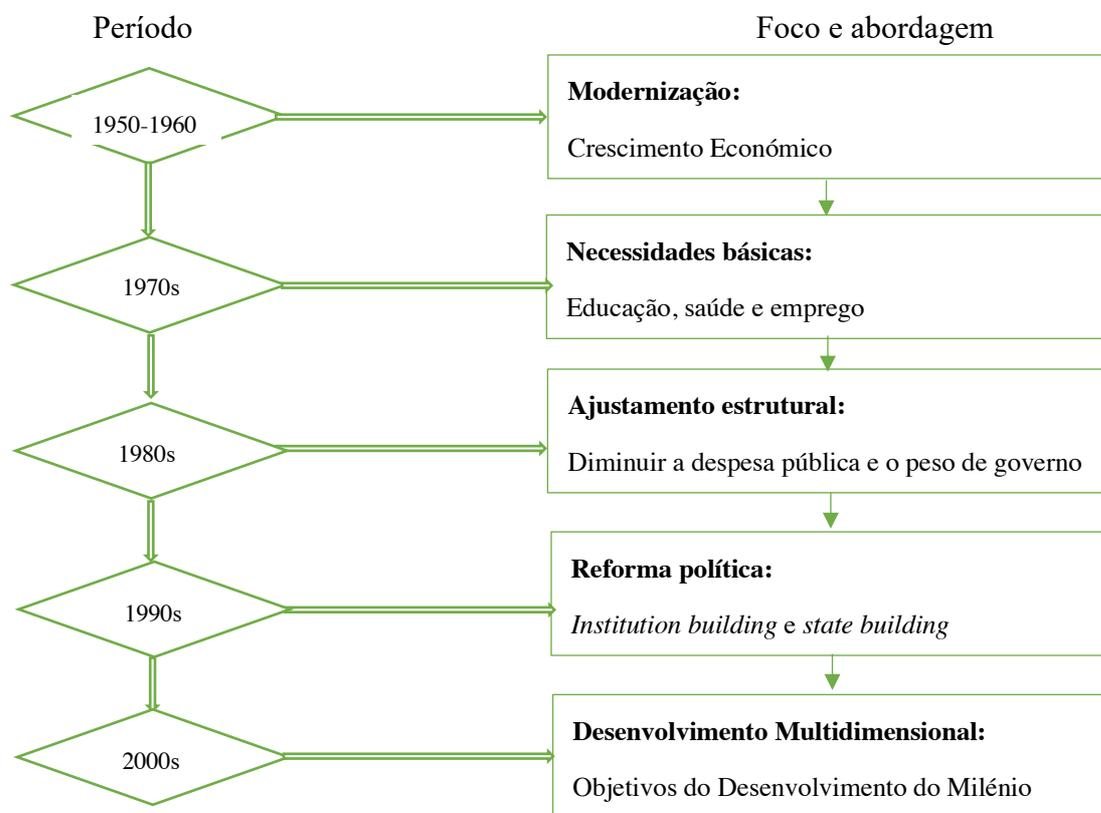
⁴ O ajustamento estrutural refere-se aos empréstimos associados com condicionalidades de reforma económica, proporcionados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) aos países que tinham dificuldades de pagamento.

políticas.

Em termos do conceito de desenvolvimento após os anos 2000, este é caracterizado por ser mais abrangente e global, onde a sua abordagem é focada não apenas nas necessidades básicas, mas também na criação de condições para realizar o bem-estar social. O desenvolvimento é, então, considerado como um fenómeno estrutural (Thomas, 2004), onde temos como exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio traduzidos em oito metas práticas (CRINU, 2019a). Com base nos objetivos do milénio, foram designados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2016 que incluem, adicionalmente, temas como alterações climáticas, desigualdade económica, consumo sustentável, entre outros (CRINU, 2019b).

Em resumo, o conceito da CpD varia à medida que o desenvolvimento é interpretado de forma diferente e em tempos diferentes (Figura 1). No geral, a essência da CpD consiste no consentimento de um país em apoiar outro para realizar o objetivo de desenvolvimento, o que leva a que ambas as partes, em particular o país recetor, beneficiem.

Figura 1 A evolução do conceito do “desenvolvimento”



Fonte: Cobbinah, Black e Thwaites (2011)

Deve-se destacar que o termo “cooperação para o desenvolvimento” foi apenas cunhado para descrever tal relacionamento há pouco tempo. Antes, as terminologias mais usadas eram a “ajuda externa” (*foreign aid*) e a “assistência para o desenvolvimento” (*development assistance*). Mas como os termos “ajuda” e “assistência” eram mais unilaterais e demonstravam uma lógica de superioridade do país doador face ao país receptor, a designação de CpD foi adotada, uma vez que expressa uma ideia de parceria entre o país doador e o país receptor. Tal mudança primeiramente aconteceu na Organização Mundial de Saúde e ampliou-se para outros países como a China. Por exemplo, o departamento

responsável por CpD da China subordinado ao Ministério do Comércio foi chamado de *Department of Foreign Assistance*, os dois Papéis Brancos ⁵ elaborados por este departamento em 2011 e 2014, com o objetivo de apresentar o panorama geral sobre a CpD da China, foram intitulados como *China's Foreign Aid* (SCIO, 2011, 2014). Desde 2018, cabe a uma nova agência denominada por *China International Development Cooperation Agency* o papel de gerir os programas de CpD. Tanto a “ajuda externa” como a “cooperação para o desenvolvimento” são agora citadas nos documentos oficiais desta agência (CIDCA, 2019).

Este facto indica que a definição da China de CpD é muito ampla e até ambígua. Davis (2008) e Winter e Wilson (2010) argumentam que existem elementos convergentes entre a definição de CpD chinesa e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)⁶. De acordo com a OCDE (2018), a APD refere-se aos apoios financeiros do governo de um país da OCDE para um país em desenvolvimento ou uma organização multilateral. Tais apoios financeiros visam promover o desenvolvimento económico e o bem-estar social e contêm uma componente de perdão da dívida de cerca de 25%. Para resumir, a OCDE delimita o âmbito da APD através de quatro fatores: a natureza do país doador, a natureza do país recetor, o objetivo e a perceção do elemento concessivo

⁵ Na China, o papel branco ou *White Paper* em inglês, refere-se a documentos publicados pelo governo com o objetivo de ilustrar ao público ou à comunidade internacional uma política ou posição oficial relativa a um assunto.

⁶ O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) é uma subdivisão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que conta com a participação dos trinta países. O mandato deste comité é contribuir para o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento por meio de ajuda externa (OCDE, 2019).

do apoio total. A seguir, pretende-se verificar, com base nos dois papéis brancos *China's Foreign Aid* (SCIO, 2011) e *China's Foreign Aid (2014)* (SCIO, 2014), que a CpD da China também pode ser definida à luz destas quatro dimensões.

Por um lado, a definição da CpD chinesa demonstra convergências com a APD da OCDE em dois aspetos: o primeiro aspeto diz respeito à natureza do fornecedor. A China apenas conta como CpD o que é proporcionado pelo governo chinês, incluindo o governo central, governo local ou agências subjugadas do governo⁷. O segundo ponto comum afirma que o destinatário deve ser um país em desenvolvimento ou organizações multilaterais. Financiamentos às organizações não-governamentais, se existirem, não são incluídos nesta contagem.

Por outro lado, a CpD da China difere da APD em três aspetos. Em primeiro, o apoio financeiro (empréstimo), a doação de bens (materiais e equipamentos para a produção e subsistência), a cooperação tecnológica (transferência das tecnologias e recurso humano) e a deslocação de médicos e especialistas são todas formas de CpD, conforme o que está escrito no papel branco *China's Foreign Aid* (SCIO, 2011). Segundo Brautigam (2009:166) e Grimm *et al.* (2011), a China também abrange a assistência militar no quadro da CpD, semelhante à atuação dos Estados Unidos da América (EUA) mas contrária à da OCDE.

⁷ Estas agências normalmente são lideradas pelo Conselho do Estado da RPC, como a *China Song Qing Ling Foundation*, *Xinhua News Agency* e *Red Cross Society of China*. Há outras subordinadas aos Ministérios, por exemplo, *Chinese Social Science Academy* e *Chinese Academy of Science*.

Em segundo lugar, perdoar uma porção de um empréstimo a um país estrangeiro não é, obrigatoriamente, classificado como CpD. O único requisito, caso exista, é que a condição do empréstimo da CpD chinesa deve ser mais favorável do que a do mercado. O *China's Foreign Aid* (SCIO, 2011) revela que a CpD da China envolve três tipos de assistência financeira: *grants* (empréstimos que não precisam de ser reembolsados), empréstimos sem juros e empréstimos com condições favoráveis, com o último ocupando a maior parte. O empréstimo com condições favoráveis normalmente requer uma taxa de juro de 2% a 3% por ano, com 5-7 anos de carência e 15-20 anos de reembolso. Alguns investigadores concluíram que os empréstimos da China são “*deeply concessional*” (Vines *et al.*, 2009: 47; Foster *et al.*, 2008). De qualquer forma, esta ambiguidade conceptual permite a existência de uma “*grey area*” entre a CpD e o investimento no estrangeiro do governo chinês.

Por último, a China traduz o “desenvolvimento” de forma contrária à tradução da OCDE. Raposo e Potter (2010) indicam que a CpD da China enfatiza o efeito económico do programa. Brautigam (2009, 2011), Davis (2008) e Fernandes (2015) também confirmaram que Pequim gosta de usar a taxa de crescimento económico e casos de promoção da qualidade de vida de países recetores, para justificar a legitimidade e sucesso da CpD da China.

Uma análise comparativa entre a APD da OCDE e a CpD da RPC revela que existe uma

grande margem de manobra da parte chinesa relativa à definição da CpD. A CpD refere-se, então, a todos os tipos de assistência em condições relativamente favoráveis, que o governo chinês proporciona a um país em desenvolvimento, com o objetivo de apoiá-lo para realizar aquilo que os chineses consideram que é o desenvolvimento.

Adicionalmente, o governo chinês enquadra a CpD na cooperação sul-sul (CSS), o que se constitui como uma outra característica. A inauguração da Conferência de Bandung, também referida como a Conferência Afro-Asiática é vista pela China como um momento crítico, que representou a sua aproximação aos países afro-asiáticos e o início da ajuda mútua entre países em desenvolvimento (Cabana, 2014). No período de Guerra Fria, esses países economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente independentes foram chamados de países do terceiro mundo. Como a maioria destes países se encontrava no hemisfério sul ao passo que os países desenvolvidos se encontram no hemisfério norte, o termo “cooperação sul-sul” foi criado na década 90 para designar a relação colaborativa entre os países subdesenvolvidos. Era considerado que a CSS decorria em orientação do princípio de igualdade e benefício mútuo, em contraste com a relação hierárquica e dominante da cooperação norte-sul (Gray e Gills, 2016). Em consequência da crise financeira de 2008, um papel mais ativo no mapa económico começou a ser desempenhado pelas novas potências, como a China, o Brasil, a Índia, a Rússia e a África do Sul, contribuindo para que a CSS adquirisse uma maior importância nos dias de hoje. Por instância, Pieterse (2011) considerou este fenómeno como um reequilíbrio global na sequência de duzentos anos de dominação

norte-sul.

A China, apesar de se localizar no hemisfério norte, identifica-se como um país do sul. A cooperação sul-sul ocupa uma posição relevante na sua política externa que decorre em três pilares. Primeiro, a China tenta reforçar as relações bilaterais com os países asiáticos, africanos e américo-latinos por meio de comércio e CpD. Em segundo lugar, a China procura aproveitar a sua identidade de país do sul para consolidar a sua presença noutras regiões. Para tal, participou em organizações regionais, bem como presidiu organizações intergovernamentais no âmbito da CSS, como o Fórum para a Cooperação China-África (FOCAC⁸). Em terceiro, procurou aprofundar a cooperação com os países do Sul para executar influência sobre a agenda das organizações internacionais, onde o G77⁹ se constitui como um exemplo.

1.3. Modelo de análise

O argumento central deste trabalho é que, no período em análise, a China reforçou a sua presença em Angola com dois objetivos principais: do ponto de vista político, procurou usar a CpD para construir uma imagem internacional positiva; em termos económicos, ofereceu

⁸ O FOCAC refere-se ao fórum oficial entre a China e os Países Africanos. A iniciativa de FOCAC foi lançada na conferência ministerial de 2000, em que os delegados concordaram em realizar a cimeira de três a três anos. Até 2019, quatro cimeiras foram realizadas entre líderes chineses e africanos (FOCAC, 2004).

⁹ O Grupo dos 77 (G77) é uma liga fundada por 77 países em desenvolvimento em 1964. O objetivo desta liga é promover os interesses económicos coletivos dos seus membros e a capacidade de negociação dos países deste grupo face à ONU. Atualmente, 134 países estão nesta liga incluindo a China (G77, 2019).

assistência na reconstrução nacional de Angola, procurando assim aumentar a sua quota de mercado e garantir o acesso ao petróleo angolano.

O primeiro aspeto, relativamente à preocupação com a imagem internacional, pode ser abordado a partir de vários ângulos, porque a China apresenta posturas diferentes de acordo com a situação em causa. Em primeiro lugar, a China apresenta-se como uma vítima do colonialismo. Em segundo, a China é um país em desenvolvimento que pode assumir apenas as responsabilidades correspondentes à sua capacidade. Esta postura é verificada tanto pelo enquadramento dos seus projetos de cooperação no âmbito da cooperação sul-sul, como pelo princípio de CpD com características chinesas, o “benefício mútuo”. A terceira dimensão diz respeito ao comportamento da China como parceiro de Angola, que será evidenciado pelo facto de que a China estendeu a mão a Angola para apoiar primeiramente a guerra de independência e, posteriormente, a reconstrução nacional, quando os doadores tradicionais se afastaram. A última dimensão relativa à imagem internacional alude à postura chinesa como país que defende o seu *status quo*, cuja ascensão acontecerá de forma pacífica e irá trazer benefícios para todos. Neste sentido, optei por desenvolver a análise sobre a CpD da China com Angola num maior enquadramento, à luz da perspetiva tradicional chinesa em relação à filosofia política e à ordem mundial.

O segundo aspeto, relativamente aos interesses económicos, abrange três dimensões: a internacionalização das empresas chinesas, o *go out* dos produtos chineses e a obtenção de

petróleo angolano. A primeira dimensão (internacionalização das empresas) será verificada pelo crescimento da quota das empresas chinesas no mercado de Angola. A segunda dimensão (*go out* dos produtos) será evidenciada pelo modo como a CpD está condicionada à compra exclusiva de bens e serviços da China e pelo crescimento do valor de exportação da China para Angola. A terceira dimensão (a obtenção do petróleo) vai ser testada pela expansão das empresas de petróleo chinesas em Angola e o modo pelo qual a China irá retomar os empréstimos a Angola através do comércio de petróleo.

O Fórum de Macau é um instrumento privilegiado de política externa chinesa para concretizar estes objetivos políticos de consolidar a ligação política e económica entre a China e Angola. Este fórum é um exemplo claro de como o governo chinês recorre ao multilateralismo para complementar o relacionamento bilateral.

Metodologicamente, este trabalho baseia-se nas fontes primárias e secundárias. De acordo com Turabian (2007), a fonte primária no âmbito da ciência social refere-se aos dados recolhidos pelo autor através de observações e experiências, nomeadamente por entrevistas. A fonte secundária alude às obras científicas que fazem análises das fontes primárias, como livros, artigos nas revistas científicas, relatórios de uma organização, dissertações e teses (*ibid.*). Fundamentada nestas fontes, esta dissertação adota a análise qualitativa como a maneira principal de realizar a investigação.

1.4. A estrutura da dissertação

Feita esta contextualização e referência a estudos de outros autores, e tendo esclarecido alguns conceitos-chave, vamos agora apresentar as hipóteses e conteúdos gerais de cada capítulo. Os dois próximos capítulos constroem o enquadramento teórico. O segundo capítulo tem como objetivo estudar as contribuições do pensamento tradicional na formação da política de CpD da China, a visão de *tianxia* e o conceito de *guanxi*. A ligação destes conceitos à política de CpD chinesa é visível na adoção dos ‘Cinco Princípios de Coexistência Pacífica’, na sequência do ‘século das humilhações’.

O terceiro capítulo aborda a ligação entre a ideologia comunista e a política de CpD, apresentando a evolução dos conteúdos dessa ideologia desde 1949 até 2017. Para além disso, analisa-se de que forma a CpD tem servido para a China instrumentalizar a sua imagem enquanto vítima do colonialismo, parceiro para o desenvolvimento e país que defende o seu *status quo*. Este capítulo vai testar a seguinte hipótese: se a prática de CpD sofre mudanças radicais quando um novo Secretário-Geral do PCC assume o cargo, então a política de CpD chinesa é enquadrada pela ideologia.

O quarto capítulo foca-se no aspeto pragmático da relação de cooperação sino-angolana, nomeadamente no modo como esta é instrumentalizada por Pequim para atingir interesses políticos em Angola em 1949 – data do estabelecimento da RPC – e em 2002 – fim da guerra

civil angolana. O capítulo IV argumenta que Angola é um instrumento para a China se posicionar contra as duas superpotências, depois de ter passado por uma fase de alinhamento com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de uma aproximação aos EUA.

O capítulo V apresenta as motivações económicas da CpD da China com Angola entre 2002 e 2017. Pretende-se mostrar como o investimento chinês entrou em Angola logo após o final da guerra civil e como Pequim aproveitou os programas de CpD para ampliar significativamente os seus interesses económicos em Angola nos anos seguintes, em particular, relativamente ao seu mercado e ao petróleo. Testaram-se as seguintes hipóteses:

1) se os projetos de reconstrução de Angola foram feitos por empresas chinesas e se estas empresas chinesas aumentaram as suas quotas no mercado angolano, conclui-se que a China apoiou Angola com o objetivo de internacionalizar as suas empresas; 2) se as linhas de crédito estavam associadas à compra de produtos chineses, a CpD promove o *go out* dos produtos chineses; 3) se Angola recebeu empréstimos chineses em troca de petróleo angolano, então a CpD visou apoiar a obtenção deste recurso natural.

O sexto e último capítulo, constitui um estudo de caso sobre Macau e o Fórum de Macau. Neste capítulo, será definido de forma operativa o *guanxi* de Macau com Pequim e Luanda para analisar se Macau pode desempenhar um papel especial entre a China e Angola, bem como o modo através do qual a China e Angola podem beneficiar desta plataforma. As hipóteses testadas são: 1) se Macau gozar de *guanxi* relativamente à China e a Angola, a sua

identidade permite-lhe ser a plataforma de cooperação; 2) se as declarações políticas e económicas de Pequim e os eventos organizados no âmbito do Fórum de Macau tiverem um impacto positivo no relacionamento bilateral sino-angolano, então podemos considerar que o Fórum é um complemento às relações bilaterais.

Capítulo II. O Pensamento Chinês e a Política de Cooperação para o Desenvolvimento

2.1. Introdução

Para quem quiser melhor entender a política de CpD da China, não é suficiente basear a sua investigação unicamente nas teorias clássicas das RI, mas deve sim tentar pensar como os chineses pensam, isto é, fundamentar o estudo na teoria chinesa. No entanto, deve-se notar que, até hoje, não foi construída uma escola teórica chinesa que possa indicar um caminho claro para o avanço da investigação. Embora haja revistas científicas chinesas que publicam anualmente mais de cem artigos relativos às teorias das RI desde 2002, a maior parte encontra-se na introdução ou na discussão das teorias clássicas ocidentais, enquanto poucos apresentam interesse para renovar o paradigma de estudo (Qin, 2009). Mais importante, das poucas ideias inovadoras, a maior parte está dispersa, sem se agrupar numa doutrina, como se fossem conchas espalhadas nas praias. Este facto evidentemente dificulta a nossa análise e investigação.

Este capítulo tem como objetivo estudar as contribuições do pensamento tradicional na formação da política de CpD da China, a visão de *tianxia* e o conceito de *guanxi*. A ligação destes conceitos à política de CpD chinesa é visível na adoção dos ‘Cinco Princípios da Coexistência Pacífica’, na sequência do século das humilhações.

2.2. A ordem mundial na perspectiva chinesa: sistema tributário e *tianxia*

A ordem antiga da Ásia Oriental foi baseada no sistema tributário onde a China se localizava no centro (Kertzer, 1998; Zhao, 2008; Zhao, 2015). O termo “sistema tributário” é uma criação ocidental porque não se pode encontrar uma contrapartida chinesa. Há palavras que significam “dar tributo” (进贡 ou 朝贡) nos livros históricos chineses, mas estas não foram usadas para descrever a relação entre China e os países vizinhos. Criado por John Fairbank, o “sistema tributário” trata-se de uma série de ideias e normas desenhadas para garantir a superioridade da China em relação aos outros países da região desde o início do século III até ao fim do século XIX (Fairbank, 1968). No geral, o sistema tributário tem três dimensões: a económica e comercial, a política e a cultural.

O comércio foi o motivo principal para os países vizinhos ser envolvidos neste sistema. Por um lado, tributar ao imperador chinês trouxe aos países bárbaros benefícios económicos, já que mesmo que esses países tivessem de entregar uma grande quantidade de tesouros e produtos locais quando tributavam, os imperadores chineses geralmente ofereciam-lhes, em retorno, prendas com maior valor para mostrar a sua generosidade e a abundância material da China. Além disso, tributar rotineiramente constituía-se como uma pré-condição para os países vizinhos puderem fazer comércio com os chineses. Esses países podiam vender os seus próprios produtos ao vasto mercado chinês enquanto compravam chá, seda, porcelanas, medicamentos, ferro e outros produtos estratégicos para venderem no seu país (Zhao, 2015).

A importância do sistema tributário para o império chinês não se limitou ao aspecto económico. O que as pessoas trocaram nas fronteiras foi mais do que mercadorias, foram também conhecimentos mútuos; o que os comerciantes levaram nas suas caixas foram mais do que jóias e sedas, mas também admiração pela civilização chinesa. É verdade que a hegemonia chinesa na região foi fundamentada económica e comercialmente, mas no fundo, foi sustentada pelo poder cultural. A Coreia importou caracteres chineses para criar o seu sistema de escrita; o Vietname estabeleceu um império cuja estrutura burocrática é igual à da China. A influência do Hanfu (汉服, vestido chinês) hoje em dia ainda pode ser observada no *Kimono*, veste tradicional japonesa. O Confucionismo e o Exame Imperial foram absorvidos pelo Japão, Coreia e Vietname, tendo mudado profundamente o trajeto de vida dos intelectuais e das elites políticas desses países (Jian, 2009).

Assente no seu poderio económico e influência cultural, a China recorreu ao sistema tributário para atingir os seus interesses políticos e de segurança. O tributar foi mais do que o ato de entrega, tratando-se, sim, de uma cerimónia, pois tinha um grande significado político. Foi assim que Zhao Shuisheng (2015: 964) descreveu o processo:

The Qing court, in most cases, paid for all the expenses of the tributary missions from their arrival at the Qing border to their departure. The tributaries brought tribute with them and were escorted to court by the Qing officials. After performing the appropriate ceremonies at the Qing court, notably the three kneeling and nine prostrating (三拜九叩) ceremonies, they presented tribute memorials and a symbolic tribute of their precious native products. They then were given an official seal and imperial gifts. Finally, Chinese missions were sent to

visit them in return.

Como David Kertzer (1988) indicou no seu livro, a realização da cerimônia era uma forma sofisticada de legitimar o regime ou de justificar a autoridade da pessoa no poder. No desenrolar das cerimônias, a hierarquia podia ser consolidada por meio de mensagens, imagens e símbolos apresentados no evento. Os delegados dos países bárbaros, ajoelhados e estendidos de braços, passavam uma mensagem de subordinação ao império chinês e de reconhecimento da sua superioridade imperial. Isto era também entendido como uma afirmação de que eles não invadiriam o território chinês.

Adicionalmente, o sistema tributário pode ser visto como a “ossatura” e o “músculo” da ordem chinesa, enquanto o confucionismo é o “sangue” que flui no interior para sustentar culturalmente o mecanismo. Nas práticas ao longo de dois mil anos, muitos elementos acumularam-se no confucionismo. Contudo, em relação à ordem mundial, uma maneira simples para apreciar o seu impacto é refletir sobre dois elementos filosóficos: benevolência (仁) e harmonia (和).

O conceito de benevolência é provavelmente mais bem explicado no provérbio dito pelo Confúcio “não faça aos outros o que você não gostaria que fizessem a si”. Este discurso de Confúcio tem três sentidos: 1) um cavaleiro deve fazer aos outros o que gostaria que outros fizessem a si; 2) o rei deve ter empatia pelo seu povo e responder às suas necessidades; 3)

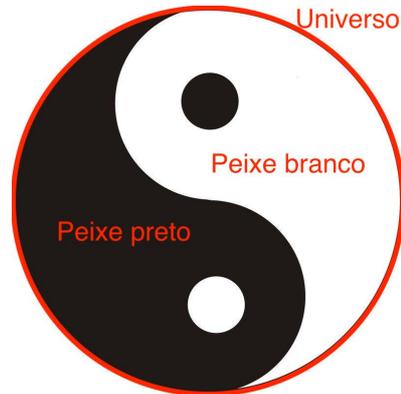
em termos das relações externas, o rei será o rei de todo o mundo se ele ama a todos sob o céu tanto como ama o seu povo. Na prática, os países vizinhos não eram colônias da China, pois gozavam de um estatuto independente. A China apresentou-se desinteressada em impor o seu regime político a outros países, nunca tendo exportando, de forma forçada, o modo de vida chinês a outro país. A cultura confucionista expandia-se para fora das fronteiras chinesas à medida que se reforçavam os laços políticos e económicos da China com outros países. Assim, a divulgação do confucionismo ocorreu naturalmente, devido às circulações de pessoas, capitais e conhecimento entre as diferentes regiões.

O segundo elemento filosófico alude à harmonia, o que se considera um estado temporário. A harmonia significa a ausência de conflitos, mas, ao mesmo tempo, o início de novos conflitos. Os chineses acreditam que o universo se baseia na presença de duas substâncias opostas, *yin* (阴) e *yang* (阳). Estas duas forças irreduzíveis, interdependentes, inábeis de realizar uma síntese final, e estando sempre em movimento, as duas forças existem em transformação contínua e em direção à sua contrapartida. Esta filosofia revela que não há contradição absoluta porque todos os conflitos podem ser apaziguados e voltar ao equilíbrio, ao mesmo tempo que nem existe harmonia permanente porque o conflito faz parte da harmonia. Qin Yaqing (2018: 170, 192) disse que *yin-yang* constitui a essência de todos os relacionamentos no mundo e que este relacionamento representa a filosofia dialética chinesa:

The Chinese see the world as composed of interacting polarities. The terms or forces, yin and yang, in fact are the simplest but the most fundamental forms of such interacting polarities. They are the two halves but constitute an organic whole and the diagram

indicating their relationship is called the cosmological diagram, for it demonstrates the basic conceptualization of the universe by the Chinese. [...] The polarities of yin and yang, which represent all the pairs of polarities in the cosmos, are life in, of, and for each other.

Figura 2: taiji e yin-yang



Fonte: Figura elaborada pelo autor

Zhao Tingyang (2008) indica que a essência da harmonia incorporada na visão de *tianxia* poderia ser aproveitada para reformar a ordem mundial atual. A filosofia política ocidental anda mais próxima do monismo o que, conseqüentemente, demonstra uma forte tendência para a exclusividade. Num mundo composto por países com cultura e história variáveis, o sistema político fundamentalmente exclusivo, por certo, não será capaz de lidar com o choque de civilizações. Por contraste, a filosofia chinesa acredita na coexistência dos adversários e na resolução pacífica dos conflitos. A harmonia, no entendimento chinês, não é realizada através de uma força que conquista e elimina a sua contraparte, mas sim pela transformação progressiva dos opostos em direção à conciliação final.

Neste sentido, Zhao Tingyang (2016) acha que o país terá a capacidade de englobar todas as civilizações externas, transformando-as e integrando-as. Num mundo regulado pelo sistema

de *tianxia*, não há inimigo eterno porque a existência de uma entidade depende da existência de outra, tal como não há um país externo do sistema porque tudo se transforma num ramo de integração. Mesmo que algum país se recuse a fazer parte da ordem de *tianxia* no início, existirá, decerto, uma maneira para as partes opostas coexistirem em harmonia. O *tianxia* é um sistema mundial que não estabelece fronteiras entre o interno e o externo trazendo, assim, originalidade para a comunidade internacional de hoje, dominada pela *pax americana*.

Porém, existem ideias opostas de que o sistema tributário foi, na sua essência, hierárquico. Zhao Shuisheng (2015) preocupou-se com o modo como a hierarquia e hegemonia chinesas seriam reconstruídas quando Pequim conseguisse reestabelecer o *tianxia* como a ordem mundial. Ele argumenta que a ordem mundial da China pode ser desenhada num círculo concêntrico. Neste círculo, a China ficaria no centro enquanto que os outros países estariam na periferia. Dependendo da distância geográfica, proximidades cultural e política e sucesso dos intercâmbios anteriores, esses países iriam localizar-se a diferentes distâncias do centro. Aqueles mais perto, como a Coreia e o Vietname, tributariam com maior frequência e seriam mais influenciados pela cultura chinesa. Além disso, tinham também a responsabilidade de defender a fronteira da China. Por outro lado, aqueles que ficassem na periferia da rede de relações da China eram considerados menos importantes e eram apenas parceiros comerciais. Por isso, o sistema de *tianxia* é essencialmente um desenho político sinocêntrico e hierárquico. Sendo o único país com um amplo território e uma grande população, a China teve, e ainda tem, a autoridade para ser a potência regional.

Entretanto, David Kang (2007) reparou que este regime foi bem-sucedido nos séculos passados, em termos de conciliação do relacionamento do império chinês com os países vizinhos, dado que o número de guerras ocorridas na Ásia foi bastante menor do que o da Europa. Os países leste-asiáticos respeitaram o princípio de “benevolência” e “harmonia”. Os jogos de equilíbrio ocorridos entre potências europeias não tiveram lugar na Ásia, tendo esses pequenos países escolhido colaborar com a China nos assuntos de preocupação comum. A história da Ásia Oriental foi, no geral, harmoniosa.

A memória de *tianxia*, por um lado, destaca a importância da moralidade na perspectiva chinesa sobre a ordem mundial. Por outro lado, define a noção chinesa sobre a sua identidade na comunidade internacional, a de ser, respetivamente, um “grande país” ou uma “potência oriental”. Os chineses acreditam que a China, sendo o país com a maior população, com a história mais magnífica e com uma civilização altamente desenvolvida, merece um lugar de destaque internacional, como Taylor (2006:1) indicou “*the People’s Republic of China’s image, both within and outside China, is that of a great power*”. No entanto, esta identidade de potência mundial foi desafiada durante o século das humilhações.

2.3. Do século das humilhações ao apelo à independência, igualdade e benefício mútuo

Na visão do povo chinês, constitui-se como uma memória insuportável a história moderna

da China (中国近代史) que é contada desde a Primeira Guerra do Ópio em 1840 até ao estabelecimento da RPC em 1949.¹⁰ Esta história foi marcada por perturbações, isolamentos e pobreza extrema, algo que o país nunca tinha sofrido antes. Quer no discurso governamental, quer nos livros escolares, costuma-se usar termos como o “século das humilhações” (百年国耻) para descrever esta parte da história.

A Primeira Guerra de Ópio marca o início da história moderna chinesa.¹¹ Os britânicos abriram a porta da dinastia Qing com canhões e navios poderosos com o fim de forçar a China a libertar o seu mercado doméstico para os comerciantes estrangeiros. Como o nome indica, o ópio foi o estopim deste conflito armado. O objetivo primário da Grã-Bretanha foi diminuir o seu défice comercial face à China através da venda de ópio. Entretanto, o influxo de ópios alertou o imperador chinês que, em pouco tempo, enviou Lin Zexu para combater a circulação de droga e fechar os mercados negros de ópio em Cantão. O boicote pela parte chinesa provocou, conseqüentemente, o conflito armado entre os dois países, onde os britânicos saíram vencedores.

A derrota na guerra acabou com a assinatura do Tratado de Nanjing que prejudicou

¹⁰ Existem controvérsias entre historiadores chineses em relação à definição da “história moderna chinesa”. A definição mais conhecida é que a história moderna chinesa começou com a guerra de ópio em 1840 e acabou com o estabelecimento da RPC em 1949. Para saber mais detalhes sobre esta discussão histórica, pode consultar o artigo “The Periodization of Chinese Modern History and Contemporary History (em Chinês)” do Zhang Haipeng (2009).

¹¹ Ocorreram duas guerras em torno do ópio na história contemporânea chinesa. A primeira, sempre referida como “guerra do ópio” teve lugar entre 1840-1842 entre o governo de Qing e a Grã-Bretanha. A segunda aconteceu mais tarde e envolveu a França. A “guerra do ópio” mencionada neste capítulo se refere à primeira.

profundamente a soberania e integridade territorial chinesa. Hong Kong foi cedido ao Reino Unido, ficando à disposição da rainha britânica por cem anos. A China foi obrigada a indicar alguns lugares para receber os britânicos, onde estes viviam e criavam comércio, sendo esses lugares judicialmente administrados pelos britânicos. O Tratado de Nanjing acabou por ser o primeiro protocolo desigual assinado depois da China ser forçada a integrar-se no sistema mundial, e representa o início do decurso de perda de autonomia chinesa sobre o território, tarifa e jurisdição. A Primeira Guerra de Ópio abriu a caixa de Pandora, tornando a China numa colónia (Editors Group, 2018).

Depois da Primeira Guerra do Ópio, foram vistas mais quatro guerras invasoras no território chinês e todas as guerras acabaram com a derrota da dinastia Qing. Segundo estatísticas, antes da extinção da dinastia Qing, a China foi invadida por oito potências mundiais, assinou pelo menos 1100 tratados desiguais e foi solicitada a pagar 1.95 bilhões de dólares de indemnização (SCIO, 2000). Quase um terço do seu território estava colonizado, como a Figura 3 mostra (Kaufman, 2010): o urso russo ocupava um território vasto no norte da China; a Península de Liaodong era dominada pela Alemanha; o Japão pretendia projetar a sua influência também a esta Península, bem como à Ilha de Taiwan; o cão britânico controlava as regiões ao longo do Rio das Pérolas; e o sapo francês, que estava na Indochina, tentava saltar para o sul da China.

Figura 3: Mapa da China ameaçada



Fonte: Wikipedia (2019a) Shiju Tu.

A derrota veio como um choque terrível para as elites chinesas, como se o mundo estivesse virado de cabeça para baixo. A posição do confucionismo foi essencialmente abalada pelas filosofias ocidentais e o sistema tributário foi desintegrado à medida que os países da Ásia Oriental se incorporavam na comunidade internacional. Dittmer e Kim (1994:249), ao observarem tais acontecimentos, argumentaram que “*The Sino–Western conflict in the nineteenth century was not so much an international conflict as it was a system-to-system conflict, a mismatch between Western nationalism and Chinese culturalism*”. Outros investigadores indicaram que o contraste entre a realidade de país colonizado e o histórico de potência constituía o motivo principal para que os chineses se esforçassem para reconquistar a posição antiga no plano internacional através do desenvolvimento económico, e também, para reformar a ordem mundial com base nos pensamentos tradicionais chineses (Callahan, 2005; Jia, 2005; Wang, 2012).

A China tirou duas lições deste episódio. Primeiro, a comunidade internacional é uma arena dominada pela lei da selva, onde as forças armadas são as armas indispensáveis para um país vencer o respeito dos outros. Assim, a segurança nacional é, no fundo, garantida pelo seu poder económico e tecnológico. Então, a China tende a traduzir o conceito de “desenvolvimento” no crescimento económico e avanço tecnológico. Em concordância, a CpD da China normalmente foca-se em projetos com benefícios económicos. Hoje em dia, por exemplo, os projetos de CpD sempre organizam visitas de estudo a Shenzhen, Yiwu e Hangzhou, cidades conhecidas pela indústria e alta tecnologia.

Segundo, a China passou a conhecer os regimes internacionais em vigor e começou a formar a política de CpD com características chinesas, com o base na não-intervenção e reciprocidade. O princípio de não-intervenção tem origem nos ‘Três Princípios do Povo’ propostos por Sun Yat-sen: “restaurar a China; a China pertence aos chineses; a política da China administrada pelos chineses; depois de ter afastado os manchus e mongóis, restaurar um país da nossa nação” (Sun Yat-sen Studies Database, 2018). No mesmo sentido, o primeiro-ministro e *chanceler* da RPC, Zhou Enlai, anunciou os ‘Cinco Princípios de Coexistência Pacífica’ de “respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, não-agressão e não-intervenção nos assuntos internos do outro, igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica” na Conferência de Bandung em 1955. Mais tarde, denunciou os Oito Princípios para a CpD da

China.¹²

O facto de a China e os países afro-asiáticos partilharem a história de colonização e a identidade de país em desenvolvimento permite-lhes criar laços emocionais. Deste modo, Pequim afirmou que não pretendia utilizar a ajuda externa para intervir nos assuntos domésticos dos outros países, nem associar os protocolos de CpD com condicionalidades de reformas económica ou política (Xinhua News Agency, 2018). Em troca disso, Pequim insiste no princípio de “uma China” para os seus parceiros respeitarem a sua soberania e integridade territorial relativamente às questões de Taiwan, Tibete e Xinjiang.

Uma outra característica da CpD chinesa diz respeito à reciprocidade. Do ponto de vista ocidental, a ajuda deve ser altruísta (Lancaster e Dusen, 2005), contudo, no caso da CpD chinesa, destaca-se o princípio de benefício mútuo, o que quer dizer que tanto a China como o país recetor ganham da relação de cooperação. A CpD não deve ser uma oferta por parte chinesa, mas um intercâmbio de recursos que traz oportunidades de desenvolvimento para ambas as partes. De acordo com este princípio, o país doador não tem necessariamente de ocupar uma posição superior, com o poder de mandar, por ter de assumir mais responsabilidades, nem o país recetor se localiza numa posição inferior, a de ser mandado, em resultado de receber a benevolência e ajuda de outrem.

¹² Durante uma visita à Gana 1964, Zhou Enlai anunciou os Oito Princípios de CpD da China, elaborados em base dos cinco princípios de coexistência pacífica. Incluem-se termos como respeito e benefício mútuos, autonomia e independência, e sem condicionalidade (MAE, 2000).

De jure, os países em desenvolvimento devem preferir procurar auxílio junto do CAD, cujas condições de financiamento são mais concessionais e não requerem retribuição. Mas *de facto*, a CpD chinesa é normalmente bem-vinda entre os países em desenvolvimento. Marcel Mauss e o Marshall Sahlins utilizaram a Teoria da Prenda¹³ para explicar a razão. Mauss (2002) define o ato de dar uma prenda aos outros como um ato de estabelecer relações sociais e tal ato é composto por três passos: dar, receber e retribuir. A retribuição é o passo que define a posição entre as duas partes, porque é o momento para o recetor demonstrar ao doador a sua honra, dignidade e fortuna. Sahlins (2013) aprofundou que se o processo de retribuição não tiver lugar, será produzida uma relação desigual e uma posição superior-inferior entre a parte que dá e a parte que recebe. No caso da CpD chinesa, dando ênfase ao benefício mútuo, desvia-se a atenção dos países recetores e do que eles obtêm, para enfatizar como podem fazer um favor à China como recompensa, criando, assim, uma situação *win-win*. Pagar o juro de empréstimo ou vender matérias-primas à China não é simplesmente um ato comercial, mas diz respeito à manutenção da dignidade da parte recetora. Como Mawdsley(2012: 268) indica “*The focus on mutual opportunity or win-win as it is normally called in this context can therefore be seen not as a “moral deficit” of generosity, as proof of the inferior ethics of Southern donors, but as constitutive of a more honest and desirable relationship*”.

¹³ A “Teoria da Prenda” é uma tradução livre do autor, que foi originalmente intitulada em inglês como *gift theory*.

Com base nos princípios de não-intervenção e benefício mútuo, a China construiu para si própria uma imagem de vítima do colonialismo e parceiro para o desenvolvimento, aproximando-se dos outros países afro-asiáticos. Naquela altura, existiam muitos países recém-estabelecidos ou que estavam a lutar pela sua independência e Pequim entendia que esses países desejavam um ambiente externo pacífico e justiça internacional com o objetivo de garantir o seu desenvolvimento socioeconómico doméstico. Por esta razão, tanto os ‘Cinco Princípios de Coexistência Pacífica’ como os ‘Oito Princípios para a CpD da China’ receberam comentários positivos por parte da comunidade internacional. De acordo com a minha estatística, o número de países com relações diplomáticas com a China aumentou de 21 para 68, a partir do anúncio dos Cinco Princípios em 1953 até à sua retomada do cargo no Conselho de Segurança da ONU em 1971. Entre estes 47 países amigos, 34 são membros do Movimento dos Não Alinhados. Neste sentido, esta estratégia ampliou, com sucesso, o espaço internacional da China.

2.4. O guanxi e a política de cooperação da China

Usa-se *guanxi* em vez de “relação” ou “conexão social” porque esta palavra, no contexto chinês, significa mais do que ligações entre indivíduos. Por um lado, *guanxi* pode-se referir a uma relação hierárquica entre duas pessoas, onde uma tem a força moral de persuadir a outra a fazer-lhe um favor (Chen *et al.*, 2009; Farh *et al.*, 1998). Também se trata de uma rede de ligação interpessoal onde o “eu” fica no centro e as outras pessoas à volta (Fei, 2007).

Esta rede está estruturada de uma forma interligada, como uma teia de aranha. Por exemplo, quando A conhece B, e B conhece C de quem A não faz a mínima ideia, será estabelecida uma relação sutil entre A e C. Dado que as “teias de aranha”, por sua vez, também se interligam, a rede de *guanxi* não tem limite.

Por outro lado, a rede de *guanxi* também é um complexo onde a energia flui. Estando interligados, a modificação do relacionamento entre quaisquer dois elementos pode provocar modificações em toda a estrutura. A rede de *guanxi* define a posição pessoal na sociedade e implica ética e normas sociais para cumprir. O *guanxi* entre pessoas de diferentes graus de proximidade requiere e produz diferentes níveis de responsabilidade e confiança mútua (Yang Guoshu, 1993 *apud* Yang Yiyin, 2009). Quanto mais próximas forem as pessoas, maior será o sentimento de finalidade comum.

Portanto, a boa administração social não é o resultado do aperfeiçoamento do sistema judicial, mas sim da harmonização dos *guanxi* interpessoais na sociedade. “O imperador deve-se comportar como imperador, o súbdito como súbdito, o pai como pai e o filho como filho (君君臣臣父父子子)” deve ser o provérbio mais adequado para destacar a importância da harmonização do *guanxi* para o funcionamento da sociedade. No ponto de vista de Confúcio, o objetivo supremo da política não é a busca pela sobrevivência e poder do ponto de vista de Hobbes e Locke, ou a criação do mecanismo de paz de Kant, nem combates entre inimigos como nas ideias de Carl Schmidt, é sim legitimar as relações sociais, ou seja o

zhengming (正名). Os seres humanos são animais sociais que vivem em conjunto e têm o seu lugar no grupo, o que faz com que a identidade de uma pessoa não seja individual, mas sim definida em relação aos outros. Se todos os membros agirem conforme a sua posição social, falarem o que devem falar sem ofender os outros e usufruírem dos bens que o trabalho lhes proporciona, a relação social vai ficar equilibrada, o país vai funcionar de modo suave e todos os cidadãos podem viver felizes e em harmonia. Nesse sentido, o Confúcio disse que o objetivo principal da política era criar as relações sociais para colocar todos no seu lugar (政者, 正也).

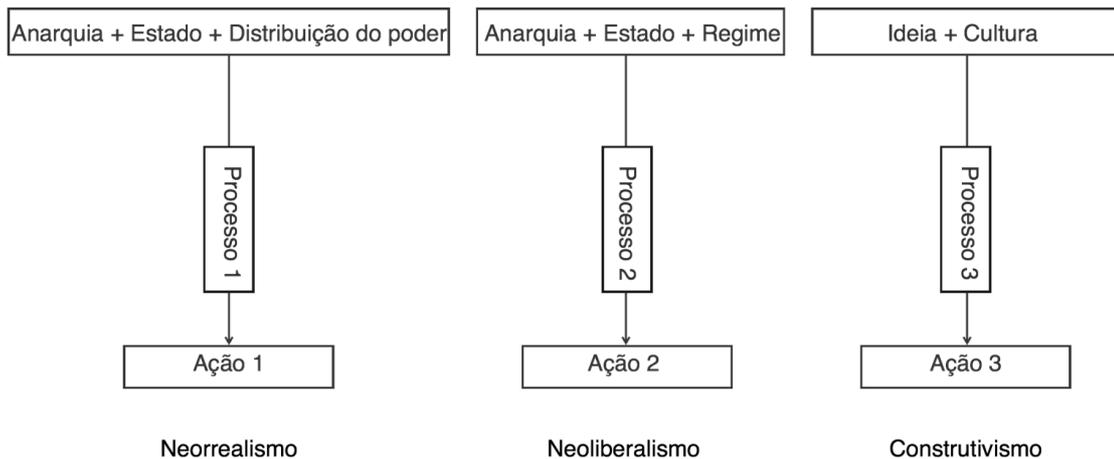
Em terceiro lugar, o *guanxi* não é uma constante, mas sim uma variável em mudança constante. Contatos podem dar início à formação do *guanxi* e, por tanto, os intercâmbios desagradáveis podem marcar-lhe o fim. Yang Yiyin (2009) conclui que o *guanxi* pode ser formado através de dois modos: *categorização* e *guanxilização*. A *categorização* dá ênfase às semelhanças que partilham, ou seja, às qualidades onde uma entidade se difere dos grupos distintos, nomeadamente a língua, a raça e a convenção social. Enquanto que a *guanxilização*, envolve dois vetores: relacionamento atribuído e relacionamento interativo. O primeiro diz respeito à consanguinidade e o segundo à relação adquirida através das interações. Consequentemente, a modificação de *guanxi* pode gerar a alteração da identidade social e, simultaneamente, levar a mudanças sobre a percepção do interesse e padrão de comportamento.

Em resumo, não há indivíduo ou entidade que viva de uma forma independente ou isolada. Os indivíduos, bem como países, vivem em *guanxi* uns com outros. O universo é composto de *guanxi*. O *guanxi* não é uma relação parada, mas uma relação em movimento a cada instante. O *guanxi* em movimento impulsiona a mudança do mundo à nossa volta e tais mudanças constantes do universo constituem o “processo”. Com base nos conceitos de *guanxi* e de processo, Qin Yaqing (2018) propôs a iniciativa do relacionalismo.

A importância do relacionalismo consiste no fornecimento de um paradigma dinâmico para analisar as RI. Em primeiro lugar, a maior diferença entre o relacionalismo e outras escolas teóricas ocidentais é que o primeiro não é orientado pela lógica de causa-efeito, nem assume *a priori* que exista relação de causa-efeito. Por exemplo, o neorealismo acha que a estrutura do sistema internacional decide as ações dos estados. Waltz (1979) argumenta que o sistema internacional tem três elementos fundamentais: a anarquia, os estados como atores racionais e a distribuição do poder. Assim, os neorealistas pensam de uma forma que parte da “estrutura” do sistema mundial para analisar as ações dos estados. Enquanto que para o neoliberalismo (Keohane, 1984), o “regime internacional” substitui-se pela “distribuição do poder” como o fator com maior ponderação. Neste sentido, o neoliberalismo também se pode resumir em “regime-ação”. Por último, o construtivismo, que parece mais próximo do relacionalismo, ainda não pode escapar do modo “causa-efeito”. Embora Wendt (1999) tenha criticado a lógica de anarquia como uma constante de Waltz e tenha envolvido a distribuição das ideias e conhecimentos para construir a doutrina construtivista, a sua teoria ainda é

unidirecional, pensando que as três culturas da anarquia impulsionam o estado a comportar-se de certa maneira.

Figura 4: Lógicas de causa-efeito das clássicas teorias das RI



Fonte: Figura elaborada pelo autor

A partir da figura acima, podemos observar que o segundo elemento—o processo—encontra-se em falta em todas as doutrinas clássicas. É certo que isto pode facilitar a criação de teorias, mas do ponto de vista de Qin (2018), excluir o processo da consideração é equivalente à omissão do pano de fundo onde o relacionamento entre eles funciona. Noutras palavras, essas doutrinas estudam relações, mas na prática, esquecem-nas. Além disso, ele deu ênfase à necessidade de estudar o processo, visto que o processo não é um modelo linear. Ou seja, *input* não produz necessariamente o *output* como é esperado, e o *output* não é necessariamente resultado do *input*. Segundo Nicolas Rescher (1996, *apud* Qin, 2009), há dois tipos de processo: “*owned process*” e “*un-owned process*”. O “*owned process*” é iniciado e praticado por uma pessoa definida. No entanto, o “*un-owned process*” não pode

ser reduzido a um indivíduo ou dizer claramente como se desenvolveu. O “espalhar de rumor” constitui um exemplo de um *un-owned process*, mas quer o *owned process*, quer o *un-owned process*, não poderiam ter lugar sem a rede de *guanxi*. Os rumores são propagados de um indivíduo para um outro indivíduo que tenha relação com o primeiro. Neste sentido, o relacionalismo, através da observação da dinâmica do *guanxi* intraestatal, tem a capacidade de trazer à luz alguns acontecimentos que as escolas teóricas clássicas são incapazes de explicar.

A cooperação internacional faz parte disso. O debate entre os realistas e liberalistas é desenvolvido em torno de “ganhos absolutos/relativos”. Os realistas consideram que, num sistema predominado pela anarquia, a sobrevivência é a maior preocupação de todos os países. Com o fim de garantir a sobrevivência, o que importa não é a força absoluta do estado, mas de que modo o mesmo se torna mais poderoso do que os outros países. Os realistas enfatizam o ganho relativo da cooperação internacional e perguntam-se quem adquirirá mais. Joseph Grieco (1998:127) argumentou que “*the fundamental goal of states in any relationship is to prevent others from achieving advantages in their relative capabilities*”. Neste sentido, a cooperação internacional será difícil de atingir.

Diferente de fazer cálculos de ganho, os liberalistas acreditam que todos os países desejam colaborar. O que os estados procuram é ganho absoluto e a colaboração pode contribuir para maximizar o ganho de todas as partes. No entanto, a anarquia do sistema internacional cria

margem de manobra, permitindo o acontecimento de fraudes e, assim, aumenta o custo de transação. Por isso, a “receita” dos liberalistas para promover a cooperação internacional é criar instituições multilaterais baseadas nos princípios liberais (Keohane, 2012).

Comparado com os realistas e liberalistas, os construtivistas não mostram tanto entusiasmo pela questão da cooperação. A teoria construtivista revela que as identidades e interesses são construídos socialmente, e que tais fatores orientam o comportamento dos atores. Wendt diz que não há uma ligação inerente entre a tendência para cooperação e o conhecimento partilhado, dado que “*culture may constitute cooperation or conflict*” (Wendt, 1999 *apud* Qin, 2018: 297). Entretanto, há alguns investigadores construtivistas que pensam que as organizações internacionais, como a UNESCO, o Banco Mundial e a Cruz Vermelha, podem contribuir para a consolidação das normas internacionais entre os membros da comunidade internacional. Logo que os estados estejam envolvidos nessas organizações, inicia-se o processo de socialização das determinadas regras internacionais. Durante este decurso, os países serão gradualmente assimilados e irão comportar-se em correspondência com estas normas no futuro (Finnermore, 1996).

Tendo, então, sintetizado as perspetivas das principais escolas das RI em relação à cooperação, torna-se fácil perceber que todas justificam a cooperação internacional de uma maneira unidirecional. Podem explicar de forma geral a razão para cooperar, mas não são capazes de esclarecer como os atores interagem no processo de cooperação. Portanto, a

utilidade do relacionalismo consiste em abrir a “caixa negra” do processo de cooperação, descobrindo as regras de interação que se desenrolam dentro da “caixa”.

O relacionalismo baseia-se em três hipóteses (Qin, 2018). Primeiramente, como o *guanxi* é o elemento básico que forma o universo, tudo no mundo vive em *guanxi*, tornando-se, assim, coexistente. Em segundo lugar, os relacionalistas concordam com os construtivistas sobre o facto de que a identidade define o interesse, e o interesse dá orientação ao comportamento. Porém, no discurso relacionalista, a identidade forma-se com o base no *guanxi*, isto quer dizer que em diferentes situações, o *guanxi* entre atores será diferente. Assim os atores têm interesses múltiplos e apresentam comportamentos divergentes. Em terceiro, os interesses são partilhados entre os membros sociais, não se podendo encontrar um interesse exclusivo.

Em termos de CpD, em primeiro, o *guanxi* é um critério de julgamento para um ator decidir como distribuir os seus recursos. A possibilidade de cooperação aumenta quanto mais o doador se sentir próximo do recetor. Os pais, cônjuges, irmãos e filhos, por exemplo, são normalmente considerados como pessoas mais próximas para “mim”, assim mais provavelmente “eu” faço-lhes o bem, não esperando nada em troca. Além disso, a reciprocidade é um elemento necessário para o prosseguimento da cooperação. No processo de colaboração, a parte que faz o bem normalmente espera pelo reconhecimento ou recompensa da outra parte. Se esta procura for respondida oportunamente, as boas interações vão contribuir para a formação de um *guanxi* mais próximo e todos terão mais vontade de

aprofundar a sua cooperação. Qin Yaqing (2018) descreve esta situação como “*Mencius Optimality*”, um modo de interação interpessoal caracterizado pela reciprocidade positiva. Se por um dia a “*Mencius Optimality*” conseguir substituir o cálculo dos ganhos e normas sociais e ser a doutrina respeitada por todos, Qin acredita que o mundo será verdadeiramente harmonioso.

2.5. Conclusão

O presente capítulo visou demonstrar como os pensamentos tradicionais chineses contribuem para a formação da sua política de CpD.

Na primeira secção, foi apresentado como o sistema tributário e o confucionismo, fisicamente e espiritualmente, suportaram o *tianxia* do império chinês. Revela-se que a ordem antiga da Ásia oriental, onde a China se localizava no centro, era suportada por dois pilares. Um era visível, o sistema tributário, que se refere aos intercâmbios políticos, económicos e culturais da China com países vizinhos. O outro era invisível, o confucionismo, que teve as filosofias de benevolência e harmonia como núcleo. Por um lado, o compromisso de não-intervenção, de reciprocidade e de respeito mútuo representam práticas do princípio de benevolência. Por outro lado, a afirmação do mundo harmonioso representa uma visão do mundo particular, alimentada pela lógica da harmonia. Para os chineses, o *tianxia* não tem limite e nada poderá estar fora de *tianxia*. Aqueles diferentes de “nós” não são objetos

para serem destruídos, mas sim integrados em “nós”, tornando-se parte do *tianxia*. Podemos, então, dizer que a visão de *tianxia* alimentou a imagem nacional da China como um grande país.

Na segunda secção, foi apresentada a importância do século das humilhações com o objetivo de explicar por que razão os chineses enfatizam os princípios de não-intervenção e desenvolvimento económico nas práticas de CpD. Adicionalmente, podemos afirmar que este episódio histórico ajuda a China a construir uma imagem de vítima do colonialismo e parceiro dos países em desenvolvimento. Tal imagem contribuiu para a China ganhar mais amigos no plano internacional e justificar o seu princípio de benefício mútuo para a CpD. A Teoria da Prenda também foi utilizada no final desta secção para explicar a razão pela qual o princípio de reciprocidade é bem-vindo pelos países recetores. Ilustrou-se que a reciprocidade, ou seja, o ato de pedir retribuição na CpD pode estimular um sentimento de ser respeitado e eliminar o possível rebaixamento moral por parte do recetor. Quando o país recetor deixar de se preocupar com o potencial risco à sua soberania e estatuto internacional como consequência de receber a ajuda da China, evidentemente, preferirá escolher Pequim para ser o seu parceiro no caminho do desenvolvimento.

A última parte do presente capítulo representa uma inovação teórica dos pensamentos tradicionais. Um elemento-chave para entender a CpD chinesa é o *guanxi*, por isso, a secção começa com o esclarecimento deste termo, como é formado e de que modo é importante

para o funcionamento normal da sociedade. Trata-se de um relacionamento social típico da China que contém a filosofia de *yin-yang*. A modificação do *guanxi* dinamiza o desenvolvimento do processo e, no processo, pode-se observar as mudanças do mundo. O relacionalismo, por um lado, oferece-nos uma visão dinâmica para observar a CpD chinesa. Por outro lado, representa, também, uma perspectiva mais otimista do que as oferecidas por outras escolas teóricas, relativamente à cooperação internacional. Na perspectiva de Qin Yaqing (2018) e Zhao Tingyang (2016), a *Mencius Optimality*, cooperação vantajosa para todas as partes, tem a possibilidade de ser realizada e considerada sustentável.

Capítulo III. A Ideologia do Partido Comunista da China

3.1. Introdução

Os setenta anos que passaram desde o estabelecimento da China até 2017 podem ser divididos em três fases ideologicamente diferentes: o período revolucionário de Mao Zedong (1949 – 1978), as décadas de Deng Xiaoping e Jiang Zemin, marcadas pelas reformas política e económica (1978 – 2002) e os mandatos de Hu Jintao e Xi Jinping, acompanhados pela rápida ascensão chinesa (2002 – 2017). O objetivo do presente capítulo consiste em explorar como o sistema ideológico do Partido Comunista da China (PCC) evoluiu ao longo das décadas e, simultaneamente, como os programas de CpD foram postos em prática. Será testada a seguinte hipótese: se a prática de CpD sofre mudanças radicais quando um novo Secretário-Geral do PCC assume o cargo, então a política de CpD chinesa é enquadrada pela ideologia.

3.2. O nascimento do Maoísmo

O corpo ideológico do PCC foi fundamentalmente baseado nas doutrinas soviéticas. Os pensamentos de Marx, Engels, Lenine e Estaline compuseram o sistema teórico do Comunismo, sendo respeitados por todo o bloco comunista (Levine, 1994). Para os chineses, respeitar estas ideologias soviéticas servia um duplo intuito: para associar a China com

outros países comunistas através dos símbolos, rituais e linguagem políticos comuns e, simultaneamente, para demarcar a fronteira entre o mundo socialista a que a China pertencia e o mundo capitalista onde se localizavam os seus adversários. Contudo, por motivos históricos, a URSS tinha o poder de dominar os outros países do bloco socialista. Neste sentido, a convergência ideológica com a URSS levou a que a China vivesse de identidade: *de jure*, era um país soberano com autonomia absoluta mas, *de facto*, era subjugado à ordem da URSS (Ma, 2008). Com o fim de se libertar do comando da União Soviética, os comunistas chineses tiveram obrigatoriamente de formar o seu próprio sistema ideológico.

Em 1953, no ano em que Estaline morreu, foi publicado o livro mais representativo de Mao, *Selected Works of Mao Zedong*. Neste livro, ele argumentou que o marxismo-leninismo é a teoria criada por Marx, Engels, Lenine e Estaline com base nas suas práticas e nas suas conclusões, retiradas da realidade histórica e revolucionária. As suas doutrinas eram verdades universais, mas tinham limitações históricas e não representam o todo do socialismo (Mao, 1965a). Com base nas práticas revolucionárias da China, os comunistas chineses podiam formar as suas próprias teorias em correspondência com a realidade chinesa. Essas teorias não seriam necessariamente universais ou aplicáveis para outros países, mas apenas serviriam para orientar a revolução chinesa. Mao (1965b: 209) disse que “é possível pormos o marxismo em prática apenas quando está integrado com as caraterísticas específicas da China e adquire uma forma nacional definida. A imensa força do marxismo-leninismo assenta precisamente na sua integração com as práticas concretas de todos os

países”. Mais tarde, esta forma de desenvolver o comunismo é chamada de “sinização do marxismo” (马克思主义中国化) e as já referidas “caraterísticas específicas” transformaram-se na terminologia conhecida como “características chinesas”.

Assim, a sinização do marxismo fundamentou a base ideológica do PCC. Esta iniciativa permitiu a Mao, bem como aos outros secretários-gerais do PCC, explorar um caminho específico de desenvolvimento na China, em vez de seguir a União Soviética. A iniciativa, por um lado, criou uma margem de manobra para diferentes “gerações dirigentes” designarem as suas estratégias. Se tal não houvesse, as ideias de Deng, Jiang, Hu, Xi não teriam a possibilidade de emergir. Por outro lado, usar as doutrinas do comunismo clássico, no fundo, garantiu que os futuros líderes do PCC não se afastariam dos princípios socialistas, assegurando assim a continuidade da doutrina.

Para além disso, Mao Zedong desenvolveu a teoria das contradições e definiu-a como a epistemologia do PCC. *On Contradiction* e *On Practice* são os dois ensaios de mérito de Mao Zedong, que explicam sistematicamente o conceito de contradição. Mao (1967) indicou que a contradição era omnipresente e todo o mundo vivia na relação de contradição, onde um indivíduo não podia enfrentar uma única contradição, mas várias ao mesmo tempo. Entre estas contradições, devia haver uma que seria a mais relevante para a resolução da questão enquanto que outras contradições seriam menos relevantes. Assim, ele usou o termo “contradição principal” para descrever a contradição mais essencial e intitulou aquelas

menos importantes com o termo “contradição secundária” (*ibid.*). Dado que a contradição se constitui como uma natureza do mundo e como outras contradições não eram da mesma importância, Mao argumentou que quando se tratava de um problema, a primeira coisa a fazer era identificar a contradição principal porque a mesma decidiria quais medidas seriam tomadas. Assim que a contradição principal fosse identificada e medidas corretas tomadas, o problema seria resolvido.

When we speak of understanding each aspect of a contradiction, we mean understanding what specific position each aspect occupies, what concrete forms it assumes in its interdependence and in its contradiction with its opposite, and what concrete methods are employed in the struggle with its opposite (Mao, 1967:323).

A teoria de contradições, por sua vez, justificou a sinização do marxismo: a China e a URSS tinham contradições principais diferentes e requeriam políticas diferentes. No discurso oficial do PCC, o “procurar verdades dos factos” (实事求是) e o “fazer análises concretas das condições concretas” (具体问题具体分析) são considerados a essência do Maoísmo (Zhang, 2018).

O impacto da ideologia maoísta também pode ser vista na política de CpD. Primeiro, os países socialistas, como a Coreia do Norte, o Vietname e a Argélia, foram os principais beneficiários da ajuda externa chinesa naquela época (Dreher e Fuchs, 2012; Ren e Liu, 2017). O objetivo da China foi obviamente geopolítico, no sentido de contrariar o isolamento internacional em resultado de sanções dos EUA. Em segundo, uma grande parte da CpD

chinesa foi de natureza militar, incluindo o fornecimento de armas, treino de guerreiros e envio de especialistas, com destinatários de movimentos revolucionários e de libertação (Ren e Liu, 2017). Curiosamente, este tipo de apoio também foi classificado pela China na categoria de CpD (Brautigam, 2009). Na opinião de Mao (1967, 1965b), a classe feudal e a classe capital eram os maiores obstáculos para o desenvolvimento, ou seja, os regimes antiquados e as classes que os defendiam eram as contradições principais daqueles países em revolução. A eliminação das classes feudal e capital em Angola foi, de certo modo, o desenvolvimento. Como a China financiou as revoltas socialistas contragovernos de outros países, a sua CpD foi reconhecida e definida como revolucionária e agressiva. Em terceiro, é importante situar a CpD chinesa daquela época no contexto da Guerra Fria. Durante 1950 e 1980, Pequim enunciou as estratégias de zona intermediária e a teoria dos três mundos, no sentido de intensificar a solidariedade dos países afro-asiáticos para combater as duas superpotências em conjunto com a China. A CpD chinesa, neste sentido, foi mais motivada politicamente do que economicamente. Milhares de chineses dedicaram-se aos projetos de CpD, sem ter em conta bónus e benefícios, e trabalharam em países africanos onde as condições de operação eram muito limitadas. A construção do caminho ferroviário Tanzânia-Zâmbia é um exemplo.¹⁴ Como foi mencionado no capítulo anterior, os programas de CpD chinesa foram desenvolvidos em nome da amizade sino-africana mas, de

¹⁴ A linha de comboio Tazara está localizada no este de África e liga o porto de Dares Salaam, localizando no este da Tanzânia, com a cidade Kapiri Mposhi localizada na Zâmbia. A linha de comboio foi construída entre 1970 e 1975, com a ajuda do governo chinês de modo a terminar com a dependência económica da Zâmbia para com a Rhodesia e África do Sul, ambos governados por minorias brancas. Este foi o maior projeto de ajuda individual realizado pela China, com o custo de 406 milhões de dólares (equivalentes a 2.62 bilhões de dólares nos dias de hoje). No entanto, a linha do comboio foi mal gerida e, até aos dias de hoje, produziu poucos benefícios económicos (Wikipedia, 2019b).

facto, a divulgação da imagem de país subdesenvolvido e a apresentação da sua boa-vontade através da CpD foram criadas para obter a confiança de outros países e assegurar o seu apoio no contexto de Guerra Fria.

3.3. A reforma e abertura e a economia socialista de mercado

Embora alguns investigadores tenham dito que a China entrou na sociedade pós-comunista na sequência da tomada de poder por Deng Xiaoping, a análise desta secção vai demonstrar que a ideologia comunista, nomeadamente a teoria das contradições, continuava a orientar a política chinesa, mas de forma mais subtil. Quando um novo Politburo Central do PCC entra em vigor, o líder deste grupo, que é o secretário-geral do PCC e presidente da RPC, vai definir, em conjunto com os outros membros do quadro dirigente, a contradição principal do país e, com o base neste julgamento, indicar o seu foco de trabalho. Isto define o sistema ideológico a ser aplicado durante o mandato deste quadro dirigente. As políticas e práticas de CpD são instrumentos para realizar os objetivos, variando de tempos a tempos, de acordo com a ideologia então em vigor.

A década de 80 foi marcada pela reforma e abertura levada a cabo por Deng Xiaoping. Como o nome indica, esta iniciativa de Deng foi composta por dois elementos: reforma política e abertura económica. Em termos de reforma política, o foco foi redefinir qual era a contradição principal da China naquela época – a ameaça do conflito armado ou o

subdesenvolvimento económico – e, conseqüentemente, qual devia ser o trabalho primário do governo chinês – incentivar revoluções proletárias em outros países ou o desenvolvimento económico doméstico.

Antes de 1978, a luta de classes foi a “melodia” da diplomacia chinesa porque, na perspectiva de Mao, a então conjuntura internacional era caracterizada pela hostilidade inconciliável entre o mundo comunista e o mundo capitalista, e tal antagonismo seria a causa do próximo conflito violento. No entanto, na sequência da morte de Mao em 1976, o novo quadro dirigente do PCC, encabeçado por Deng, tentou neutralizar esta afirmação revolucionista e, nos dez anos seguintes, abordou esta questão com muita prudência para andar passo a passo ao lado oposto de Mao.

Na Terceira Sessão Plenária de 1978, o PCC anunciou que o desenvolvimento económico seria a prioridade do governo. Tanto o crescimento económico como o bem-estar do povo foram destacados na conferência e o Comité Central do PCC proclamou que “a tarefa principal do partido se redirecionaria para a modernização socialista” (DRC,1997:17).¹⁵ Contudo, ainda se mencionou nesta conferência que “o perigo de guerra continua a existir” (DRC,1997:19). No 12º Congresso Nacional do PCC realizado mais tarde, apareceram sinais de que o PCC estava a moderar a posição relativa à guerra. “O mundo está a tornar-se cada vez mais perigoso por causa da rivalidade entre as duas superpotências” disse Hu Yaobang

¹⁵ Tradução livre do autor.

(1982 *apud* Qin, 2011:237) “mas a história demonstra que as pessoas neste mundo, através do esforço conjunto, podem levar os conflitos para o seu fim”.¹⁶ Três anos depois, Deng Xiaoping deu um passo em frente, declarando que “*It is possible to have no large-scale world war in a relatively long period of time and it is hopeful that world peace can be maintained. [...] The major issue of the world are peace and development*” (Deng,1993:127,104).

Um ponto final foi marcado no debate entre “guerra ou paz” no 13º Congresso Nacional do PCC em 1987. O relatório desse Congresso proclamou que “a paz e o desenvolvimento são os dois temas principais no mundo atual” (Zhao,1987).¹⁷ Mais importante, indicou-se uma nova contradição principal: como a China estava na fase inicial do socialismo, a contradição principal era a da crescente procura material e cultural do povo chinês e a produção social atrasada (*ibid.*). Foi nesta conferência que o desenvolvimento económico foi oficialmente reconhecido como o foco de trabalho de todo o país e a ideologia do PCC foi modificada para se tornar mais pragmática.

Ao entrar na década de 90, as contradições que a nação enfrentava estavam cada vez mais complicadas e possíveis resoluções requeriam reformas mais profundas. Por um lado, houve um conflito entre a crescente importância dos atores não-estatais no setor económico e o

¹⁶ Tradução livre do autor.

¹⁷ Tradução livre do autor.

modelo de economia planificada (Su, 2011; Brown, 2012). Por outro lado, a China encontrava-se numa encruzilhada para decidir se se devia integrar nas instituições internacionais como um colaborador ou permanecer à distância. O PCC tinha de redefinir o papel do governo em relação ao mercado e o papel da China em relação à comunidade internacional. Foi nesta circunstância que Jiang Zemin enunciou a ideologia de “representatividade tripla” (三个代表) no 16º Congresso Nacional do PCC, proclamando que o partido devia sempre representar “[T]he development trend of China’s advanced productive forces, the orientation of China’s advanced culture, and the fundamental interests of the overwhelming majority of the Chinese people” (Jiang, 2002).

A primeira “representatividade” foi a mais crítica porque a “força produtiva avançada” referiu-se aos empreendedorismos privados e estrangeiros. O presidente chinês, através deste discurso, proclamou o emprego da economia mista, que incorpora a economia de mercado na economia planificada. Este modelo económico baseava-se no controlo das empresas estatais chinesas (EEC) sobre as indústrias mais relevantes, permitindo ao mesmo tempo, espaço para as empresas privadas e estrangeiras crescerem. Ao avaliar a relevância deste passo político, é importante ter em mente que os sectores privados são fundamentalmente incompatíveis com o regime socialista. Para conciliar, o governo chinês chamou o seu sistema económico de “economia socialista de mercado com características chinesas” em que o mercado desempenhava um papel básico circunscrito à distribuição de recursos (Jiang,

2002).¹⁸ Existem investigadores que o consideram como “capitalismo” ou “capitalismo do estado” (Bremmer, 2009; The Economist, 2012). Independentemente do título, este facto revela que o governo chinês estava a pensar cada vez mais num modo realista e pragmático.

A postura realista e pragmática chinesa foi também empregue nas relações internacionais. Primeiro, identificou-se como um país normal que razoavelmente considera o seu interesse nacional acima de tudo e onde contribuir para aumentar o poder do país era visto como o único critério para ponderar no momento em que os dirigentes políticos tomavam decisões (Yan, 1996). Segundo, como o desenvolvimento económico era a maior preocupação do país, a diplomacia servia para criar e assegurar um ambiente externo favorável para realizar tal objetivo, em vez de privilegiar a promoção do movimento comunista noutros países (Su, 1997). Terceiro, a China devia desempenhar um papel de colaboradora nas instituições internacionais e aproveitar as ocasiões multilaterais para reforçar a sua influência internacional (Wang, 1995, 2003; Kent, 2002), ao mesmo tempo que aprendia as regras internacionais através das práticas, para que mais tarde pudesse criar as suas próprias organizações multilaterais (Qin, 1998; Su, 2000).

Mudanças também aconteceram na política de CpD chinesa. Considerando que a porção da CpD se tinha mantido acima dos 5% antes de 1975 e atingiu o máximo de 7.2% em 1973, o

¹⁸ O termo “economia socialista de mercado” foi, pela primeira vez, referido por Jiang Zemin no 14º Congresso Nacional da PCC, mas oficialmente esclarecido dez anos mais tarde no 16º Congresso Nacional.

Conselho do Estado da RPC decidiu em 1977 contrair o volume da CpD para menos de 4% do orçamento nacional (Ren e Liu, 2017: 130, 134). As verbas seriam concentradas na manutenção dos projetos em curso e não era pretendido aprovar novos projetos de CpD (Brautigam, 2009). O controlo, obviamente, visava afetar os recursos financeiros limitados ao desenvolvimento económico interno. A China ainda deixou de recusar APD dos países doadores tradicionais e tornou-se um país recetor de ajuda externa. De acordo com estatísticas do BM (2019) e Aiddata (2017), Pequim só voltou a doar mais dinheiro do que aquele que recebia por volta dos anos 2000.

Além disso, a CpD chinesa diversificou a sua modalidade, sendo desenvolvida em dois níveis – bilateral e multilateral. Em termos bilaterais, os apoios deixaram de se associar com as revoluções socialistas, mas tornaram-se acessíveis aos países ideologicamente diferentes da China. A sustentabilidade, a operacionalidade e o *outcome* económico encontravam-se entre os principais fatores de ponderação para os projetos de CpD, destinados a ajudar os países recetores a aumentarem o seu rendimento nacional e o seu capital social (Pei, 1989).¹⁹ No nível multilateral, a China inicialmente participou em organizações internacionais com o título de país em desenvolvimento e tomou posição a favor dos países do sul nas questões em debate (Modi, 2011). Simultaneamente, tentou institucionalizar a sua relação de cooperação com os países do Sul, para que fossem organizações multilaterais e instrumentos

¹⁹ Em 1983, o então primeiro-ministro da China, Zhao Ziyang, realizou visitas oficiais a onze países africanos. Durante a sua estadia na Tanzânia, enunciou Os Quatro Princípios para a Cooperação Económica e Técnica da China com os Países Africanos que deram enfoques à sustentabilidade e *outcome* económico (Pei, 1989).

para projetar a sua influência. Por exemplo, o Fórum para a Cooperação China-África foi criado em 2000 e contou com a participação de 45 países africanos. Sendo praticamente presidido pela China, o Fórum concentra-se na cooperação económica e reforma da ordem mundial. Pequim também aproveitou as reuniões realizadas de três em três anos para apresentar novos projetos de CpD e de alívio da dívida, considerando-os como boas práticas para construir uma imagem internacional positiva da China (Gaspar, 2009).

3.4. A ascensão pacífica e o sonho chinês

No 16º Congresso Nacional do PCC, em que o Secretário-Geral transitou de Jiang Zemin para Hu Jintao, o antigo líder da China lembrou o seu sucessor que “as primeiras duas décadas do século XXI serão um período com oportunidades estratégicas, as quais devem apanhar com firmeza e que oferecerão ‘perspetivas’ brilhantes” (Jiang, 2002). Dez anos depois, a mesma afirmação foi ainda repetida no 18º Congresso Nacional quando Xi Jinping assumiu o cargo (Hu, 2012). Para Hu e Xi, aquele foi tanto o melhor como o pior dos tempos: após vinte anos de desenvolvimento económico em alta velocidade, a China deixou de ser um país pobre e vulnerável. O crescimento do poder integral nacional permitiu-lhes apresentar-se na arena global como uma potência.

No entanto, o país estava a enfrentar vários desafios, onde os desequilíbrios apresentavam riscos para a sociedade chinesa. A expansão económica permitiu o agravamento do fosso

entre ricos e pobres e a intensificação da desigualdade económica e injustiça social. O antigo modelo de desenvolvimento, baseado na indústria de manufatura e consumo de recursos naturais, revelou-se insustentável visto que o país estava a envelhecer e a enfrentar um grave problema de poluição. Criar um novo modelo de crescimento enquanto se preserva a estabilidade social obriga a um equilíbrio cuidado entre a antiga estratégia orientada pelo crescimento do PIB e a nova abordagem que requiere um desenvolvimento integral. Neste contexto, Hu Jintao anunciou a sua ideologia de Perspetiva Científica de Desenvolvimento (科学发展观), cujo núcleo foi impulsionar o equilíbrio entre segmentos sociais e promover o desenvolvimento abrangente, coordenado e sustentável.

No entendimento de Xi Jinping, a procura de um crescimento com qualidade através do ajustamento estrutural está fundamentalmente relacionado com a realização de um grande renascimento da nação chinesa, ou seja o Sonho Chinês (中国梦), compromisso feito por Xi aquando o começo do seu primeiro mandato. De acordo com o relatório do 19º Congresso Nacional, o sonho chinês será realizado por duas fases: até 2020, o 100º aniversário do PCC, a “sociedade modestamente confiável” (小康社会) será construída na China; e até 2025, o 100º aniversário da RPC, a China irá tornar-se um país desenvolvido e uma potência mundial autêntica. A concretização dos objetivos depende da adoção do novo modelo de desenvolvimento económico caracterizado pela inovação tecnológica para que a China, fábrica global, possa promover o seu lugar na cadeia de valor. Assim, o Conselho de Estado da RPC anunciou, em 2015, o plano nacional *Made in China 2025*, para que a China se

transforme numa superpotência industrial dentro de dez anos (Li, 2018).²⁰ Esta política industrial, como desafia a supremacia económica e tecnológica das grandes economias mundiais, provocou uma grande preocupação nestes países (Orlik, 2018).

Não obstante, as potências mundiais estão cada vez mais preocupadas com a crescente influência internacional da China, visto que a revitalização da nação chinesa não é limitada ao aspeto económico, mas está também ligada ao poder político do país na cena internacional. Já na década de 1990, surgiram vozes sobre o perigo da ascensão chinesa. Por exemplo, o livro *The Coming Conflict With China* (Bernstein e Munro, 1998) previu que os EUA e a China entrariam, internacionalmente, em conflito. O livro *Clash of Civilization* de Samuel Huitington (1996) afirmou que o confronto era estrutural porque resultava das divergências culturais e históricas. Na verdade, as potências ocidentais têm razão para se preocupar porque, pela primeira vez desde o fim da segunda guerra mundial, vimos que a segunda maior economia global não é uma democracia oriental liberal (Esteves, 2008). Todo o mundo está a observar se a ascensão chinesa trará alguma perturbação ou se irá contribuir para a paz mundial.

Em resposta às afirmações de ameaça chinesa, Zheng Bijian (2003, 2005) disse que a China iria seguir um caminho pacífico de ascensão, evitando reverter a ordem mundial em vigor e,

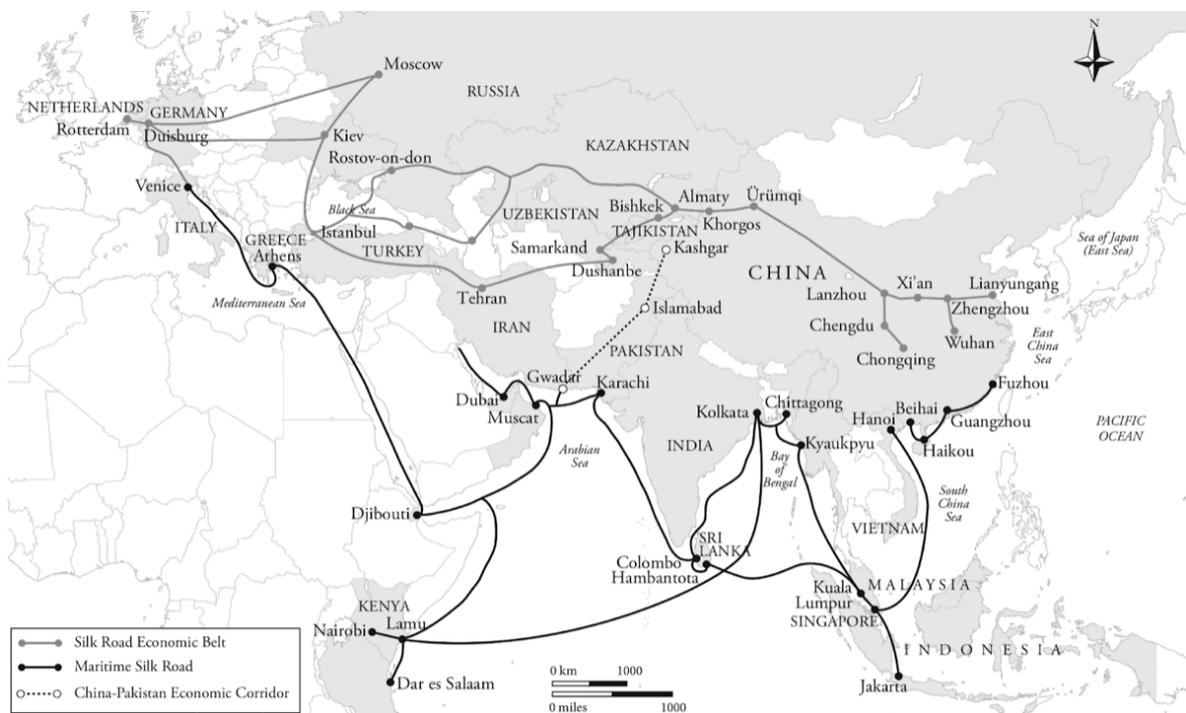
²⁰ O enfoque da iniciativa *Made in China 2025* encontra-se nos dez setores-chaves, nomeadamente *robot*, inteligência artificial, quinta geração de internet móvel, aviação, e veículo autónomo (Peter, 2017).

mais importante, evitando conflitos entre a potência estabelecida e a potência ascendente, algo que não tinha acontecido antes. Por um lado, os estudiosos liberalistas chineses acreditam que o aprofundamento da interdependência chinesa com o mundo diminuirá a preocupação das potências já estabelecidas (Men, 2004; Wang, 2003; Su, 2002). Por outro lado, a experiência desde a participação chinesa na Organização Mundial do Comércio (OMC) revela que a globalização alimenta a realização do sonho chinês, nomeadamente, para que o país consiga retomar o papel de liderança económica, política e cultural (Kent, 2002).

Assim, o governo chinês apostou na Iniciativa da Uma Faixa, Uma Rota (一帶一路) para ampliar a sua influência através da cooperação internacional. Esta estratégia foi apresentada primeiramente em 2013 e concentra-se num grande investimento no transporte e infraestruturas, em países na Ásia, África e Europa. Como a Figura 5 demonstra, a iniciativa é desenvolvida por via terrestre bem como marítima, passando por regiões geopoliticamente importantes como o Médio Oriente, a Ásia Ocidental e o sul de África. A ideia é conectar esta estratégia com os projetos de CpD já iniciados por Pequim nestas regiões para que se impulsione a circulação de capitais, recursos naturais e produtos entre os três continentes. Um mercado vasto, mão-de-obra qualificada, recursos naturais abundantes, em conjunto com investimentos na infraestrutura são os segredos do sucesso da modernização chinesa ao longo das passadas quatro décadas. Caso a iniciativa da Rota da Seda obtenha êxito noutros países, o modelo de desenvolvimento chinês ficará mais competitivo relativo ao modelo

ocidental. Como o modelo ocidental é fundamentado pelo Consenso de Washington, observa-se que Pequim provavelmente tenta desafiar a ideologia ocidental através desta forma (Callahan, 2016; Ferdinand, 2016). Assim, a CpD chinesa, ao fazer parte desta iniciativa, é vista como sendo manipulada por Pequim de modo a que melhor se consigam gerir os interesses políticos da RPC.

Figura 5: Mapa da Rota da Seda



Fonte: Economy, E. (2018) pp.192, figure 7.1.

A Rota da Seda está a mudar o paradigma da política de CpD chinesa: está a ser destacada a influência política da ajuda externa, nomeadamente a contribuição para a construção da imagem positiva da China como parceiro para o desenvolvimento. A China insiste que não há uma fórmula universal para os países em desenvolvimento atingirem o objetivo de modernização e encoraja-os a explorar o seu próprio caminho de desenvolvimento de acordo

com a sua própria condição. Pequim ainda associou os ‘Cinco Princípios da Coexistência Pacífica’ com a incondicionalidade e o benefício mútuo destinado a formular o Consenso de Pequim²¹ (Xinhua News Agency, 4 de setembro de 2018). Considerando o sucesso limitado do Consenso de Washington e das instituições de Bretton Woods no combate à pobreza em África e na América Latina, o Consenso de Pequim está previsto ser aceite pelos países subdesenvolvidos, contribuindo então para aumentar o prestígio chinês no cenário internacional. Além disso, a China está a estabelecer novas instituições multilaterais, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII) e o Fundo da Rota da Seda (FRS), para proporcionar verbas adicionais aos países desesperados por financiamento. Por um lado, a criação destas instituições surge como um apoio para eliminar as preocupações sobre a não-transparência na gestão dos financiamentos. Por outro lado, o BAII e o FRS são iniciativas da China para contornar as existentes organizações de financiamento que são controladas pelos países ocidentais.

Por último, não é demais notar que a China está a aproveitar a iniciativa da Rota da Seda para apresentar-se a favor da globalização e do multilateralismo, assim aumentando a sua legitimidade enquanto potência mundial. A moralidade política tem sido bastante importante na China desde a antiguidade. Yan Xuetong (2008) indicou que há três tipos de governança: *royal ethnic*²², hegemonia e tirania. A primeira, *royal ethnic*, recorre à moralidade para

²¹ O Consenso de Pequim é um termo criado por Joshua Ramo em 2004, que se refere ao modelo de desenvolvimento político e económico ocasionado pela China (Ramos, 2004).

²² O *royal ethnic* é um termo criado por Yan Xuetong (2008) que se escreve em chinês como 王道. O primeiro carácter, “王”, significa “rei” e o segundo, “道”, significa “a maneira”. Então, 王道 em conjunto significa a

consolidar a governança. Em vez de se usar força física para conquistar e controlar, os imperadores de *royal ethnic* vencem a obediência do povo através da demonstração da sua benevolência. A tirania, por outro lado, é uma forma governativa oposta à *royal ethnic*, que é baseada na força física. Este tipo de regime é o mais vulnerável, porque a força bruta cria inimigos e não contribui para a legitimidade política. Por último, a hegemonia encontra-se no meio: tanto tem consciência da importância da moralidade, como também, em alguns casos, da força física para defender a hegemonia. Em chinês, a palavra “hegemonia” escreve-se com dois caracteres “霸权”. O primeiro carácter, o “霸”, significa ser arbitrário por ser forte. O segundo, o “权”, implica ter poder ou direito. Yan (2016) concluiu que ter forças não resulta necessariamente em ter poder visto que apenas ao ser baseado na legitimidade e moralidade, o poder pode ser estável. Da mesma forma, promover a cooperação internacional para ajudar outros países com o seu desenvolvimento e tomar uma posição oposta ao protecionismo, são considerados atos benevolentes que podem contribuir para o prestígio internacional da China.

3.5. Conclusão

O presente capítulo traçou o envolvimento da ideologia comunista chinesa ao longo das quatro décadas e avaliou o seu impacto sobre a política de CpD chinesa. A primeira parte concentrou-se no maoísmo e na política de CpD chinesa entre 1949 e 1978, verificando-se

maneira para ser o rei. Como o autor traduziu este termo em inglês como *royal ethnic*, decidi manter esta tradução por ser a mais fiel.

que Mao fez duas contribuições à doutrina oficial do PCC. A primeira contribuição diz respeito à iniciativa de sinização do marxismo e a outra tem a ver com a teoria de contradições desenvolvida por Mao, na qual se constitui o sistema epistemológico dos políticos chineses. A ajuda externa chinesa naquela época foi, principalmente, ideologicamente motivada e caracterizada por assistências militares.

Entrando na década de 1980, a influência ideológica do maoísmo começou a desaparecer em consequência da iniciativa de Reforma e Abertura de Deng Xiaoping. A política chinesa apresentou-se cada vez mais realista e pragmática. Estando consciente de que o desenvolvimento económico era a tarefa privilegiada de todo o país, o governo chinês começou a controlar o volume financeiro da CpD, ao mesmo tempo que aceitava a APD dos países da OCDE. A adoção da economia socialista de mercado ainda permitiu à China usufruir das organizações internacionais para financiar os seus programas de CpD.

Quando Hu Jintao e Xi Jinping assumiram a presidência chinesa, o país estava a enfrentar uma nova contradição principal caracterizada pelo desenvolvimento desequilibrado. Em termos domésticos, era necessário transformar o modelo de desenvolvimento, para que fosse sustentado pela inovação e alta tecnologia. Em termos externos, a preocupação pela ascensão chinesa estava a ganhar popularidade, daí que os políticos chineses precisavam de comprovar a possibilidade de o país se tornar numa potência sem perturbar a ordem mundial atual. Durante o mandato de Hu, tentaram abafar a preocupação com a afirmação da ascensão

pacífica chinesa. Durante o mandato de Xi, ele lançou a estratégia ambiciosa da Rota da Seda e tentou obter apoios através da consolidação de ligações económicas e comerciais com os países ao longo da Rota, utilizando a CpD chinesa para divulgar o modelo de desenvolvimento chinês e construir uma imagem positiva da China no cenário internacional.

Capítulo IV. As Motivações Políticas da China em Angola (1949—2002)

4.1. Introdução

Poucas atenções foram prestadas à relação de cooperação China-Angola antes de 2002, ano que a paz foi reinstalada em Angola. O presente capítulo, que procura colmatar a falta de conhecimento nesta área, é caracterizado pela tentativa de situar a relação de cooperação sino-angolana no contexto da relação triangular China-EUA-URSS. O foco de estudo estará na explicação da razão do porquê de a China estabelecer relações de cooperação primeiramente com o movimento de liberdade dirigido por António Agostinho Neto, alterando, depois, o seu apoio para os movimentos de Roberto e Savimbi. Argumenta-se neste capítulo que Angola é um instrumento para a China se posicionar contra as duas superpotências, depois de ter passado por uma fase de alinhamento com a URSS e de uma aproximação aos EUA.

Este capítulo estuda a história entre o estabelecimento da RPC em 1949 e o fim da guerra civil angolana em 2002, subdividida em três períodos. O primeiro período é o de 1949-1963, quando a China se aliou à União Soviética contra o bloco capitalista e apoiou diversos movimentos de libertação africanos em nome das máximas de anticolonialismo e anti-imperialismo. O debate ideológico sino-soviético em 1963 terminou a “lua-de-mel” entre os dois países, iniciando assim o segundo período de 1963-1974, caracterizado pelo *slogan* de anti-hegemonia da China. Neste período, a China estava contra os EUA e contra a URSS,

enquanto procurava apoio dos países da “zona intermediária”. Com a erupção da guerra civil em 1974, a situação angolana complicou-se significativamente, obrigando Pequim a tomar uma posição relativamente aos três movimentos de libertação angolanos. Inicialmente, a China fez uma escolha errada, o que lhe criou grandes dificuldades para normalizar as relações com o governo angolano nos anos seguintes. Assim, a presença chinesa esvaneceu-se de Angola entre 1974 e 2002.

4.2. Pequim e os movimentos de libertação

As relações político-institucionais entre a China e Angola remontam à década de 50 do século passado, quando Angola ainda era colónia de Portugal. Estima-se que entre 100 mil a 300 mil europeus foram atraídos para esta colónia portuguesa naquela época, visto que a mesma estava a gozar de uma grande prosperidade económica impulsionada pela exploração de petróleo, abertura das minas de diamante e venda de café (Marcum, 1969; Wheeler e Pelissier, 1971). Os imigrantes europeus contribuíram para a disseminação da consciência cívica entre os angolanos que, inspirados pelas campanhas de independência em curso nos outros países africanos, levaram a que a resistência angolana contra a dominação colonial portuguesa começasse a ganhar ritmo. Esta resistência, tendo o objetivo de transformar Angola num país autónomo, começou em 1961 e terminou em 1975. O protagonismo foi assumido por três organizações de libertação: o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FNLA (A Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União

Nacional para a Independência Total de Angola).

A primeira organização de independência foi formada em 1956 em sequência da fusão de vários pequenos grupos anticoloniais (MPLA, 2019). Sedeado na capital de Angola, Luanda, o MPLA foi (e continua a ser) socialmente enraizado por entre os cidadãos urbanos de alta classe social, nomeadamente os mestiços, assimilados e angolanos brancos (James III, 2011). António Agostinho Neto foi um dos fundadores do MPLA e o líder principal durante as duas guerras angolanas. Desde a sua juventude, Agostinho Neto apresentou um grande entusiasmo por movimentos socialistas e foi eleito representante da Juventude das Colónias Portuguesas junto do Movimento de Unidade Democrática, organização fortemente ligada ao Partido Comunista de Portugal (FAAN, 2018). Para além de António Neto, outros dirigentes do MPLA mostraram fortes ligações com a URSS (Bsrnett e Harvey, 1972). Consequentemente, o MPLA foi ideologicamente dominado pelo marxismo-leninismo e estava próximo dos países do bloco soviético durante a Guerra Fria (Khazanov, 1986). O apoio militar proporcionado por Moscovo começou a chegar ao MPLA em 1964, depois de Neto ter visitado a União Soviética no início do mesmo ano e estima-se que, entre 1964 e 1974, a cooperação da URSS com o MPLA tenha atingido 27 milhões de libras, apoio usado para o país lutar contra a colonização portuguesa (Hodges, 1976).

De facto, os chineses precederam os soviéticos a estabelecer contactos com o MPLA. Nos anos 50, o MPLA foi bem acompanhado por Pequim, recebendo armas, treinos militares e

alimentos provenientes da China (Taylor, 2006). As verbas chinesas foram relevantes para a sobrevivência do MPLA na fase inicial, no entanto, o interesse chinês pelo MPLA começou a diminuir em 1963. Supostamente, a atenção de Pequim foi capturada pela FNLA, já que o mesmo tinha sido reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA) como o único movimento legítimo de libertação angolana. De facto, Pequim afastou-se do MPLA porque o último começou a aproximar-se da URSS. Ainda assim, Pequim não quis apostar em apenas uma organização e manteve contato com todos os três movimentos, para que pudesse alargar a sua influência no sul de África e cobrir todas as eventualidades em Angola (Spikes, 1993). Quando a guerra de independência estava a chegar ao fim, o MPLA ainda mandou uma delegação à China em julho de 1971, juntamente com uma carta de Agostinho Neto endereçada a Mao Zedong, no qual o líder angolano mandou um “respeito amigável” ao seu homólogo chinês (*People's Daily*, edição de 9 de julho de 1971).

A Frente Nacional de Libertação de Angola foi o segundo maior movimento de libertação do país. Criada em 1961, a FNLA formou-se com base em dois grupos anticoloniais: a União das Populações de Angola (UPA) e o Partido Democrático de Angola. Ao contrário do MPLA, que trabalhava nas cidades (em particular na capital Luanda), a FNLA tinha raízes nas zonas rurais do norte de Angola onde viviam os bacongos, ambundos e ovimbundos. No ano seguinte à fundação da FNLA, Roberto proclamou o estabelecimento do Governo Revolucionário de Angola em Exílio (GRAE) em Congo-Kinshasa e assumiu a presidência do GRAE. O reconhecimento da OUA do GRAE ocorreu logo após o seu estabelecimento,

em função do *lobby* do governo congolês, que pretendia delimitar a crescente presença do MPLA em Congo-Kinshasa (Marcum, 1969).

A luta armada desenvolvida pela FNLA durante a guerra de independência teve fortes limitações. Primeiro, foi um movimento mal-organizado, já que não havia uma ideologia como orientação, mas sim, as ideias individuais de Roberto como a única matriz para a operação da organização. Roberto estava cansado do enquadramento ideológico e optou por dirigir a organização de forma muito personalizada, dizendo “*The Angolan Revolution [...] has nothing to do with the ideological conflicts which tears apart today’s world. [...] We are conducting a war of liberation and not an ideological one. We accept help from anyone, regardless of its origin*” (Roberto, 1967: 101). Como uma organização exclusivamente motivada pelo nacionalismo, a FNLA demonstrou ainda uma tendência para utilizar a violência de maneira extrema. Há indícios de que Roberto e a FNLA planejaram e executaram um massacre contra imigrantes europeus brancos em 1961, onde cerca de 2000 pessoas foram mortas (Marcum, 1969; Mason, 1962). Além disso, a FNLA mostrou-se hostil ao MPLA e à UNITA, mesmo quando os três movimentos tinham o mesmo objetivo – lutar contra a potência colonial – durante a guerra de independência. Estas limitações determinaram que a FNLA seria uma organização desconfiável, cuja influência não persistiria apesar dos apoios por parte dos EUA, França e África do Sul.

Como foi referido, o primeiro contacto entre a China e a FNLA teve lugar logo depois do

reconhecimento oficial da OUA. O encontro entre o Ministro dos Assuntos Estrangeiros da China, Chen Yi e Roberto realizou-se em Nairobi em dezembro de 1963, onde as duas partes chegaram a um acordo preliminar sobre a cooperação chinesa à FNLA (Jackson, 1995). Contudo, Roberto não recebeu os materiais que Pequim tinha prometido por causa de motivos geopolíticos. Como o ex-Congo Belga, onde a FNLA tinha o seu principal estabelecimento, estava a sofrer uma rebelião patrocinada pela China, os materiais e recursos humanos chineses foram impedidos de entrar no Congo e de ser entregues à FNLA. Por isso, o contacto entre Pequim e a FNLA ficou paralisado por dez anos, sendo apenas retomado em 1973 (Taylor, 2006). Durante esta década, Pequim redirigiu a sua atenção para o terceiro movimento de libertação, a UNITA, encabeçada por Savimbi.

A UNITA foi criada em 1966 por Jonas Savimbi que tinha sido o secretário-geral da UPA e o Ministro das Relações Internacionais do GRAE (Antunes, 1995; UNITA, 2019). Formada pelos dissidentes da FNLA e do GRAE, a UNITA assegurou o apoio dos Ovimbundos, o maior grupo étnico de Angola, e desenvolveu guerrilhas anticoloniais nas áreas rurais do leste de Angola (James III, 1992). Na sequência da saída da FNLA e estabelecimento da UNITA, em 1964, Savimbi visitou a China em Julho do mesmo ano em busca de ajuda externa que a UNITA precisava. Em Pequim, Savimbi encontrou-se com Mao Zedong e Zhou Enlai e recebeu formação militar na *Nanjing Military Academy*. Em janeiro de 1965, Savimbi visitou Pequim de novo para pedir mais cooperação militar e não-militar à China (Bridgland, 1986).

No início, Pequim não confiou inteiramente em Savimbi porque ele tinha condenado outros países africanos por estarem demasiado próximos à China (Taylor, 2006), mas quando a UNITA declarou que tinha identificado o Maoísmo como a ideologia da organização, Pequim passou a reforçar o seu investimento na UNITA. No que toca à perspetiva da UNITA, esta associou-se com a China visto que as outras potências capazes de intervir em Angola já tinham tomado uma posição com o MPLA ou com a FNLA. É importante referir que Pequim estava a procurar um novo parceiro em Angola após a sua relação de cooperação com a FNLA ter sido cortada, o que significa que ambas as partes tinham motivos para a criação de tal parceria.

De facto, o investimento chinês na UNITA foi de baixo custo, mas com bom rendimento, a maior parte tendo-se traduzido em treinos militares e apoios orais. Taylor (*ibid.*) e Jackson (1995) denotaram que, entre 1967 e 1971, a UNITA foi a única das três organizações de libertação angolanas mencionada nos meios de comunicação social da China. Além dos apoios orais, a assistência da China à UNITA foi pouca, totalizando cerca de cinco mil libras (Marcum, 1978: 418). Algumas vezes Savimbi queixou-se desta situação, dizendo que o suporte de Pequim não equivalia a nada, “*we were expecting aid from the Chinese, but it didn't come*” (Wolfers e Bergerad, 1983: 210).

Em suma, o MPLA foi o destinatário principal da assistência chinesa em Angola durante a

guerra de independência. Apesar de a FNLA ter conseguido capturar a atenção de Pequim, a geopolítica africana impediu-a de receber o apoio chinês e, no que toca ao apoio que Pequim concedeu à UNITA, tal também foi pouco, apesar de Savimbi ter proclamado a sua lealdade ao Maoísmo. Em geral, apenas uma pequena quantidade de verbas foi investida em Angola, igual ao que a China investia noutros países africanos (Jackson, 1995). No entanto, a deterioração do relacionamento com a União Soviética em 1963 conduziu a China a intensificar a sua intervenção em Angola.

4.3. Anti-imperialismo e Anti-hegemonia: a China entre os EUA e a URSS

Quando estabelecida em 1949, a RPC estava a enfrentar um ambiente internacional caracterizado por duas contradições: a primeira refere-se ao antagonismo entre o bloco comunista e o bloco capitalista, ao passo que a segunda diz respeito ao conflito dentro do bloco comunista, nomeadamente entre a China e a União Soviética.

Neste contexto, Pequim tinha três alternativas em termos de estratégia diplomática: associar-se com a União Soviética, recuperar a sua relação com os Estados Unidos, ou adotar uma diplomacia independente sem forjar nenhuma aliança com qualquer superpotência. Dado que os Estados Unidos tinham auxiliado o Kuomintang²³ (KMT) durante a guerra civil chinesa e o Macarthismo estava a gozar de uma preponderância em Washington, Mao e os

²³ Kuomintang, também referido Partido Nacionalista da China, foi o rival do PCC durante a guerra civil chinesa. Recebeu o apoio dos EUA, mas não venceu a guerra. Em 1949, os comunistas chineses expulsaram-nos para Taiwan.

dirigentes chineses viam os americanos como firmemente opostos ao regime comunista. Além disso, a guerra da Coreia e a intervenção nas questões de Taiwan aprofundou o sentimento de insegurança da China acerca do bloco capitalista (Kissinger,1994). Obviamente, a contradição de capitalismo-comunismo parecia mais aguda para a China do que o conflito interno do bloco comunista. Assim, a primeira estratégia diplomática da RPC, a frente unida anti-imperialista, entrou em vigor. Na prática, a China financiou rebeldes contra regimes coloniais africanos em conjunto com a União Soviética, acabando por se envolver na guerra de independência angolana.

Três fatores motivaram a China a apoiar o MPLA. Em primeiro lugar, a China pretendeu apresentar-se como um país comunista autêntico, que sentia a responsabilidade internacional de apoiar as insurgências desencadeadas em África, as quais a China tinha experienciado antes. Em segundo lugar, a China procurou moderar a pressão de segurança na fronteira através do desvio das forças armadas americanas para as áreas periféricas, como África. Em terceiro lugar, financiar o MPLA iria ajudar a China a aumentar a sua influência na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP). A CONCP foi uma organização “guarda-chuva” que congregava os principais movimentos de libertação existentes nos PLP africanos, incluindo o MPLA, a Frente de Libertação de Moçambique e o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Essencialmente, a CONCP tinha o apoio da OUA, Congresso Nacional Africano da África do Sul e União do Povo Africano do Zimbabué. Pequim procurou financiar o MPLA para se aproximar dos

grandes países africanos e da maior organização regional no continente africano (Jackson, 1995).

A aliança chinesa com a União Soviética talvez parecesse sólida por estar fundamentada na convergência ideológica que os dois gigantes partilhavam, mas no fundo foi um casamento por conveniência (Ma, 2008). A possibilidade da divisão final entre a China e a URSS pôde ser prevista no discurso de Mao Zedong, proferido em 1940, para justificar a necessidade da aliança do PCC com Moscovo “*all Chinese without exception must lean to the side of imperialism or to the side of socialism. Sitting on the fence will not do, nor is there a third road*” (Mao, 1969: 415). As palavras de Mao Zedong podem ser entendidas de outro modo: a aliança com a URSS era a única e melhor opção que o PCC tinha naquela altura.

Como o provérbio “o inimigo do meu inimigo é meu amigo” indica, a hostilidade aos EUA foi o pano de fundo para se entender a aliança sino-soviética. Porém, Pequim e Moscovo tinham finalidades distintas relativamente às suas relações de cooperação. Para a China, defender a soberania e a integridade territorial com a ajuda da União Soviética era o seu objetivo (Wu, 1999). Para a União Soviética, ter a RPC como aliado podia contribuir para o seu poder e, assim, ajudar a consolidar a sua influência na Europa Oriental e forçar os EUA a reconhecerem o estatuto soviético de superpotência (Shen, 2015). Supostamente, uma vez que a perceção de interesse de uma parte se alterasse, ou ocorressem mudanças radicais na relação Pequim-Washington ou Moscovo-Washington, esta aliança enfraqueceria. Mudanças

radicais aconteceram primeiramente na relação URSS-EUA. Em 1956, Khrushchov enunciou a política de “coexistência pacífica” para se reconciliar com os EUA, algo a que Mao Zedong reagiu amargamente. Ele viu o ato soviético como um golpe à aliança, porque era muito provável (de facto, a história comprovou que sim) que a URSS recuperasse a relação com os países imperialistas em sacrifício dos interesses nacionais da China (Shen, 2015). A União Soviética subiu, assim, para o topo da lista das ameaças externas da China.

A “lua-de-mel” entre a China e a URSS chegou ao fim em 1963, quando um debate ideológico foi desenvolvido nos jornais oficiais dos dois países, trazendo, conseqüentemente, todos os seus conflitos à tona (Li, 1999). No cenário internacional, os dois países competiram para congregiar mais países da “zona intermediária” para o seu lado. De acordo com Mao (Jiang, 2012), pertenciam à zona intermediária os países neutros e excluídos dos blocos comunista e capitalista. Incluía-se também os países capitalistas, as ex-colónias e as colónias que estavam a lutar pela independência. Tanto a China como a União Soviética tentaram impor a sua influência sobre estes países com o fim de garantir o seu apoio na cena internacional. Quando a rutura se intensificou, em consequência do conflito armado na ilha de Zhenbao, os países da zona intermediária foram forçados a tomar uma posição entre o lado chinês e o lado soviético (Swaine e Harry, 1995).

No caso de Angola, a URSS começou a apostar no MPLA dois anos após a quebra da relação sino-soviética, enviando grandes quantidades de pessoas e materiais para Luanda. Este ato,

na perspectiva da China, constituiu mais uma prova da ambição soviética de incorporar Angola na sua esfera de influência. Pequim passou, então, a usar “país hegemónico” para denominar a União Soviética e não poupou palavras para descrever o seu aliado antigo com a mesma maldade que tinha descrito o imperialismo norte-americano. Por esta razão, o governo chinês enviou cartas a todos os três movimentos de libertação antes da assinatura do Acordo do Alvor²⁴, lembrando-os da intromissão das forças externas. Nesta carta, a China pôs a União Soviética e os EUA em equação, dizendo que ambos eram superpotências que se autointitulavam como o aliado natural e mais confiável ao mesmo tempo que tentavam espalhar mentiras, rumores e sementes de perturbação para romper a unidade dos movimentos de libertação (Jackson, 1995; Taylor, 2006).

Para além de criticar a hegemonia soviética, a China estabeleceu contacto com a FNLA e com a UNITA e ofereceu cooperação a estes dois movimentos. Fatores variados contribuíram para a aproximação da URSS ao MPLA e à cooperação da China com a FNLA e a UNITA. Primeiramente, e mais essencial, a China foi forçada a procurar novos parceiros em Angola porque a URSS estava em vantagem relativamente ao MPLA. Como foi referido, este movimento foi genericamente uma organização pró-soviética, já que Agostinho Neto e o seu partido eram a favor da visão soviética relativa ao Marxismo-leninismo, a qual no entendimento chinês era uma interpretação revisionista” do comunismo. Além disso, a

²⁴ O Acordo do Alvor foi assinado entre o MPLA, a FNLA e a UNITA com o intuito de estabelecer parâmetros para a partilha do poder no período pós-colonial de Angola. No entanto, pouco tempo depois da sua assinatura, a guerra civil angolana desencadeou-se entre os três movimentos.

disputa ideológica sino-soviética envolveu a questão da tática para a revolução. Para a URSS, as revoluções devem ser desencadeadas nas cidades, dependendo dos proletários urbanos para alcançar o êxito. Foi desta maneira que Lenine e Estaline estabeleceram o regime soviético na Rússia. Porém, o histórico revolucionário chinês indicou que, para um país onde a maior parte da sua população se concentrava nas zonas rurais, a forma mais eficaz de levar uma revolução a cabo era sim enraizado o partido nas aldeias e inspirado a participação dos camponeses (Levin, 1994).

Como Dilma Esteves (2008) descobriu, a questão de qual tática era adotada na prática da revolução decidia se o movimento podia receber o apoio da China ou da União Soviética. A estratégia da URSS esteve mais focada em apoiar os movimentos que implantaram o modelo soviético, como o MPLA. Apelando à revolução proletária em massa, a China, basicamente, não teve boas impressões das organizações elitistas e urbanamente enraizadas como o MPLA. A assistência da China foi mais apropriada à UNITA que proclamou a “autossuficiência” e a “guerra popular”. De acordo com a estatística de Birmingham (2017), a UNITA demonstrou um nível mais alto de autossustentabilidade do que a FNLA durante a guerra de independência, construindo minas de diamantes e de petróleo para financiar a guerra. Para além de pôr as táticas de guerrilha chinesa em prática, Savimbi também importou a disciplina militar do exército chinês para regular os guerreiros da UNITA.²⁵

²⁵ Esta doutrina militar é chamada de *Three Main Rules of Discipline and the Eight Points for Attention*. Para saber o seu conteúdo, ver Wikipedia (2019c).

Além disso, durante o combate anticolonial, o MPLA experienciou várias dissidências importantes e até existenciais, a começar com a saída de Viriato de Cruz em 1961. A crise mais grave deu-se no início dos anos 70, quando o MPLA se dividiu em três fragmentos, liderados respetivamente por Mário de Andrade, Daniel Chipenda e António Neto (Tvedten, 1997). Esta fragmentação enfraqueceu o poder do MPLA e reforçou a desconfiança da China sobre a liderança de Neto no movimento.

Finalmente, não devemos reduzir a assistência da China à FNLA e à UNITA apenas ao desejo de Pequim de ajudar os rivais do MPLA para contrariar a União Soviética. Se nos lembrarmos que a FNLA e a UNITA foram financiadas pelos EUA, será fácil de entender que o contacto chinês com Roberto e Savimbi não teria ocorrido se não existisse uma base de relações sino-americanas. Em outras palavras, a reaproximação de Pequim e de Washington condicionou o ajustamento estratégico chinês com Angola. Como já foi mencionado anteriormente, o FNLA não recebeu ajuda da China em resultado da intervenção do Congo Belga que se tornou parte do Zaire, recebeu sim em consequência do descongelamento das relações entre Pequim e Washington, onde a China e o Zaire viveram uma reaproximação marcável, o que lhes permitiu uma reconexão entre Pequim e Roberto da FNLA no ponto alto da guerra civil angolana (Taylor, 2006). Em maio de 1974, o primeiro grupo de 112 instrutores chineses chegaram a Zaire para ajudar o FNLA e, mais tarde, um navio de 450 toneladas de ajuda foi entregue à FNLA no Zaire (Tvedten, 1997).

Adicionalmente, a China financiou a UNITA e uma facção rival do MPLA dirigido por Daniel Chipenda (Taylor, 2006). A China estava confiante de que o MPLA estava fatalmente enfraquecido por disputas internas e, por isso, enviou uma grande quantidade de produtos e ajudas à FNLA e à UNITA em 1974, com o propósito de consolidar a sua influência nos dois movimentos.

4.4. O estabelecimento das relações diplomáticas sino-angolanas

O regime ditatorial de Salazar acabou no ano de 1974 devido a um golpe militar e a queda do Estado Novo apagou o fogo das armas em Angola. Contudo, é importante notar que a independência foi atingida em Angola não porque os angolanos a venceram através de lutas, mas porque os soldados portugueses saíram do campo de batalha. Então, no momento em que os portugueses saíram, os três grupos armados tinham tanto a capacidade como a vontade de prolongar o conflito armado para competir pelo controlo total do país. Ou seja, a situação de constrangimento ainda não tinha sido atingida em Angola quando a guerra de independência terminou. Van der Waal (1993) revelou que a guerra de independência foi longa e sangrenta, o que deixou Angola totalmente aberta a interferências externas em sequência da saída dos portugueses. Durante a negociação, para construir um governo conjunto após a guerra, as potências externas tentaram transpor os seus apoios antecedentes aos movimentos de libertação sob influência do novo governo (Hodges, 1976).

Para a China o ano de 1974 iniciou um período caracterizado pelo insucesso da sua política em relação a Angola. Não estando a corresponder à sua expectativa, a situação angolana reverteu-se em pouco tempo, para estar a favor do MPLA. De facto, a FNLA e a UNITA tinham ocupado um lugar de vantagem no início da guerra civil graças às assistências chinesa e americana. Porém, ao entrar em 1975, o balanço da guerra começou a inclinar-se em seu desfavor, dado que as armas avançadas soviéticas e soldados cubanos entraram em Angola para fortalecer o MPLA. Numa batalha realizada perto de Luanda em julho de 1975, a FNLA e a UNITA sofreram um grande prejuízo. O resultado desta batalha essencialmente transformou o mapa de poder de Angola: a União Soviética cresceu em poder; a China lutava contra o crescimento soviético enquanto se retirava de Angola; os EUA e a África do Sul aumentavam a sua presença em Angola para preencher a lacuna criada pela retirada chinesa. Spikes (1993) explorou que a saída chinesa aconteceu depois de Pequim ter conversado com o então Secretário de Estado Henry Kissinger, de quem recebeu a garantia que Washington iria contrariar qualquer movimento de Moscovo em Angola. Em setembro, os 112 especialistas militares chineses na FNLA voltaram ao país, representando o abandono chinês total da FNLA (Jackson, 1995). Embora a China tenha transferido uma parte do apoio à UNITA, a relação de cooperação Pequim-UNITA não demorou muito tempo a ser suspensa. No segundo semestre de 1975, observou-se um aumento significativo da assistência militar americana à FNLA e à UNITA, enquanto a África do Sul gradualmente assumiu o papel de protagonismo no campo de batalha anteriormente assumido pela China (Stenkamp, 1983).

Além das perdas no campo de batalha, a intervenção na guerra civil angolana foi um desastre trágico para a imagem internacional chinesa. Saindo de Angola e tendo sido substituído pela África do Sul, o prestígio da RPC na região foi profundamente prejudicado. A sua postura anti-hegemónica foi exposta como largamente retórica, já que a China se alinhou com a África do Sul e com potências capitalistas contra o MPLA que era um movimento socialista de libertação. Esta situação parece ainda mais irónica quando recordamos que a África do Sul e os países ocidentais tinham sido descritos por Mao Zedong como “cães corredores” e “tigres de papel”. A guerra angolana provou ao mundo que a China não era uma potência verdadeira com a capacidade de projetar o seu poder para além da Ásia, podendo apenas ficar envolvida em disputas distantes desde que estas permanecessem em dimensões muito pequenas. Para intervenções efetivas em larga escala, Pequim dependia de Washington. A derrota da China em Angola foi ainda criticada amargamente pelos observadores internacionais:

It is sad to note once again that China's wrong foreign policy has landed her in the imperialist camp. To the long list of disastrous adventures [...] must now be added the shameful history of Chinese backing of the forces opposed to the MPLA. (African Communist, 1st Quarter, 1976: 9)

No dia 11 de novembro de 1975, António Neto proclamou o estabelecimento da República Popular de Angola em Luanda. No primeiro momento da sua fundação, o governo do MPLA foi reconhecido pela União Soviética e pelos aliados de Moscovo na Europa Oriental. Cuba, o Brasil e as antigas colónias portuguesas africanas declararam, mais cedo ou mais tarde,

que aceitavam o governo de Luanda como o governo legítimo de Angola (James III, 1992; Hodges, 1995). Em contrapartida, o regime rival instituído pela FNLA e pela UNITA no sul de Angola não conseguiu arranjar qualquer reconhecimento internacional (*ibid.*). Embora Pequim tenha tentado demonstrar o seu apoio ao governo FNLA-UNITA ao afirmar que Angola estava a cair na armadilha de “desintegração e dominação” montada pela União Soviética, esta afirmação foi largamente ignorada na comunidade internacional, uma vez que Pequim deixou de ter força presente em Angola. Relativamente a esta experiência, um oficial chinês disse que “*We made mistakes in Angola [...] because we simplified the issue [and] reacted blindly, without proper analysis, to the position taken by the Russians*” (Gavshon, 1981: 39)

Apesar de insistir, durante vários anos, em declarar que Angola não era um país independente, e usando esta afirmação para vetar o pedido de Angola de adesão à ONU, Pequim evitou lançar críticas diretas ao governo do MPLA, provavelmente para deixar a porta aberta para a normalização das relações bilaterais. Tais possibilidades de reconciliação começaram a surgir à medida que os anos 70 chegavam ao fim, quando Pequim e Luanda começaram a mudar as perceções que tinham um sobre o outro (Taylor, 2006).

A reconciliação com Angola foi condicionada pela reforma da política doméstica da China. Como foi referido no terceiro capítulo, a política chinesa sob a orientação de Deng Xiaoping foi caracterizada pelo pragmatismo e realismo, identificando o desenvolvimento económico

como o topo da agenda, e o interesse nacional acima de tudo. Com enfoque na área económica, moderou-se conseqüentemente a hostilidade com a União Soviética, a qual teve origem em questões ideológicas. A China, na altura, tentou redefinir o seu lugar em relação às duas superpotências, procurando encontrar um equilíbrio entre elas. Tendo passado três décadas de tomada de posição entre as duas superpotências, no final, a China decidiu enquadrar a sua estratégia externa no princípio de “diplomacia independente”. A RPC abandonou a retórica antiga de anti-hegemonia e passou a abraçar os países do terceiro mundo e a propagar a cooperação sul-sul. Considerando-se o maior país em desenvolvimento do mundo, a China decidiu não se identificar como um guia que dita as regras, mas sim como um parceiro que oferece ajuda sem qualquer tipo de pré-condições (Xinhua News Agency, 2018). No enquadramento da cooperação sul-sul, Pequim tentou reforçar a sua conexão com África, continente onde se localizavam mais países em desenvolvimento, de modo a projetar a sua influência para além dos confins estreitos e limitadores do triângulo Américo-Soviético, ao mesmo tempo que desejava expandir a conexão económica com o continente africano e comportar-se como a parte preocupada no universo do Sul de África (Hu e Liu, 2012).

Adicionalmente, é importante referir que o MPLA copiou o modelo de desenvolvimento económico soviético para o país, mas tal modelo não produziu o resultado esperado. Os angolanos dependeram da CpD soviética para sustentar o desenvolvimento, mas Neto percebeu que o seu país tinha tantos obstáculos económicos por ultrapassar que não podia

contar apenas com a ajuda da Rússia. A insatisfação angolana com a União Soviética foi detetada pela China: “*Angola’s willingness to enter into relations with China was influenced by Luanda’s desire to relieve its domestic difficulties and also to reinforce its independent position vis-a-via the Soviet Union*” (Xinhua News Agency, 17 de janeiro de 1980).

No final, a realidade forçou Neto a alargar a distância com a URSS, a abrir-se ao ocidente, e a procurar independência em termos da diplomacia como a China tinha já feito. Luanda declarou explicitamente que, apesar de ter relações especiais com os países socialistas, não pertencia a nenhum bloco ideológico e desejava a normalização das relações com os países não socialistas (Ogunbadejo, 1981; Taylor, 2006). De facto, o mútuo reconhecimento de Pequim e Luanda devia ter sido realizado em janeiro de 1979 (Ogunbadejo, 1981:415), mas a relação diplomática apenas estabelecida a 12 de janeiro 1983. O adiamento, de acordo com Ogunbadejoo (1981) e Jackson (1995) ocorreu por causa da explosão do conflito sino-vietnamita e devido à invasão soviética no Afeganistão. Tudo isto demonstra que a relação sino-angolana foi subordinada à relação deles com alguma terceira parte.

Os dois países esforçaram-se para se aproximar após o estabelecimento das relações diplomáticas e tentaram eliminar o impacto da memória infeliz das décadas passadas. Pequim justificou a sua política de reconciliação com Angola com o facto de que ambos estavam inseridos na categoria de país em desenvolvimento e, portanto, o apoio mútuo era crucial e necessário (Shinn e Eisenmann, 2012). Durante 1984 e 2002, a China ofereceu

assistência humanitária e desenvolveu alguns programas de CpD em Angola, mas o volume era muito pequeno até 2002, quando a guerra civil angolana finalmente chegou ao fim (Esteves, 2008). Com o retorno da paz, a relação de cooperação sino-angolana entrou numa nova etapa, caracterizada pelo crescimento massivo do comércio, investimento bilateral e projetos de CpD por parte da China.

4.5. Conclusão

O argumento principal do presente capítulo é que o apoio chinês para Angola durante 1949-2002 foi politicamente motivado. Ao mesmo tempo, explora-se que a relação de cooperação sino-angolana foi subordinada à relação triangular China-URSS-EUA. Em outras palavras, pretende-se afirmar que as relações com as duas superpotências decidiam a relação chinesa com os três movimentos de libertação, porque Pequim desejava aproveitar os três movimentos para combater as superpotências.

O corpo do presente capítulo é constituído pela análise do impacto da relação triangular que, desenvolvido por ordem cronológica, está subdividido em três períodos: 1949-1963, 1963-1974 e 1974-2002. Na análise sobre o primeiro período, 1949 - 1963, foi abordada a relação entre os três gigantes e o motivo pelo qual a China ofereceu apoio ao MPLA. Revela-se que a China, naquela época, estava a gozar de um relacionamento harmonioso com a URSS e, por isso, seguiu o seu camarada russo na campanha de anti-imperialismo e anticolonialismo.

O MPLA, como a principal organização de independência em Angola, capturou naturalmente a atenção de Pequim. Quanto ao segundo período de 1963-1964, o mesmo foi caracterizado pela deterioração da relação sino-soviética. As divergências entre Pequim e Moscovo tiveram origem na luta pelo poder e interesses nacionais. Como consequência da deterioração da relação com a União Soviética, a China começou a apostar na FNLA e na UNITA para combater o MPLA, patrocinado pela URSS. Além disso, tentou divulgar a imagem da URSS e EUA como poderes hegemónicos, com o propósito de ganhar a confiança dos países da “zona intermediária”. No entanto, a reaproximação China-EUA e o apoio chinês à FNLA e à UNITA mostraram aos outros países que a postura anti-hegemónica de Pequim era apenas retórica. A última secção, o período entre 1982 e 2002, foca-se nos fatores que contribuíram para a normalização da relação sino-angolana. Conclui-se, então, que a diminuição da rivalidade entre China-URSS e China-EUA condicionou o estabelecimento da relação sino-angolana. Adotando o princípio de diplomacia independente e da política de cooperação sul-sul, a China procurou expandir a conexão económica com África para ultrapassar os confins da relação triangular China-URSS-EUA. Angola, por outro lado, procurou libertar-se do controlo da União Soviética através da diversificação da sua fonte de financiamento, e neste contexto, a relação de cooperação entre Pequim e Luanda aprofundou-se no presente século XXI.

Figura 6: A estratégia externa e as relações internacionais da China

	Política diplomática da China	A relação da China com		
		EUA	URSS	Angola
1949-1963	Inclinar para um lado	Anticolonialismo Anti-imperialismo	Aliança	Apoio a MPLA
1963-1974	Zona intermediária		Anti-hegemonia ¹⁾	Contacto com FNLA e UNITA
1974-2002	Diplomacia independente Cooperação sul-sul	Reaproximação		Apoio a UNITA ²⁾
			Diminuição da rivalidade	Relação de cooperação com MPLA

Nota: 1) a rivalidade sino-soviética manteve-se até à década 80; 2) A China apoiou a UNITA por algum tempo depois de 1974.

Fonte: elaborado pelo autor

Capítulo V. As Motivações Económicas da China em Angola (2002 - 2017)

5.1. Introdução

A China teve pouca visibilidade em Angola antes do final da guerra civil em 2002, apesar das relações diplomáticas entre os dois países terem sido estabelecidas em 1983. No entanto, Pequim mudou a sua postura relativamente a Angola para agir de modo mais ativo a partir de 2002, consolidando a sua presença ao desenvolver uma série de projetos de CpD para apoiar a reconstrução angolana. As motivações económicas estão subjacentes a esta mudança de postura.

O presente capítulo procura explorar primeiramente o que levou ao reforço da presença chinesa em Angola, em 2002. Uma análise descritiva sobre a situação geral de Angola pós-conflito foi desenvolvida na segunda secção. A seguir, a terceira secção vai apresentar como o afastamento dos doadores tradicionais contribuiu para a entrada da China em Angola de modo a preencher o vazio de poder. A quarta secção vai desenvolver a análise à luz da estratégia de *go out*. Através da análise dos termos do acordo de financiamento, pretende-se demonstrar como os apoios de Pequim estão ligados a serviços e produtos chineses, meio pelo qual se explora o mercado angolano. A última secção representa uma tentativa de explicar o conceito do modelo angolano e verificar se este modelo realmente ajudou as empresas petrolíferas chinesas a controlar o acesso aos recursos energéticos angolanos. Serão testadas

as seguintes hipóteses: 1) se os projetos de reconstrução de Angola foram feitos por empresas chinesas e se estas empresas chinesas aumentaram as suas quotas no mercado angolano, conclui-se que a China apoiou Angola com o objetivo de internacionalizar as suas empresas; 2) se as linhas de crédito estavam associadas à compra de produtos chineses, a CpD promove o *go out* dos produtos chineses; 3) se Angola recebeu empréstimos chineses em troca de petróleo angolano, então a CpD visou apoiar a obtenção deste recurso natural.

5.2. A situação de Angola em 2002

O caminho para a paz em Angola abriu-se com a morte de Jonas Savimbi em 2002. Em abril do mesmo ano, um acordo de cessar-fogo foi assinado entre o governo de Luanda e a oposição liderada pela UNITA, marcando um ponto final aos conflitos armados contínuos que duraram 28 anos, contando a partir da erupção da guerra civil em 1974, ou 41 anos a partir da guerra anticolonial iniciada em 1961. Este país da África Austral viveu décadas em grande distúrbio, com o povo deslocado, as infraestruturas inexistentes e a sociedade dilacerada.

No ano em que o fogo de guerra foi apagado, Angola recebeu uma nota de 0.381 no Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), classificado na posição 166^a de um total de 177 países (PNUD, 2004: 146). Tal se devia, em grande parte, à hostilidade armada e escassez de infraestrutura, o que posicionou Angola na cauda das tabelas de expectativa de vida ao

nascimento e de mortalidade infantil (MdP, 2003). Previa-se que a maior parte dos angolanos, em 2002, não conseguiriam viver mais do que 42,4 anos. Por cada 100 mil bebês recém-nascidos, 1800 morriam logo depois do nascimento, sendo esta a segunda pior taxa de mortalidade infantil do mundo, apenas melhor do que a taxa da Serra Leoa (PNUD, 2005: 4). Mesmo que a venda de petróleo e diamantes tenha funcionado como alimento para o PIB angolano a atingir 15.2 mil milhões de dólares, acima da média dos países subsarianos (BM, 2019a), as dificuldades socioeconómicas do país ainda se refletiam no bolso da grande maioria da população. Em 2002, Angola registou uma taxa de pobreza de 68%, considerando a linha de pobreza de 1.76 dólares/dia. A pobreza extrema atingiu um terço dos 14.7 milhões de angolanos: o quer dizer que mais de 3 milhões de pessoas viviam uma vida onde o seu consumo diário era inferior a 0.76 dólar (PNUD, 2005: 4).

Além da vida quotidiana, também foram destruídas estradas, pontes e caminhos de ferro. Segundo Sofia Fernandes (2015), mais de 300 pontes foram devastadas nas décadas passadas, assim como as três principais linhas ferroviárias que conectavam Luanda-Malange, Benguela-Luau e Namibe-Menongue. A acessibilidade territorial deteriorou-se em resultado da quebra das linhas de comunicação e foi acompanhada por outros problemas de segurança: guerreiros não desmobilizados da UNITA, rebeldes e minas no solo. Mesmo os cidadãos de Luanda estavam confinados a um perímetro de segurança de cinquenta quilómetros em torno da capital.

Por outro lado, o governo de Luanda dirigido por José Eduardo dos Santos estava a confrontar enormes desafios em relação à reinstalação dos refugiados. De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) havia cerca de 600 mil angolanos forçados a despedir-se do país em 2002, a maioria deles procurando abrigo no Congo, na Namíbia e na Zâmbia. Mais pessoas, cerca de 4 milhões, dispersaram-se pelas regiões de Angola, tornando-se migrantes internos (ACNUR, 2008).

Os políticos do MPLA entendiam que tinham de fazer algo para demonstrar ao povo angolano a sua capacidade de governança em tempo de paz, oferecendo-lhes nomeadamente um horizonte de melhoria de condições de vida. O pós-conflito foi um período crítico para o MPLA e para José Eduardo dos Santos. Riscos sociais emergiriam caso Luanda não conseguisse apresentar ações visíveis ou planos concretos para que a população pudesse ver os efeitos de paz (Malaquias, 2012). Neste sentido, a reconstrução nacional não foi apenas um instrumento político do MPLA para consolidar a estabilidade social, mas também um imperativo do qual não podia escapar. Foi neste contexto que o governo angolano anunciou o Programa de Reconstrução e Reabilitação (PRR).

Apesar do vertiginoso crescimento económico condicionado pela venda de petróleo, o governo de Angola não dispunha de um enorme volume de verbas para a reconstrução nacional, tendo assim de recorrer à cooperação internacional. Por isso, preparou o PRR para orientar a negociação com os doadores ocidentais numa conferência.

Um conjunto dos fatores levou o governo de Angola a acreditar na possibilidade de uma contribuição financeira considerável por parte dos países ocidentais. Primeiro, 2.3 dos 7.6 mil milhões da dívida externa foram acumuladas junto dos membros do Clube de Paris para financiar a guerra civil angolana (PNUD, 2005: 30). Foi uma perceção comum entre o meio político angolano de que a guerra civil era alimentada a partir do exterior. As intervenções externas prolongaram o conflito armado, exacerbaram as perdas humanas e materiais de Angola e, assim, endividaram os ocidentais com o ónus de apoiar a reconstrução. Em segundo lugar, houve precedentes deste tipo de conferência de doadores. Em setembro de 1995, foi realizada uma mesa redonda em Bruxelas que contou com a participação da União Europeia, BM e PNUD, para negociar um pacote de ajuda de 993 milhões de dólares a Angola. Este compromisso de ajuda foi entendido como um prémio da comunidade internacional a Angola em consequência do retorno da paz após a implementação do Acordo de Lusaca e eleição presidencial de 1992 (União Europeia, 1995). O meio político acreditava que, uma vez que a paz fosse reinstalada em Angola, as finanças internacionais seriam projetadas novamente a Angola. Por último, para assegurar a chance de receber o financiamento, o governo angolano enquadrou o RPP na Estratégia de Combate à Pobreza (ECP) do PNUD, elaborando um documento de proposta em concordância com o Papel de Estratégia para a Redução de Pobreza do BM e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio da ONU (Fernandes, 2015).

Na prática, o PRR foi caracterizado pelo enfoque na requalificação das infraestruturas e reintegração das pessoas deslocadas. O governo angolano pediu um orçamento total de 3.17 mil milhões de dólares, do qual a reabilitação de infraestruturas básicas absorveu mais de um terço, equivalente a 1.038 mil milhões de dólares (Figura 7). O investimento no reassentamento e reinserção social da população foi previsto de cerca de 350 milhões de dólares, correspondente a 12.3% (MdP, 2003: 35-37). O facto de quase metade das verbas orçamentadas estar afeta aos dois setores demonstra que o governo angolano procurou aproveitar ao máximo o PRR para normalizar a vida do povo e revitalizar a economia nacional. No entanto, o esforço foi em vão porque a prevista conferência de doadores não foi levada a cabo. O insucesso em convocar a conferência teve como causa duas divergências entre Angola e os doadores tradicionais.

Figura 7: Setores prioritários no PRR e o orçamento para cada setor

Setor	Orçamento (milhão de dólares)	Dotação
Reassentamento social e reinserção	350	12.3%
Desminagem	285	10%
Segurança alimentar e desenvolvimento rural	70	2.5%
VIH/SIDA	71	2.5%
Educação	450	15.8%
Saúde	158	5.5%
Requalificação das infraestruturas	1038	36.4%
Emprego e formação profissional	45	1.6%
Governança	325	11.4%
Gestão económica	60	2.1%
Total	2852 ²⁶	100%

²⁶ No relatório, foi assim que explicaram a divergência entre o custo previsto (2852 milhões) e o orçamento

Fonte: elaborado pelo autor, com dados originários do relatório de avaliação do PNUD (2005:8)

Primeiro, com a maior parte das verbas alocadas no setor da construção de infraestrutura, setores sensíveis relacionados com o bem-estar social e bens básicos públicos, como a educação e saúde, não foram devidamente valorizados no Programa. O plano para o uso das finanças não estava em concordância com a expectativa dos doadores (Oya, 2011).²⁷ Segundo, os doadores estavam conscientes da falta de transparência financeira de Angola, enquanto Luanda recusou executar reformas económicas para melhorar a gestão das contas. As recomendações de reforma tinham uma forte tendência neoliberalista, requerendo o alívio do controlo do governo nas atividades económicas e a adesão da economia de mercado, as quais foram consideradas por insulto como um Angola à sua soberania (Hodges, 2004).

O não cumprimento das pré-condições, a resistência em concretizar as reformas económicas e sociais prometidas e a divergência na proposta de distribuição das verbas foram citadas pelos doadores tradicionais como justificação para a não concessão de financiamento ao governo de Angola. Porém, no fundo da hesitação dos doadores, há outras histórias que não se contam nos estudos anteriores: Angola (até mesmo África como continente) estava a sofrer uma depreciação em termos de importância geopolítica na agenda de prioridade dos

denunciado: *“a mark-up of 10% has been applied to total ECP fixed costs in order to provide for the increase in recurrent expenditure resulting from new projects. Hence current expenditure is to increase by an estimated 319 million USD”* (PNUD, 2005: 9).

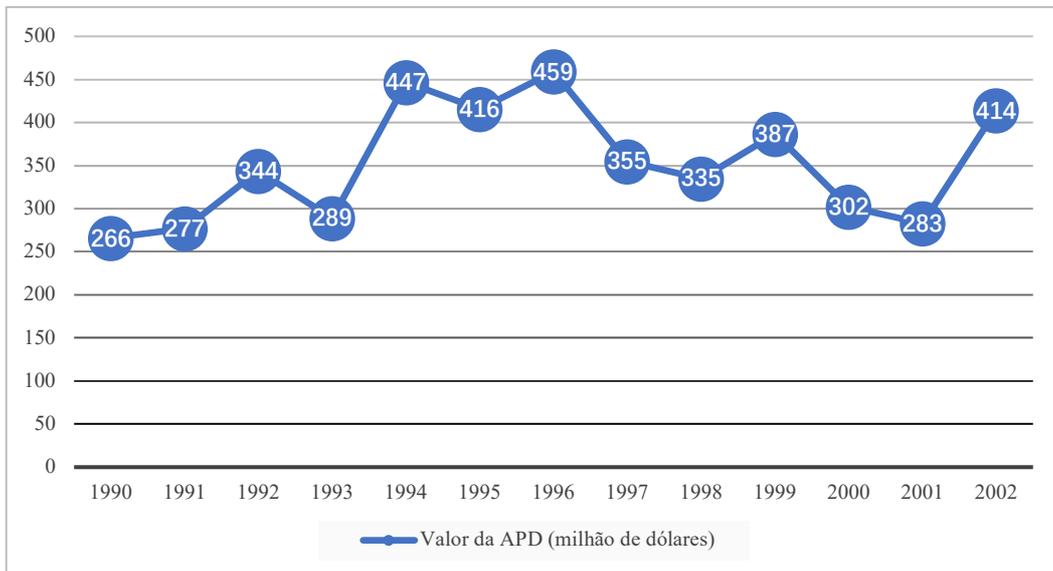
²⁷ Em relação à forma de uso do financiamento internacional, Pezzini (2011) descobriu que a Organização OCDE atribuiu 65% do orçamento aos setores sociais e apenas 17% à construção das infraestruturas económicas. Quer dizer, os doadores tradicionais têm mais preocupações com o efeito social da APD.

doadores tradicionais (Fernandes, 2015).

De acordo com as estatísticas do PNUD (2005), os EUA e os países da OCDE foram os doadores principais de Angola antes da chegada da China. No entanto, estatísticas do BM demonstram que a APD para Angola decresceu na década de 90, de 459 milhões de dólares em 1996 para 283 milhões de dólares em 2001 (Figura 8). Não obstante, embora a APD dos EUA se tenha mantido estável em quantidade, registrando ainda um pequeno crescimento em 2000 (Figura 9), a maioria absoluta dos financiamentos pertenciam à categoria de assistência humanitária, que não contribuía para o desenvolvimento de Angola (PUND, 2005).²⁸ Ou seja, a procura de Luanda de verbas para a reconstrução nacional não foi tomada em consideração por Washington, que naquela altura estava concentrado na guerra antiterrorista no Médio Oriente.

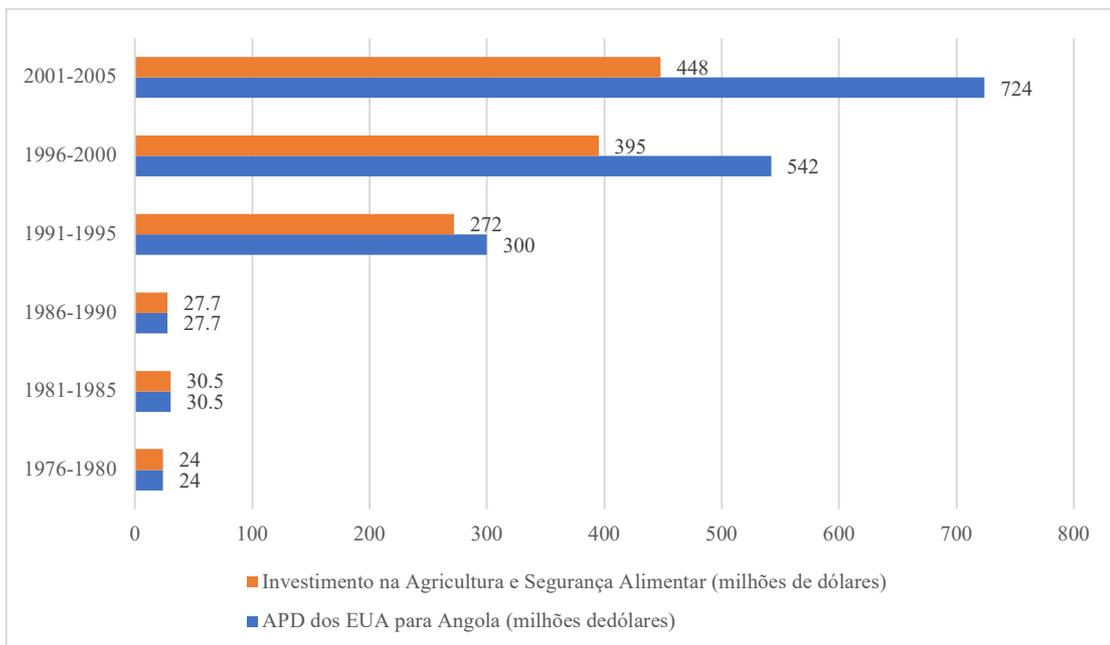
²⁸ Como a Figura 9 indica, o investimento no setor de segurança alimentar ocupou 70% do orçamento total em 2002, 60% em 2003 e 57% em 2004.

Figura 8: APD para Angola (1990-2002)



Fonte: elaborada pelo autor com dados do BM (2019b).

Figura 9: APD dos EUA para Angola (1976-2005)



Fonte: Figura elaborada pelo autor com dados na página oficial de USAID (2019)

Há que destacar que, logo depois da China ter intensificado a sua presença em Angola, os doadores tradicionais e instituições financeiras internacionais voltaram a estender a mão para ajudar Angola. Por exemplo, o BM e o FMI deram respetivamente cerca de mil milhões de dólares a Angola (Corkin, 2012). Porém, não há sinal de que o governo de Angola tenha apresentado melhores práticas em termos de governação nem reforçado a transparência das contas públicas ou alcançado progressos no controlo da corrupção (Figura 10). Os obstáculos que existiam em 2002, curiosamente, deixaram de ser obstáculos em 2009, como se os doadores tivessem esquecido os princípios que tinham defendido anteriormente. Este drama demonstra que as pré-condições foram principalmente pretextos dos doadores tradicionais para recusar o pedido de financiamento de Angola. Do mesmo modo, quando eles voltaram a oferecer pacotes de ajuda a Angola, estes não foram motivados pela benevolência, mas sim pelo receio de perder a competição com a China sobre Angola.

Figura 10: Angola em *Ranking* de capacidade de governança¹⁾

Ano	<i>Accountability</i>	Governança	Anticorrupção
2000	8.96	3.95	1.52
2001 ²⁾			
2002	12.94	8.16	6.57
2003	10.95	9.18	5.56
2004	11.54	6.40	7.8
2005	12.02	12.25	7.32
2006	11.54	5.85	7.8
2007	14.42	10.68	5.83
2008	15.87	13.59	4.85
2009	14.69	17.22	2.39

2010	14.69	11	3.81
------	-------	----	------

Nota: 1) classificação percentual entre todos os países. O número varia-se entre 0 e 100. Quando mais baixo for o número, pior a prática. 2) dados de 2001 estão em falta.

Fonte: Figura elaborada pelo autor com dados provenientes de Worldwide Governance Indicators (2019)

5.3. A indiferença dos doadores ocidentais

De acordo com Corkin (2011), José Eduardo dos Santos apelou à China por apoio financeiro quando as negociações com os doadores tradicionais se encontravam num impasse. O primeiro contrato de CpD foi assinado em 2002, na véspera do fim da guerra civil de Angola, entre o Banco de Construção da China, Banco para a Exportação e Importação da China (EXIM BANK) e Angola, com um valor de 150 milhões de dólares (Croese, 2012). Comparado com os futuros empréstimos chineses a Angola, que seriam na ordem dos milhares de milhões, esta primeira prestação realmente pareceu pequena em volume, mas foi relevante em termos políticos.

Por um lado, Pequim estava a ajustar as suas relações com Angola no período pós-conflito, tentando aproveitar este primeiro financiamento para fechar a fenda nas relações bilaterais criada durante a guerra civil. Por outro lado, estes 150 milhões de dólares, comparados com as propostas dos doadores ocidentais, já era bem maior em volume. Pequim passou uma mensagem clara a Angola de que o dragão tinha vontade bem como capacidade para alimentar a reconstrução angolana no futuro. Era um parceiro com vantagem relativamente

à União Europeia e aos EUA, nomeadamente no que diz respeito à liquidez financeira e à capacidade de financiamento. Adicionalmente, Pequim procurou encorajar as empresas chinesas a explorar o mercado de Angola, considerando o país como um campo de experimentação ideal para as empresas chinesas e afirmando que Angola era bastante representativa entre os países africanos. Politicamente, era um país dominado por um único partido, tinha conflitos entre raças e etnias e uma história sangrenta. Quanto ao aspeto económico, era subdesenvolvido, mas tinha recursos naturais abundantes e mão-de-obra barata. A partir de Angola, os empreendedores podiam retirar experiências e estabelecer canais de comunicação com os políticos, o que iria facilitar a abertura de empresas nos outros países africanos (Alden e Davyes, 2006).

Assim, os delegados chineses e angolanos abriram uma nova ronda de negociação sobre as futuras CpD chinesas com Angola, brevemente após a primeira injeção de financiamento. A negociação decorreu suavemente e terminou no dia 23 de novembro de 2003 com a assinatura do Primeiro Acordo Quadro de Financiamento entre o Ministério das Finanças de Angola e o Ministério do Comércio da China. O acordo permitiu a Angola acesso a uma linha de crédito de 2 mil milhões de dólares, válidos entre 2004 e 2007 (Executive Research Associates, 2009: 81). Destaca-se que esta linha de crédito tinha um volume ainda maior do que a soma das APD dos EUA a Angola entre 1976 e 2005.²⁹ Esta linha de crédito foi muito

²⁹ De acordo com dados de USAID (2019), o total do apoio financeiro norte-americano a Angola durante 1976 e 2005 foi de 1.20 mil milhões de dólares.

favorável para Angola em termos de condições: 1.5% de taxa de juro, período de graça de 5 anos e um período de reembolso de 17 anos (*ibid.*). Adicionalmente a incondicionalidade constituiu um importante vínculo para a parte angolana concordar em aceitar. O embaixador angolano na Grã-Bretanha, ao falar sobre o já assinado acordo de CpD com a China, disse que

[The deal] cannot be matched on the current international financial market, which imposes conditions on developing countries that are nearly always unbearable and sometimes even politically unacceptable. It is a well-known fact that many developed countries make the support and aid they give conditional on the recurrent issue of transparency. In the case of the agreement recently signed with the Chinese bank, no humiliating conditions were imposed on Angola. The agreement therefore greatly surpasses the contractual framework imposed on the Angolan government by European and traditional markets and opens up a practical means of sustained and mutually advantageous cooperation with one of the world economies with the highest growth rate. (Embassy of Angola, 2004 apud Taylor, 2006: 18)

5.4. A China e a reconstrução de Angola

O poder económico possibilitou o desenvolvimento por parte da China de programas de CpD no estrangeiro. Quando os dois países chegaram ao primeiro acordo de linha de crédito em 2003, a China tinha gozado de um alto ritmo de expansão económica durante 25 anos, com uma taxa média de crescimento do PIB em torno de 11% (BM, 2019c). Acompanhando com o desenvolvimento da capacidade produtiva, verificou-se um aumento significativo das reservas internacionais em consequência das atividades comerciais com os países estrangeiros. Entre 1980 e 2002, o volume da exportação chinesa subiu de 18 mil milhões

de dólares para 326 mil milhões de dólares, promovendo a reserva de moedas estrangeiras de -1.2 mil milhões de dólares para 286 mil milhões de dólares (BM, 2019d; State Administration of Foreign Exchange, 2018).

A manutenção das reservas internacionais trouxe benefícios e problemas ao mesmo tempo. O excesso das reservas poderia gerar inflações, o que resultaria na ascensão da taxa de câmbio de CNY³⁰ e, conseqüentemente, prejudicaria as exportações chinesas. Nos anos 90, a China sofreu inflações graves, o que parcialmente se devia à acumulação das reservas internacionais. Adicionalmente, verificou-se que existiam dificuldades por parte do governo chinês na gestão deste depósito. Li Zhiping (2002) referiu no seu artigo que a maioria das reservas da China foram aplicadas na compra do título de dívida dos EUA. No entanto, a taxa de juro encontrava-se muito baixa naquela altura, menos de 1% por ano pelo que as reversas internacionais da China tinham um alto risco de depreciação.

A maneira mais eficaz de proteger os depósitos contra a variação do preço é o investimento estrangeiro. Por isso, o vice-primeiro ministro Wu Bangguo fez conhecer oficialmente a estratégia de *go out* no Fórum de Investimento Internacional em 2001 (MdC, 2004). Segundo Holslag (2006) e Gu Jing (2009), esta política decorreu diretamente da pressão imposta pelas EEC que pretendiam estabelecer bases de produção no estrangeiro bem como transferir indústrias de materiais brutos, equipamentos e partes separadas para lugares onde haja

³⁰ O CNY refere-se à moeda oficial da RPC.

recursos naturais e onde o salário aos operadores seja baixo. As EEC assumiram o protagonismo neste processo através do estabelecimento de *joint-ventures* em parceria com empresas ocidentais ou através da sua aquisição. No entanto, foi permitida a entrada de produtos estrangeiros no mercado doméstico depois de a China entrar na OMC, as empresas chinesas sentiram que era necessário vender os seus produtos e serviços para fora de uma maneira mais eficaz. Assim, o governo chinês procurava consolidar a sua influência internacional através da CpD enquanto as empresas tinham recursos para sustentar tal ambição. A CpD tornou-se um instrumento para ampliar o mapa dos produtos e empresas chinesas.

Projetos “chave-na-mão”³¹ e o fornecimento de bens e materiais são as duas formas principais de CpD chinesa. Segundo o SCIO (2011), os projetos “chave-na-mão” ocupavam a maior parte do orçamento para CpD do estado, atingindo cerca de 40%. Referem-se aos projetos construídos nos países receptores financiados pelos empréstimos com condições favoráveis ou sem juros. O lado chinês é responsável por uma parte ou por todo o processo, desde o estudo, investigação, desenho e construção, oferecendo parte ou todo o equipamento e materiais de construção, e envia engenheiros e pessoal técnico para organizar e guiar a construção, instalação e produção destes projetos. Depois do projeto estar concluído, a China oferece-o ao país recetor.

³¹ *Complete project, turkney project* são os homólogos ingleses de “projeto chave-na-mão”.

Tomamos como exemplo o primeiro acordo de cooperação China-Angola concluído em 2003. Segundo Brautigam (2011) metade dos financiamentos, cerca de 1000 milhões de dólares, deste primeiro pacote de ajuda foram emprestados para a construção e requalificação de infraestruturas. Os bens monetários, como é demonstrado na Figura 11, foram usados para comprar serviços e materiais chineses.

Figura 11: Projetos de CpD financiados pela primeira linha de crédito da China

- Agricultural machinery and equipment imports (\$22 m)
- Four Irrigation systems (\$93 m)
- Luanda's electricity system (\$45 m)
- Water treatment system repair in three provincial cities (\$21 m)
- Five secondary schools (\$26 m)
- Kifangondo-Caxito road (\$211 m)
- Five agricultural training institutions
- Six polytechnical colleges
- 86 ambulances
- Six provincial health centers
- Rehabilitation of seven regional hospitals and so on ...

Fonte: Bräutigam, D. (2011). pp. 758, Box 1.

Os projetos, à primeira vista, parecem caracterizados pelo enfoque na promoção do bem-estar dos angolanos, em correspondência com o critério de CpD. No entanto, as pesquisas de Corkin e Burke (2006) e Brautigam (2011) revelam que a contratação de empreiteiros não decorreu conforme a lei de mercado. A China e Angola concordaram que 70% dos contratos de construção deviam ser atribuídos a empresas chinesas, enquanto que os restantes 30%

eram para construtores angolanos (Executive Research Associates, 2009). O Ministério do Comércio da RPC (MdC) tem uma lista de 35 empresas chinesas que são qualificadas para se candidatarem aos projetos de CpD. O MdC pode propor três entre as trinta e cinco empresas para concorrer na licitação. Embora a concorrência conte com a participação de candidatos não-chineses, a grande maioria dos projetos de construção foi ganha pelas EEC. Por exemplo, a requalificação da Estrada Kifangondo/Caxito foi o projeto mais caro (211 milhões de dólares) no primeiro acordo de CpD, e foi vendida à *China Road and Bridge Corporation*. Existem mais exemplos, como a *Chinese Overseas Engineering Company* que saiu vencedora na competição para a construção do Hospital Geral de Luanda; a reabilitação do sistema de eletricidade de Luanda implementada pela *State Grid Cooperation of China*, e a renovação do sistema de distribuição de água de Caxito pela *China National Electronics Import and Export Corp.* (Corkin e Burke, 2006; Executive Research Associates, 2009).

Graças a estes projetos de CpD, a quota das empresas chinesas no mercado de construção de Angola aumentou significativamente nas décadas passadas. Antes de 2004, o mercado angolano era dominado por empresas portuguesas como Teixeira Duarte, Mota Engil e Soares da Costa, e companhias brasileiras como a Oderbrecht (Corkin e Burke, 2006). Contudo, o comércio destas empresas em Angola foi prejudicado pelos competidores chineses. Estimou-se que mais de 100 empresas chinesas estavam ativas em Angola até 2009, contratando cerca de 60 mil operadores chineses (*ibid.*).

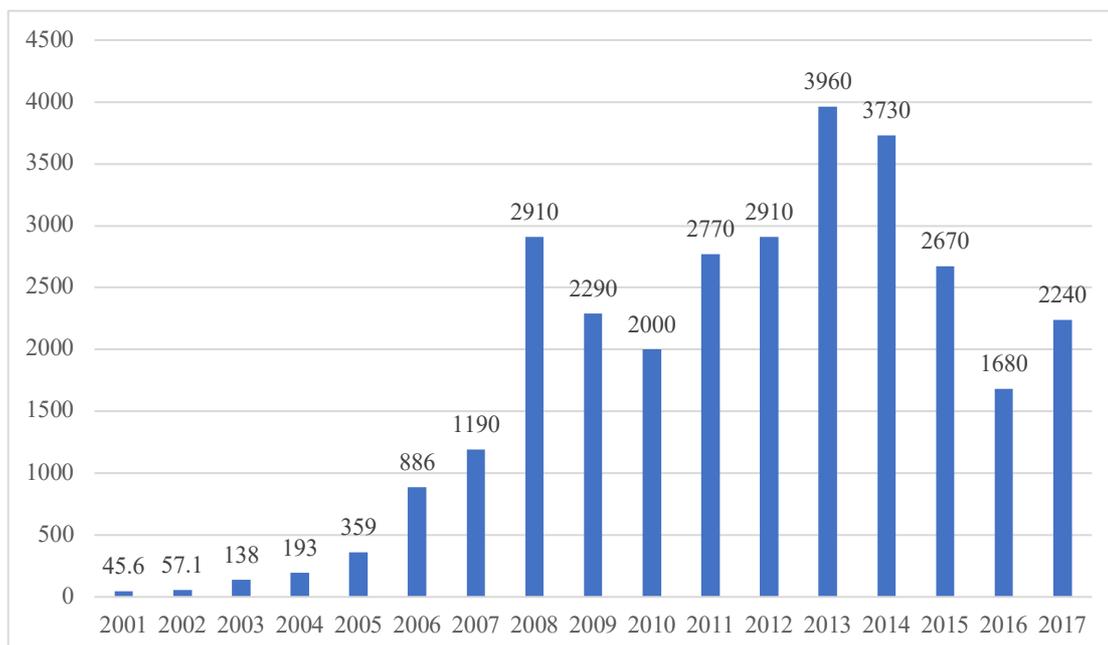
Quanto ao fornecimento de bens e equipamentos, incluem-se materiais para produção e sobrevivência, produtos técnicos ou equipamentos unitários e serviços técnicos necessários, cobertos pelos recursos financeiros de ajuda externa oferecidos pela China. Trata-se de mais uma oportunidade para os produtos chineses ampliarem o seu mapa em Angola. Dependendo da capacidade financeira do país recetor, os bens e equipamentos que Pequim proporciona podem ser gratuitos ou pagos num preço mais baixo. Porém, os materiais e equipamentos no âmbito da CpD têm de ser comprados na China, a não ser que a China não os produza. Este tipo de empréstimo concedido, vinculado com a compra dos produtos do país doador, é chamado de “ajuda ligada”. Segundo a OCDE (2019), a ajuda ligada refere-se aos empréstimos oficiais, créditos ou pacotes de financiamento associados onde a procura de bens e serviços envolvida é limitada ao país doador ou a um grupo de países.

No relatório de Jepma (1991) para a OCDE, verifica-se que as motivações para a ajuda ligada podem ser tanto económicas como políticas. Em termos económicos, refere-se à oportunidade de exploração de mercado e escoação dos produtos domésticos. Quanto ao aspeto político, as relações históricas, relacionamentos comerciais, ligação cultural e geopolítica entre os países recetores e doadores são normalmente tidos em conta. Estima-se que, no âmbito da OCDE, 41.7% do total da APD de 2005 foi condicionada por tais condições de compras (OCDE, 2006). Mesmo que não haja um número concreto, a percentagem de ajuda ligada à CpD chinesa foi estimada como sendo maior do que o nível médio da OCDE. Por um lado, conforme o que os ‘Oito Princípios para a CpD Chinesa’

dizem, Pequim oferece equipamentos e materiais da melhor qualidade que consegue produzir e negocia o preço com o país recetor com referência ao preço no mercado internacional. Caso os equipamentos e materiais oferecidos não respeitem o requisito ou sejam de má qualidade, o governo chinês garante a troca e devolução do artigo (MAE, 2000). A mesma afirmação ainda pode ser lida no papel branco *China's Foreign Aid* (SCIO, 2011). Por outro lado, o MdC exige que os *turnkey projects* têm de usar equipamentos chineses como primeira escolha. No *website* do Ministério, existe uma *List of Recommended Equipments, Materials, and Products for Foreign Aid in Kind Projects* (MdC, 2018). Ali, quase todos os fornecedores são empresas chinesas, e sem ser um pedido extraordinário, as verbas de CpD não podem ser usadas para fazer compras em outras empresas.

As estatísticas de exportação verificaram que esta estratégia da China teve êxito. Como é mostrado na Figura 12, a exportação da China para Angola cresceu quase 40 vezes mais, passando de 57.1 milhões de dólares em 2002 para 2240 milhões de dólares em 2017. Não obstante, desde 2002, a China tem vendido a Angola mais produtos de alto valor, como equipamentos mecânicos e materiais industriais, do que produtos de baixo valor, como vestuário e calçado (Figura 13). Isto mostra que a CpD da China com Angola não só contribuiu para fomentar a exportação geral chinesa, mas também incentivou as empresas chinesas a promover os seus lugares na cadeia de valor através da renovação tecnológica.

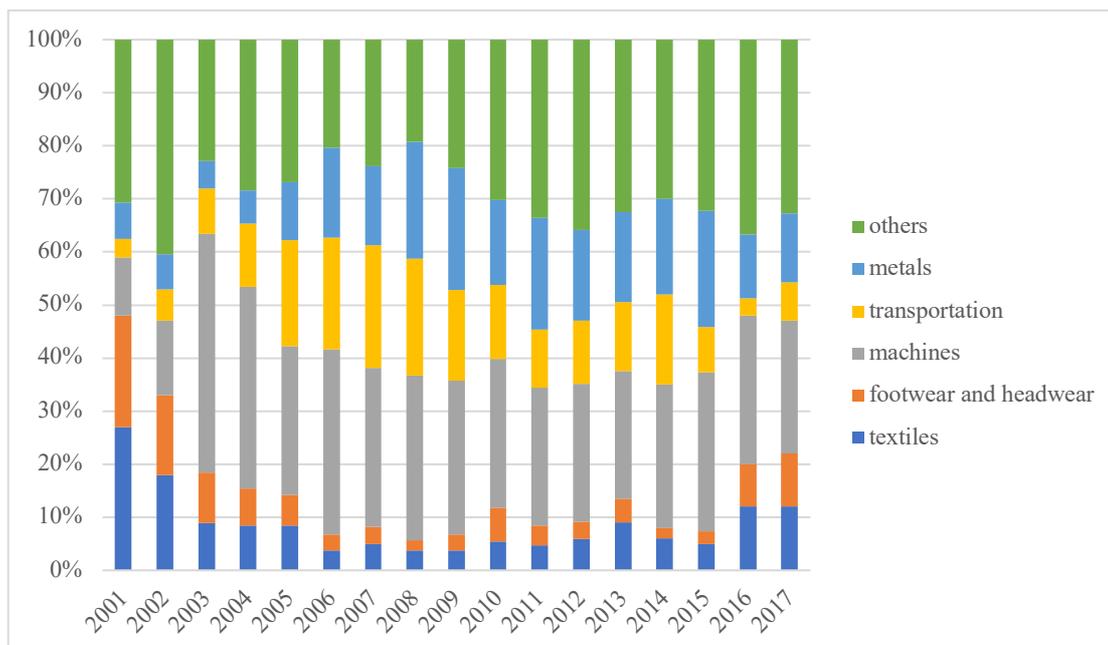
Figura 12: Valor de exportação da China para Angola



Unidade: milhão de dólares

Fonte: dados originados de Observatory of Economic Complexity (2019a). Figura elaborada pelo autor.

Figura 13: As principais importações angolanas da China



Fonte: Figura elaborada pelo autor com dados de Observatory of Economic Complexity (2019a).

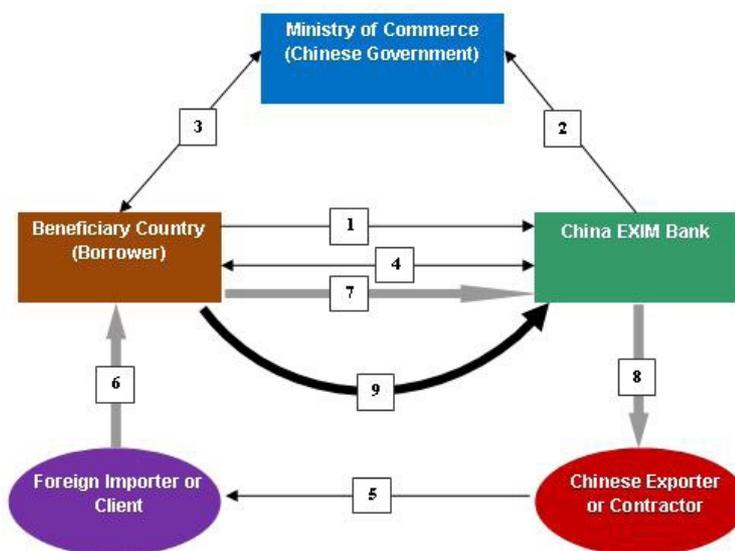
5.5. O modelo Angolano e a sede chinesa de petróleo

Neste momento tudo está a correr bem com Angola, que tem na mão as linhas de crédito e infraestruturas reconstruídas. Contudo, a cooperação internacional não é, pura e simplesmente, uma beneficência. Por outras palavras, a parte angolana tem de se preocupar com o pagamento das dívidas desde o primeiro dia em que foram criadas e tal diz respeito a duas questões – o que foi usado como garantia para os empréstimos chineses e como as dívidas devem ser pagas. O modelo angolano relaciona-se com ambas as questões, mas para melhor entender o seu conceito, estas deverão ser analisadas separadamente.

Aborda-se primeiro a questão de garantia. O modelo angolano como conceito apareceu em 2007, nos artigos de Corkin (2007a, 2007b), Chen *et al.* (2007) e Burke *et al.* (2007). De acordo com Corkin (2011), trata-se do método de financiamento preferido pelo governo da China a partir do qual os empréstimos, normalmente destinados ao desenvolvimento de infraestruturas nos países africanos, são garantidos pelos recursos naturais dos países recetores. Encontra-se no centro deste método de financiamento o EXIM BANK. O EXIM BANK é um dos dois *policy banks* dominado pelo governo chinês e é responsável pela execução de políticas económicas do governo e pelo desenvolvimento dos comércios não-lucrativos em certos setores. Ainda sobre o EXIM BANK, o seu foco de trabalho está na promoção de comércio e investimento internacional, bem como na gestão dos fundos para a CpD (EXIM BANK, 2013). De facto, trata-se da única agência que oferece empréstimos em condições favoráveis do governo chinês.

Apesar de Davies (2008) ter afirmado que as empresas estatais e os *policy banks* da China têm um modelo de avaliação de risco particular, de modo a serem menos conduzidos pelos lucros de curto prazo ao contrário do que acontece com os homólogos ocidentais, o EXIM BANK, de facto, tem tido muito cuidado ao abordar os projetos de CpD na África devido ao elevado nível de risco. O princípio é garantir que os empréstimos sejam prestados aos países confiáveis e aos programas de CpD bem-planeados, que têm a expectativa de criar fluxos de receitas para permitir o pagamento das dívidas. Para atingir tal objetivo, envolve-se a colaboração de um conjunto de departamentos governamentais no processo, como apresentado na Figura 14.

Figura 14: Os procedimentos por detrás do modelo angolano



Fonte: Davis *et al.* (2008) pp.18, figure 3.

O procedimento por detrás do modelo angolano é composto por nove passos: 1) o governo do país recetor, normalmente representado pelo Ministério das Finanças, entrega uma

proposta de financiamento ao EXIM BANK; 2) recebendo a proposta, o EXIM BANK vai consultar a embaixada chinesa naquele país e mandar para lá uma equipa para avaliar a viabilidade do projeto de CpD. Os resultados serão usados para formar um relatório a ser entregue ao MdC da China; 3) no caso de a proposta ser aceite, o MdC chinês assinará um acordo-quadro com o governo do país recetor; 4) com base no acordo-quadro, o Ministério das Finanças vai assinar um contracto com o EXIM BANK para definir o volume, a forma de garantia, a taxa de juro e o período de pagamento do empréstimo. Quanto à garantia, é sempre o petróleo no caso de Angola; 5) quando o empreiteiro acaba com o projeto de CpD, enviam a fatura ao departamento de vigilância dos projetos de CpD do país recetor para pedir o pagamento; 6) este departamento vai entregar a fatura e um relatório do processo ao Ministério das Finanças; 7) o governo do país recetor informa ao EXIM BANK o término do projeto e o acordo para efetuar o pagamento ao empreiteiro chinês; 8) o EXIM BANK paga ao empreiteiro chinês; 9) o país recetor paga ao EXIM BANK o montante principal e os juros conforme o acordo (Davis, *et al.*, 2008).

Em resumo, o dinheiro para financiar os projetos de CpD nunca saiu do bolso da China. Este mecanismo no qual as empresas chinesas são pagas diretamente pelo EXIM BANK garante que o EXIM BANK mantenha o controlo absoluto do uso das verbas, de modo a mitigar o risco potencial do resultado do empréstimo entrar no sistema financeiro do país recetor. Adicionalmente, verifica-se que o modelo angolano não é mais do que um método de financiamento cujo funcionamento depende da colaboração de vários departamentos. É

inegável dizer que o petróleo não foi abordado nos contratos de CpD, mas apenas desempenhou um papel de garantia. Brautigam (2009) e Corkin (2011) revelam que existem poucos indícios para confirmar que Angola e outros países recetores venderam petróleo à China para pagar as construções de infraestruturas.

Apesar disso, é necessário explicar por que é que se considera o modelo angolano como um instrumento da China para controlar o acesso a recursos energéticos de Angola. Primeiro, a falta de transparência relativa aos termos dos acordos de CpD é considerada a causa principal. Nenhuma informação sobre a forma de pagamento e o plano de reembolso está disponível para os *outsiders*. Além disso, o dinheiro proveniente do EXIM BANK foi provavelmente usado para adquirir um bloco de petróleo em Angola. Em 2004, quando a *China Petroleum and Chemical Cooperation* (Sinopec) comprou uma participação de 50% do Bloco 18 com 725 milhões de dólares, a conta de Angola registou uma receita de mesma quantia com origem no EXIM BANK (Financial Express, 2006). Embora possa ser uma coincidência, parece bastante provável que o EXIM BANK deu os 725 milhões de dólares para ajudar a Sinopec a efetuar a compra.

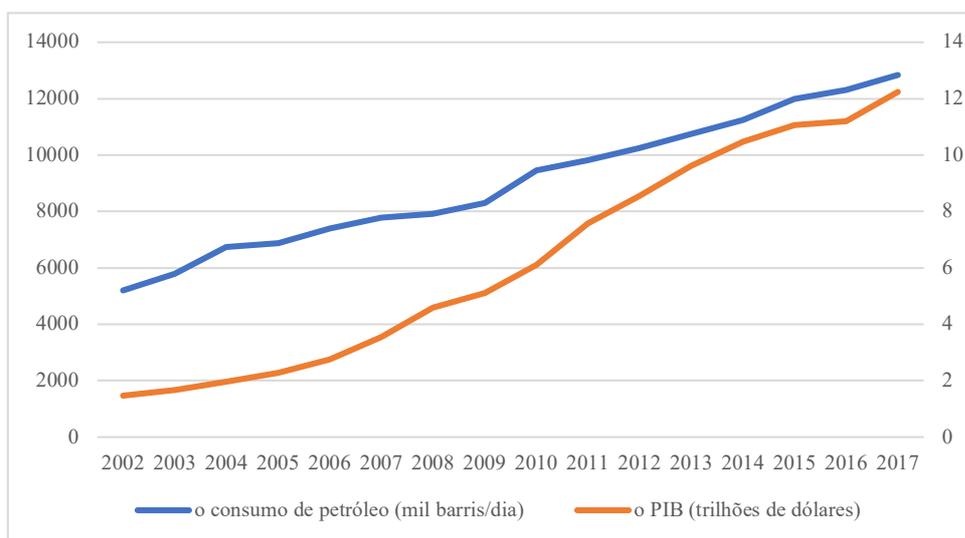
Em terceiro lugar, o governo chinês provavelmente pode aproveitar os programas de CpD para atrair o homólogo angolano a tomar decisões favoráveis às empresas energéticas chinesas. A referida transação do Bloco 18 pela Sinopec também foi contestada neste aspeto, porque a proprietária antiga deste campo de petróleo, a *Shell*, pretendia vendê-lo a uma

empresa indiana *ONGC Videsh*, e foi assinado o contrato. No entanto, a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), a concessionária de petróleo em Angola, vetou esta transição pelo facto de não ter sido consultada durante o negócio. Por fim, a Sinopec conseguiu a participação (Vines *et al.*, 2009). Não obstante, existe um outro exemplo, em que a Sinopec adquiriu o Bloco 3/80 anteriormente detido pela *Total*, após a Sonangol ter-se recusado a renovar o contrato com a empresa francesa (Weimer e Vines, 2012). É difícil verificar se a Sonangol tomou tais decisões sob pressão de Pequim mas, curiosamente, a entrada da Sinopec no setor petrolífero de Angola coincide com o anúncio da linha de crédito de dois milhões de dólares que a China ofereceu a Angola em 2004. A Sinopec tinha também andado próxima da Sonangol e, em 2004, as duas gigantes petrolíferas concordaram a estabelecer uma empresa de *joint-ventures*, Sinopec-Sonangol International (*ibid.*).

Por último, as iniciativas de CpD foram lançadas no momento em que a China apresentava uma grande procura de petróleo. A industrialização e a urbanização em grande escala conduziram a um rápido aumento da procura chinesa por energia. Como é demonstrado na Figura 15, o consumo de petróleo acompanhou a tendência de crescimento do PIB chinês. Contudo, em contraste com a procura duplicada, a produção doméstica de petróleo chinesa apresenta pouca variação, obviamente insuficiente para fazer face à procura (Figura 16). De facto, a China tornou-se uma importadora líquida de petróleo em 1997 e substituiu o Japão a ser a segunda maior consumidora de petróleo global (BP, 2019b). Como foi já referido, a busca pela independência caracteriza a política diplomática chinesa, e a independência

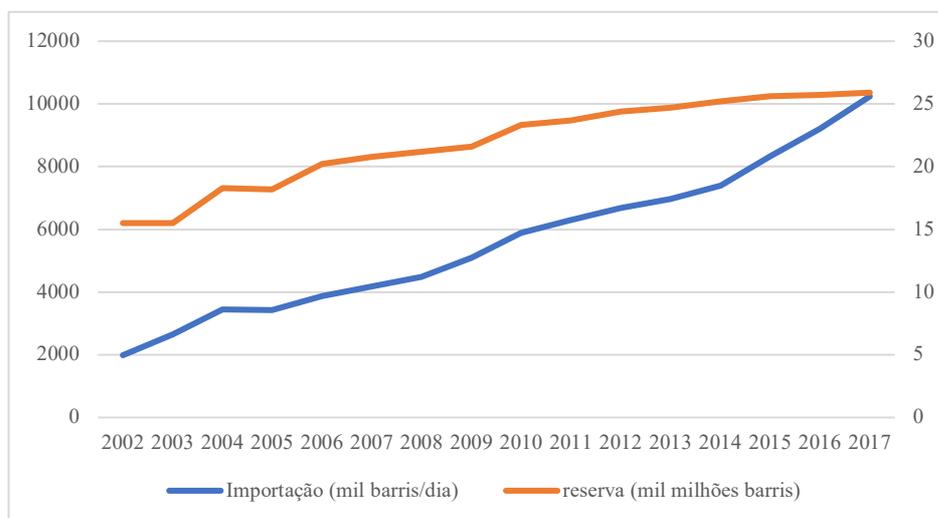
energética claramente é uma parte integral deste princípio. Neste sentido, o governo chinês começou a esforçar-se para diversificar a origem do petróleo importado desde o início do novo século, de modo a garantir a segurança energética nacional, sendo Angola um dos países de importância estratégica para atingir tal objetivo. A Figura 17 demonstra que até 2005 os EUA foram o maior cliente de petróleo de Angola, comprando no máximo mais de metade do petróleo produzido no país. Porém, a partir de 2006, Angola tem vendido mais petróleo à China, e as encomendas norte-americanas têm ocupado uma porção cada vez menor na receita angolana (Figura 17). Por sua vez, Angola tornou-se uma das principais origens de petróleo na China, entre as já existentes, como a Rússia, a Arábia Saudita, o Irão e o Iraque (OEC, 2018b). De certo modo, China e Angola formaram uma relação de interdependência através do comércio de petróleo.

Figura 15: O consumo de petróleo e o PIB da China



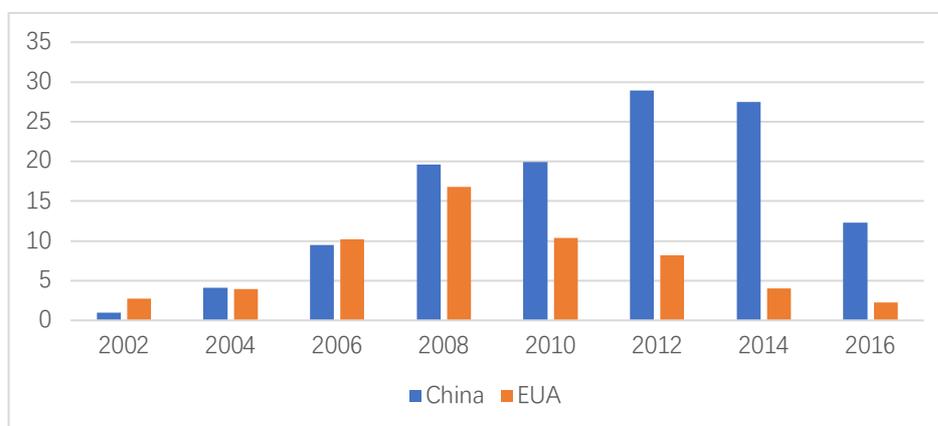
Fonte: BM (2019e) *China GDP (Current \$)* e BP (2019a).

Figura 16: A importação e reserva de petróleo da China



Fonte: BP (2019a).

Figura 17: A compra do petróleo angolano pela China e os EUA



Unidade: mil milhões de dólares.

Fonte: OEC (2018c)

5.6. Conclusão

O presente capítulo dá enfoque à análise das motivações económicas subjacentes à CpD da China com Angola, nomeadamente para investigar porquê e como é que a China beneficia em apoiar Angola com a reconstrução nacional. Revela-se que a China não foi, durante algum tempo, a primeira escolha de Angola enquanto parceiro de reconstrução. Luanda recorreu aos países membros do Clube de Paris e aos institutos financeiros internacionais, mas foi recusada devida à sua má governação e falta de transparência que, posteriormente, foram justificados como sendo pretextos. Assim, Angola virou-se para a China e os dois países fecharam a negociação do primeiro acordo de CpD em 2003, onde a China prometeu oferecer uma linha de crédito de 2 mil milhões de dólares para financiar a reconstrução de Angola.

A cooperação da China com a reconstrução de Angola não aconteceu por benevolência, tendo sido levada a cabo por dois fatores. Por um lado, a China tinha uma grande quantidade de reservas internacionais em 2002 e estava a procurar maneiras de manter o valor desta fortuna. Por outro lado, a estratégia de *go out* incentivou as empresas chinesas a investir no estrangeiro. Revela-se que os termos nos contratos de financiamento são muito rígidos e têm o intuito de ligar os programas de CpD aos serviços e equipamentos oferecidos pelas empresas chinesas. Também foi envolvida na análise a ligação entre o modelo angolano e a aquisição de petróleo angolano pela parte chinesa, onde argumento que o modelo angolano, na essência, não é associado ao comércio de petróleo e trata-se sim de um método de

financiamento que tem o EXIM BANK no centro. Foi evidenciado que a China tem interesse no petróleo de Angola, mas o EXIM BANK e o modelo angolano têm conseguido mais progresso em facilitar a entrada das empresas chinesas no mercado de construção angolano, do que em apoiar o controlo chinês sobre a indústria petrolífera angolana.

Capítulo VI. Macau: Plataforma entre A China e Angola

6.1. Introdução

Com o estabelecimento do Fórum de Macau, há sinal de que Pequim atribui cada vez mais importância a esta região administrativa especial na sua estratégia face aos países lusófonos. Serve o presente capítulo para entender como Macau e o Fórum de Macau ajudam Pequim a reforçar as suas relações bilaterais. É evidente que os intercâmbios entre a China e Angola no quadro do Fórum estão limitados por causa da falta de profundidade em termos do âmbito de cooperação. Assim, constitui-se como um outro objetivo explorar os limites do Fórum de Macau e dar recomendações para o seu melhoramento. Serão verificadas as seguintes hipóteses: 1) se Macau gozar de *guanxi* relativamente à China e a Angola, a sua identidade permite-lhe ser a plataforma de cooperação; 2) se as declarações políticas e económicas de Pequim e os eventos organizados no âmbito do Fórum de Macau tiverem um impacto positivo no relacionamento bilateral sino-angolano, então podemos considerar que o Fórum é um complemento às relações bilaterais.

6.2. A importância do *guanxi*

“Plataforma”, “ponte de ligação entre a China e os países de língua portuguesa” e “suporte da iniciativa de Uma Faixa e Uma Rota” (Li, 2016). Foi assim que o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, descreveu o papel de Macau na conferência ministerial do Fórum de Macau de

2016. Macau fica perto da China Continental e longe de Portugal, mas a sua história liga as duas civilizações há quase 500 anos. Mesmo que a administração portuguesa em Macau tenha sido passada para a República Popular da China em 1999, as ligações de Macau com o mundo lusófono não foram cortadas e as raízes portuguesas presentes nos costumes, cultura e língua têm sido bem preservadas até aos dias de hoje. Ao entrar no novo milénio, o estabelecimento do Fórum de Macau permitiu reforçar ainda mais o intercâmbio com os países primos de língua portuguesa.

Em contraste com Macau, Hong Kong, que voltou ao braço da “mãe pátria” mais cedo, e que é igualmente governado pelo princípio de “um país, dois sistemas”, não pode usufruir das mesmas regalias. Macau constitui-se como um caso especial no plano diplomático de Pequim, já que lhe é permitido estabelecer semi-relações diplomáticas com outros países no cenário internacional. Surge, então, uma pergunta: porque é que Pequim confere a Macau um maior espaço na comunidade internacional? Tendo em conta a existência do FOCAC, o que estimulou o governo central a criar em Macau uma nova organização cujos cinco países-membros estão já presentes no FOCAC? Para responder a estas perguntas, exige-se um exame do *guanxi* de Macau com a China Continental.

Para entender a importância do *guanxi*, é necessário primeiramente conhecer o conceito de *relationality*. Segundo Emirbayer (1977), as relações são omnipresentes na sociedade. Em vez de ser independente e racional, o comportamento de qualquer ator na sociedade é

constantemente construído e reconstruído pelas suas relações com outros atores. O *guanxi* é uma das várias relações que existem na sociedade chinesa, mas a mais importante para a vida quotidiana dos chineses, como escreveu Fei Xiaotong:

What we see before our eyes is not like clearly separate bundles of firewood, but ripples extending outward in concentric circles after the splash of a stone in the quiet water. Each person stands at the center of these circles, which create personal linkages wherever they arrive. Not everybody makes use of the same circle at every moment and every place. (Fei, 2007 apud Yang, 2009: 56)

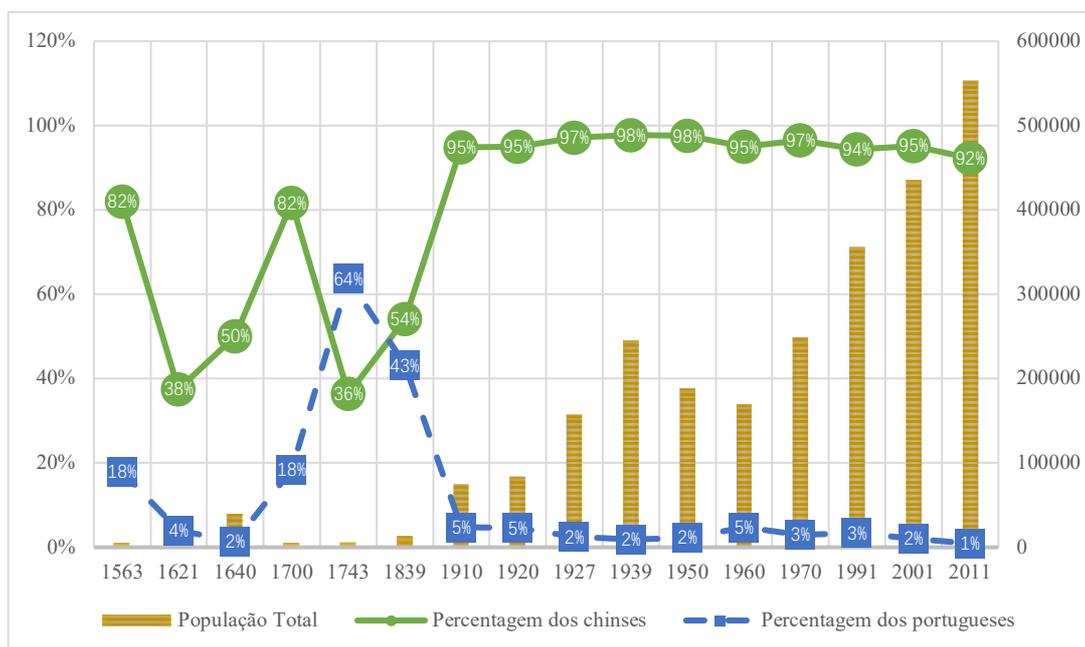
Como já foi referido no Capítulo II, Pequim identifica a posição de Macau na sua rede de *guanxi* por meios de *guanxilização* e *categorização*. A *categorização* dá ênfase às semelhanças que Macau partilha com a China Continental, e as características que o diferenciam de outros grupos, nomeadamente a língua, a raça e as normas sociais. Quanto à *guanxilização*, envolvem-se dois vetores: relacionamento atribuído e relacionamento interativo. O primeiro diz respeito à consanguinidade e o segundo à relação adquirida através das interações. Neste sentido, para entender o *guanxi* de Macau com a China Continental, tem de se examinar três fatores: o relacionamento atribuído, o relacionamento interativo e os pontos comuns entre eles.

Do ponto de vista histórico, verifica-se que a colonização portuguesa não conseguiu cortar a ligação de sangue entre os chineses dos dois lados do Rio das Pérolas. Até hoje, a consanguinidade ainda é a conexão mais sólida entre Macau e a China continental. Segundo Wu e Chen (2002), pessoas de nacionalidade chinesa têm constituído a maior comunidade

em Macau durante as dinastias Ming (1368—1644) e Qing (1636—1912), representando 36-82% da população total (Figura 18). O único período onde viveram mais portugueses do que chineses foi em 1743, em consequência da proibição do comércio marítimo que entrou em vigor no início do século XVIII. Contudo, a dominação populacional portuguesa não durou muito tempo, com a reabertura das alfândegas em 1757 a incentivar comerciantes chineses a regressar a Macau (Zheng, 2000).

A extinção da dinastia Qing em 1912 foi um divisor de águas na história populacional de Macau, na qual a China Continental entrou num período de intensos conflitos armados, perturbações e humilhações. Por causa disto, milhares de chineses fugiram para Macau à procura de abrigo e alimento, o que intensificou significativamente a presença dos chineses em Macau. Desde então e até hoje, a porção de chineses na população total de Macau nunca desceu para menos de 90%, facto que assume particular relevância no que diz respeito ao reforço da relação atribuída entre Macau e China (Huang, 1999; Wu e Chen, 2002).

Figura 18: A composição demográfica de Macau por nacionalidade



Fonte: elaborada pelo autor baseado nos dados recolhidos de Huang (1999); Wu e Chen (2002); DSEC (2001, 2011).

Além da vantagem quantitativa dos chineses em Macau, as variações demográficas trazem à tona o facto de que a maior parte dos emigrantes provenientes da China Continental chegaram a Macau durante os últimos cem anos da administração portuguesa. Este facto indica que a socialização destes novos emigrantes com os costumes portugueses não decorreu muito tempo antes da passagem da administração de Macau de Portugal para a China. Assim, as regras e os valores portugueses não penetraram na vida diária dos residentes de Macau. O estudo histórico de Chen (2015) mostra que a maior parte dos residentes de Macau não se identificavam como portugueses, mas sim como chineses, apesar de terem a nacionalidade portuguesa. Eles falavam cantonês, escreviam caracteres chineses, estudavam obras clássicas do Confucionismo e participavam nos exames imperiais (科舉考試)

realizados na China Continental com o fim de obter um título burocrático. Os costumes relativos ao casamento e herança eram tão persistentes que o governo colonial português vigorou um código civil especial para Macau, cujos itens foram elaborados com referência aos hábitos chineses. Sucedendo à transferência da administração, a identidade de Macau como membro da nação chinesa foi ainda mais reforçada. Por exemplo, estatísticas do DSEC (2001: 35, 2011: 36) demonstraram que indivíduos que identificavam mandarim como a sua língua materna aumentaram de 1.6% a 5% nas últimas duas décadas.

As interações entre Macau e a China Continental têm sido dinâmicas. Antes de 1949, Macau financiou as revoluções capitalistas e combates aos invasores japoneses na China Continental. Assim que a RPC foi estabelecida, Macau tornou-se num dos dois canais que a China Continental tinha para se ligar ao mundo exterior. As cooperações estenderam-se quando Macau voltou a ser parte da China. No plano internacional, a especificidade de Macau facilita a comunicação chinesa com os PLP e os países europeus. Na década passada, a interligação da RAEM com a China Continental foi elevada a um novo patamar. Graças a uma série de projetos para promover a integração regional, como a Iniciativa de Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau³² e a construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, o desenvolvimento de Macau está a ser crescentemente acompanhado pela China Continental

³² Trata-se da estratégia nacional que visa promover a integração regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau. A este projeto cabem construção de infraestrutura, integração burocrática e estabelecimento das zonas de comércio livre. O projeto, segundo o desenho, pode tornar as cidades localizadas ao lado do Rio das Pérolas num grande grupo de cidades com escala equivalente aos grupos de cidades de Tóquio, San Francisco e Nova Iorque (Greater Bay Area, 2018).

e vice-versa. O que caracteriza as interações entre Macau e a China Continental é que, ao contrário do que acontece em Hong Kong, nunca foi vista uma manifestação contra o governo central ou outra qualquer perturbação social em Macau. Tal contribui para a confiança do governo central na RAEM. Numa palavra, o laço de sangue, a identidade comum e a dependência recíproca unem Macau e a China Continental.

No entanto, a intimidade não é suficiente para descrever o *guanxi* entre eles porque, do ponto de vista de Pequim, algumas particularidades diferenciam Macau das outras regiões e províncias da China. Em primeiro lugar, o sistema político constitui-se como a divergência mais essencial, já que os poderes relativos à defesa nacional e diplomacia pertencem ao governo central, tendo a RAEM um alto grau de autonomia, no que toca aos poderes legislativo, executivo e judicial à luz da Lei Básica. Este arranjo político delimita a potência do governo central para projetar a sua influência direta sobre a função administrativa da RAEM. Já que Pequim costuma agir de forma pragmática ao tratar dos assuntos estrangeiros, é evidente que Macau, livre da obrigação de cumprir o mandato de Pequim, não é o colaborador ideal de Pequim no sentido de realizar os seus interesses nacionais. Segundo, embora os chineses sejam a maioria absoluta da população de Macau, os macaenses³³ ainda desempenham um papel indispensável como intermediário entre China e o mundo lusófono. Dentro dos órgãos públicos, é comum a presença de macaenses nas posições de alto nível (Zhou e Li, 2007). Por último, a religião goza de um grande poder de influência na sociedade

³³Trata-se das pessoas que têm sangue lusófono nascidas em Macau.

de Macau. Sun Jiuxia (2001) afirmou que, em alguns casos, a crença religiosa pode ser uma grande influência nos assuntos públicos em Macau.

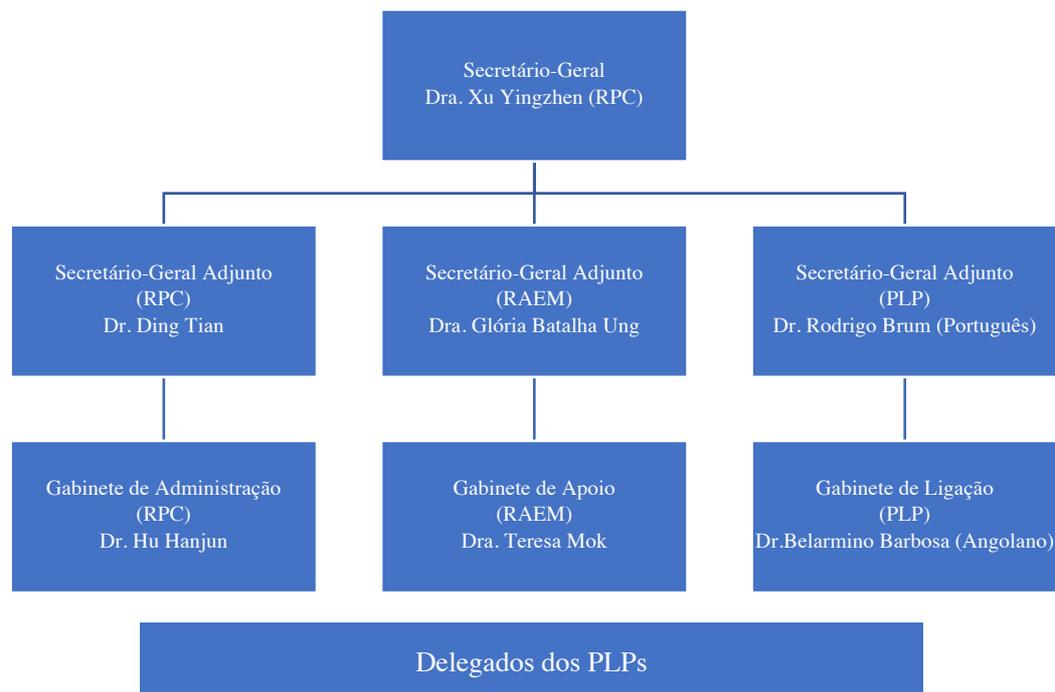
Em resumo, Macau tem uma relação forte e interativa com a China Continental, e a maior parte dos habitantes de Macau identifica-se como membro da nação chinesa em consequência das partilhas culturais. Para além desses aspetos positivos, a diferença do sistema político, a diversidade dos grupos étnicos e a influência religiosa são alguns dos fatores que distanciam Macau do centro da rede de *guanxi* de Pequim.

6.3. A postura de Pequim em relação ao Fórum de Macau

O Fórum de Macau foi uma iniciativa lançada pelo governo central chinês e o governo da RAEM após a passagem de administração portuguesa para a chinesa em 1999, tendo como objetivo impulsionar relações comerciais e de investimento entre as partes envolvidas (Fórum de Macau, 2003). Quatro anos depois, a primeira conferência ministerial do Fórum ocorreu, onde os países presentes decidiram criar um “mecanismo de acompanhamento”, o Secretariado Permanente. O Secretariado está destinado a manter o funcionamento diário do Fórum e a implementar decisões tomadas nas Conferências Ministeriais, que são realizadas de três em três anos. O Regulamento do Funcionamento do Secretariado Permanente do Fórum de Macau entrou em vigor um ano mais tarde, com o objetivo de definir a estrutura institucional do Secretariado (Gaspar, 2009).

O *guanxi* especial da China com Macau permite que Pequim goze de uma posição de vantagem no Fórum. Conforme o Regulamento (CEPLP e UIBE, 2013), o Secretariado é coordenado pelo(a) Secretário(a)-Geral que deve ser designado(a) pelo governo chinês. Abaixo do Secretário-Geral estão os três Secretários-Gerais Adjuntos, respetivamente nomeados pela RPC, RAEM e PLP. Entre o núcleo do Secretariado e os países membros existem três gabinetes assistentes: 1) o Gabinete de Administração, coordenado por um funcionário do Ministério do Comércio da RPC; 2) o Gabinete de Apoio, coordenado por um funcionário designado pela RAEM; 3) o Gabinete de Ligação, organizado por um delegado de um país de língua portuguesa. A página oficial do Fórum de Macau não demonstra o relacionamento entre os Gabinetes e Adjuntos, mas Gaspar (2009) e Mendes (2013a) indicam que um Secretário-Geral adjunto coordena o trabalho de um gabinete. Assim, a estrutura institucional do Secretariado está apresentada na Figura 19 para garantir um melhor entendimento ao leitor.

Figura 19: A estrutura institucional do secretariado do Fórum de Macau



Fonte: Figura elaborada pelo autor, a partir de “Estrutura” da página oficial do Fórum de Macau (2018a) e Gaspar (2009: 59).

Pode-se, então, verificar que o desenho estrutural do Secretariado confere à RPC um lugar vantajoso em relação aos outros participantes. Por um lado, o representante da RPC ocupa sempre o cargo de Secretário-Geral, posição de cabeça do Secretariado, o que é contraditório ao princípio de igualdade na presente perspectiva dos países lusófonos. Por outro lado, a RPC e a RAEM têm representantes próprios ao nível de Adjunto e Gabinete, mas os outros oito países como um todo têm apenas um representante como Secretário Adjunto. Tendo em conta que Macau faz parte da China, não é difícil entender que a estrutura institucional do Secretariado apresente uma tendência de bipolarização, com Pequim e Macau de um lado e o Gabinete de Ligação de outro (Gaspar, 2009).

Adicionalmente, as despesas do Secretariado são cobertas pela RPC e pela RAEM. Segundo dados estatísticos apresentados na Figura 20, a RAEM investe em média 111 milhões de patacas³⁴ por ano e o Governo central chinês paga o restante. Nos anos em que se realiza a Conferência Ministerial, o orçamento da RAEM ao Fórum pode atingir os 140 milhões de patacas. Este ato de generosidade é bem-vindo por alguns países que tenham dificuldades financeiras, mas mal visto por outros que queiram assumir a responsabilidade para defender a igualdade entre países membros. A distribuição desigual do poder e o modo contestável de financiamento podem explicar, em parte, a razão pela qual alguns estados membros escolhem não mandar um delegado especificamente ao serviço do Fórum, como por exemplo o Brasil e Portugal. Essas preocupações também lhes atribuíram a legitimidade para colocar o Fórum de Macau num plano secundário nas suas estratégias diplomáticas face à China.

Figura 20: O orçamento ao Fórum de Macau da RAEM

Ano	Quantia (em MOP)
2012	96,841,500
2013	140,411,300
2014	84,961,100
2015	90,646,500
2016	157,696,900
2017	100,140,700

Fonte: Liang (2017: 109).

³⁴ A pataca (MOP) é a moeda oficial da RAEM. Um euro é equivalente a cerca de 9 patacas.

Cinco Conferências Ministeriais tiveram lugar nos passados quinze anos. Na conclusão de cada conferência, publica-se um Plano de Ação e, destes planos, podem-se observar algumas mudanças ocorridas no Fórum. Em primeiro lugar, os países membros estão a reconhecer o papel de Macau e atribuir-lhe mais importância. No Plano de Ação da 1ª Conferência Ministerial, o papel de Macau não foi destacado, mas, desde 2006, o papel de Macau como plataforma tem sido reivindicado e explicado num capítulo individual (Fórum de Macau, 2006). Essencialmente, o Gabinete de Apoio coordenado pela representante da RAEM está a assumir uma maior importância no Fórum. Gaspar (2009: 60) argumentou que “o Gabinete de Apoio se destaca com um inesperado protagonismo na estrutura; na prática o Secretariado parece que se tornou o órgão de apoio ao Gabinete de Apoio.” Em relação à posição de Macau no Secretariado, Gaspar (*ibid.*) apontou que se trata do único que “joga em casa” e que possui recursos financeiros e executivos. As interações entre a China continental e Macau no âmbito do Fórum contribuíram para a acumulação de confiança recíproca, fazendo com que o governo central conceda alguns poderes a Macau sem qualquer preocupação.

Segundo, a China está a prestar uma maior atenção às preocupações bem como aos interesses dos outros países. Nas Conferências Ministeriais de 2014 e 2016 (Fórum de Macau, 2013, 2016a), Pequim anunciou que iria renovar a forma de cooperação internacional com o objetivo de ajudar os países lusófonos a realizar um desenvolvimento sustentável. Esta ação pode ser vista como uma resposta de Pequim à procura dos países lusófonos, porque prometeu proporcionar apoios que os países lusófonos necessitavam com maior urgência,

nomeadamente empréstimos concessionais, cooperação na capacidade produtiva e cooperação nos recursos humanos (Fórum de Macau, 2016b). No ano de 2016, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva (Fórum de Macau, 2016c), que foi um documento de vanguarda porque a China, no âmbito da organização multilateral, nunca tinha assinado um acordo especificamente destinado à transferência da capacidade produtiva doméstica para o estrangeiro. Como eu referi num artigo (Tian, 2018), esta estratégia pode apoiar os países africanos a desenvolverem os seus próprios sistemas industriais, modernizarem a sua tecnologia de produção e elegerem os seus lugares na cadeia de valor global. A cooperação da capacidade produtiva pode criar novos campos que poderão dinamizar o desenvolvimento económico do país recetor e, por isso, podem aliviar o ónus da sua dívida em consequência da CpD.

Anteriormente, o Fórum de Macau não era para a China mais do que um instrumento para desenvolver relações bilaterais com os PLP africanos, caracterizando-se então pela cooperação bilateral apesar de ser, na sua essência, uma organização multilateral (Mendes, 2010, 2014). Com o exemplo do Plano de Ação de 2010, o artigo 11.2 indicou que a linha de crédito com condições favoráveis estava somente acessível às cooperações bilaterais entre a China e os PLP africanos e asiáticos (Fórum de Macau, 2010). Este artigo, deste modo, excluiu Portugal e o Brasil de serem beneficiários deste empréstimo ou envolvidos nos projetos de CpD entre a China e esses países. Por esta razão, Mendes argumentou que “o Fórum de Macau não é uma verdadeira instituição multilateral, mas sim a institucionalização

das relações bilaterais entre a China e cada um dos restantes membros” (2013a: 56). No entanto, a China está a modificar a sua postura relativamente a este problema. Por um lado, verifica-se a diminuição da presença da palavra “bilateral” (双边) e o aumento do aparecimento da palavra “multilateral” (多边) nos Planos de Ação a partir de 2016. Por outro lado, admite-se que alguns estados-membros do Fórum têm tecnologias maduras relativas à construção de infraestruturas, portanto, é indispensável envolver estes países nos projetos de CpD desenvolvidos nos PLP africanos e asiáticos (Fórum de Macau, 2016a). Considerando a capacidade tecnológica dos PLP de África e de Timor Leste, não é difícil entender que estas afirmações servem os interesses de Portugal e do Brasil.

6.4. A Relevância do Fórum de Macau para a China e Angola

O papel especial de Macau no plano diplomático da China tem a ver com o seu estatuto de região administrativa especial. De acordo com a Lei Básica, o governo da RAEM goza de um alto grau de autonomia, com exceção dos poderes relativos à diplomacia e à defesa que pertencem ao governo central (China e Portugal, 1987). Contudo, nem todos os poderes diplomáticos são controlados. Por exemplo, a RAEM pode

“[...] on its own, using the name "Macao, China", maintain and develop relations and conclude and implement agreements with foreign states and regions and relevant international organizations in the appropriate fields, including the economic, trade, financial and monetary, shipping, communications, tourism, cultural, science and technology, and sports fields.” (China, 1993: Artigo 136)

Neste sentido, Macau enquadra-se na categoria de *sub-national Non-central Governmental Actor* (NCG). São referidas como paradiplomacia as relações que os NCGs estabelecem com países soberanos ou com outros NCGs. Keating (1999) argumentou que, ao contrário dos estados cujas ações no cenário internacional são normalmente coerentes e previsíveis, os NCGs gozam de uma maior flexibilidade política. Deste modo, a paradiplomacia dos NCG pode contribuir de forma complementar para a diplomacia da sua metrópole.

José Matias (2009) argumentou que Macau e o Fórum de Macau contribuíram para o *soft power* da China. Trata-se de uma prova o facto de que Pequim aproveitou a qualidade do Fórum como organização baseada na cultura e na língua comuns para envolver São Tomé e Príncipe nas Conferências Ministeriais com o título de observador, já que antes de 2016 o país não tinha relações diplomáticas com a RPC, mas sim com Taiwan. O Fórum de Macau permitiu a Pequim manter as comunicações de alto nível, bem como o *guanxi*, com este país africano naquela altura, criando uma base sólida para o estabelecimento das relações oficiais no futuro. Também é importante denotar que a posição neutra de Macau entre a RPC e Taiwan, e o multilateralismo do Fórum de Macau fizeram com que São Tomé e Príncipe pudesse omitir a sua posição sobre a questão da soberania da China, participando como observador nas atividades do Fórum sem prejudicar o relacionamento com qualquer um dos lados. Muito provavelmente foi uma das razões que levou a China a insistir em colocar o Secretariado em Macau em vez de em Pequim, apesar da contraproposta de alguns países lusófonos (Gaspar, 2009). Tal esforço de Pequim foi bem-sucedido porque, em 2016, São

Tomé e Príncipe voltou costas a Taipei e abraçou Pequim. Na conferência de imprensa, o então Ministro dos Assuntos Estrangeiros de Taiwan disse que

The government of São Tomé and Príncipe, however, with excessive financial difficulties, and demands beyond those the ROC could meet, has ignored 20 years of friendly diplomatic relations, playing both sides of the Taiwan Strait while holding out for the highest bidder. The ROC regrets the São Tomé and Príncipe government's abrupt and unfriendly decision and condemns this action. (Ministry of Foreign Affairs Republic of China (Taiwan), 2016)

Mesmo que seja desconhecido se a China Continental tentou fazer face às necessidades de São Tomé e Príncipe por meio do Fórum, tendo em conta a ponderação do comércio e investimento na agenda de trabalho do Fórum de Macau, pode-se confirmar que o Fórum funcionou como um instrumento diplomático de Pequim para atrair São Tomé e Príncipe a abandonar Taipei.

Além disso, após o estabelecimento do Fórum, Macau começou a assumir uma nova identidade entre a China e os PLP, em substituição da antiga identidade de “Las Vegas do Oriente”. Quer nos documentos oficiais quer nas notícias, a “plataforma” tem sido repetida, passando uma mensagem clara aos diplomáticos e empresários de que Macau será a entrada para a China continental. Isto ilustra um outro objetivo de Pequim: ampliar o leque das atividades económicas de Macau para promover a sua imagem na comunidade internacional. A economia de Macau apresenta uma forte dependência do setor do jogo, sendo quase metade do seu PIB produzido nos casinos (DSEC, 2017). O esforço de incorporar Macau no comércio entre a China e os PLP pode proporcionar novas dinâmicas para o desenvolvimento

sustentável de Macau. No fundo, o governo central quer ver a prosperidade de Macau para comprovar o sucesso da proposta “um país, dois sistemas” ao mundo e particularmente a Taiwan. Num momento em que a fórmula está a ser desafiada em Hong Kong, a prática bem-sucedida em Macau assume grande relevância para a reunificação nacional e, conseqüentemente, para a realização do sonho chinês.

Por outro lado, a relevância que a China atribui ao Fórum de Macau é refletida nos dados de importação e exportação da China face aos países de língua portuguesa. Segundo a Figura 21, as trocas comerciais entre a China e os países lusófonos aumentaram mais de 10 vezes nos passados quinze anos, de 11 mil milhões de dólares em 2003 até 117 mil milhões em 2017. Mesmo que seja difícil comprovar em que medida o Fórum de Macau contribuiu para o volume significativamente alargado das trocas comerciais entre a China e os PLP, vale a pena mencionar que a velocidade de expansão comercial tem sempre acelerado no ano seguinte à realização da Conferência Ministerial.

Conforme o que foi anunciado no Plano de Ação de 2013, o volume de trocas comerciais seria alargado para os 160 mil milhões de dólares antes de 2016, mas este objetivo, no final, não foi atingido (Fórum de Macau, 2013). Desde 2015, o valor do comércio bilateral entre a China e os PLP tem descido do valor mais alto de 133 mil milhões de dólares registado em 2014 para o valor mais baixo de 90.8 mil milhões de dólares em 2016 (Fórum de Macau, 2018b). Grande parte desta descida está inerentemente ligada à diminuição das compras e

vendas junto de Angola. Por exemplo, as trocas comerciais da China com Angola diminuíram, em termos numéricos, cerca de 17 mil milhões de dólares em 2015, ocupando quase a metade da descida total dos 34.6 mil milhões de dólares (*ibid.*). Apesar disso, o comércio com Angola ainda representa mais de 20% do comércio total no âmbito do Fórum de Macau, o que constitui outra prova da importância que Angola tem para a China em termos de comércio e economia (*ibid.*).

No entanto, no que diz respeito a estes interesses económicos, a China procura sempre consolidar a sua segurança energética através do reforço do intercâmbio comercial com os países abundantes em petróleo, nomeadamente Angola que era o segundo maior exportador de petróleo para a China. Neste sentido, o Fórum de Macau oferece outra oportunidade aos líderes chineses para confirmarem com os homólogos angolanos o abastecimento contínuo de petróleo à China. Além disso, a Conferência Ministerial realizada de três em três anos constitui-se como uma outra oportunidade para a China oferecer “prendas” a Angola. Essas prendas, normalmente, têm a ver com a construção de infraestruturas e investimento, o que acaba por motivar o crescimento da dependência económica angolana para com a China.

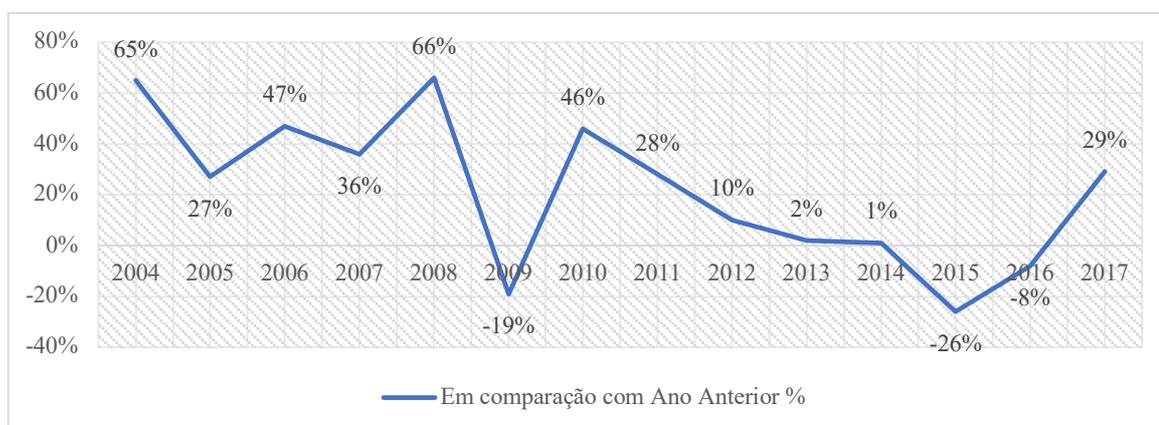
Figura 21: O valor do comércio bilateral entre a China e os PLP (2003-2017)

Ano	Valor Total	Em comparação com Ano Anterior %
2003	11	NA
2004	18.2	65%
2005	23.1	27%
2006	34	47%
2007	46.3	36%
2008	77	66%
2009	62.4	-19%
2010	91.4	46%
2011	117.2	28%
2012	128.4	10%
2013	131.4	2%
2014	132.5	1%
2015	98.4	-26%
2016	90.8	-8%
2017	117.5	29%

Unidade: mil milhões de dólares americanos

Fonte: figura elaborada pelo autor, a partir de Fórum de Macau (2013)

Figura 22: A taxa de crescimento do comércio entre a China e os PLP



Fonte: figura elaborada pelo autor, a partir de Fórum de Macau (2013)

Embora não seja claro em que momento e por que motivo os primeiros angolanos se mudaram para Macau, é certo que se estabeleceram em Macau há pouco tempo, provavelmente há algumas décadas. A guerra civil de Angola, que começou logo depois do processo de descolonização em 1975, constituiu-se como outro motivo para os angolanos fugirem para Macau, mas, em termos gerais, o número de angolanos que Macau acolheu foi bastante menor do que o de Portugal. Por isso, a comunidade angolana em Macau ainda é uma comunidade pequena, que “não deverá ultrapassar as 50 pessoas” conforme a estimativa de Alexandre Correia da Silva, Presidente da Associação Angola-Macau (Plataforma, 6 de outubro de 2014).

Que marcas culturais Angola deixou em Macau? Em Macau, é difícil encontrar a própria comunidade Angolana ou algum restaurante que sirva algum prato tradicional angolano, nem existe nenhum jornal ou canal de televisão onde informações possam circular entre os angolanos locais. A memória da cultura angolana existe, por excelência, na Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa, atividade organizada pelo governo da RAEM para divulgar entre a população os costumes e a cultura de cada país lusófono.

Na prática, ao contrário da ambição da China, Angola ainda olha para Macau de uma forma fechada, sem perceber a evolução do papel de Macau, sem desenvolver uma estratégia global para orientar o seu trabalho no âmbito do Fórum, bem como sem ter intenção de extrair benefícios para além da promoção do comércio e captura de investimento. Por esta razão,

Luanda continua a apostar no contato direto com Pequim ou no FOCAC ao invés do Fórum de Macau.

A relevância que Angola atribui ao Fórum de Macau pode ser explorada através da observação sobre quem foi mandado para representar a delegação angolana na ocasião da conferência ministerial. Nas primeiras duas conferências ministeriais antes de 2010, os países-membros mandaram, geralmente, ministros de economia ou ministros dos assuntos estrangeiros, mas desde a terceira conferência ministerial, em que o nível dos representantes foi significativamente elevado por causa da presença do primeiro-ministro chinês, a maioria dos países participantes, nomeadamente Timor-Leste, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Portugal, também se fizeram representar por chefes do estado ou pessoas de nível elevado. No entanto, Angola nunca mandou representantes de nível mais alto do que o Ministro da Economia.

Outro aspeto que demonstra como Angola vê Macau e o Fórum de Macau tem a ver com quem é selecionado como delegado no Secretariado Permanente, e qual ministério administra os assuntos relativos ao Fórum de Macau. Segundo a pesquisa de Mendes (2013: 287), o delegado de Angola “trabalha fisicamente no Secretariado”, no mesmo tempo que está encarregue de funções como o representante comercial do consulado de Angola em Macau. Neste sentido, era esperado que a pasta fosse entregue ao Ministério da Economia, mas o governo angolano decidiu deixar a responsabilidade ao Ministério dos Assuntos

Estrangeiros. Esta contradição, mais uma vez, demonstra que Angola praticamente usa o Fórum como um veículo para obter benefícios comerciais, mesmo que teoricamente reconheça a utilidade política do Fórum para ampliar a influência angolana na comunidade internacional.

Por último, as atividades desenvolvidas por Angolanos em Macau também se encontram limitadas ao comércio, raramente abordando outras áreas. Numa entrevista a Carlos Lobo (Revista Macau, 2018), presidente da Câmara de Comércio de Angola em Macau (CCAMO), ele estimou que o número de angolanos em Macau era muito reduzido, sendo a maior parte deles comerciantes e estudantes. A CCAMO, por si própria, é o órgão social mais simbólico organizado pelos angolanos em Macau, tendo sido fundada em 2017, essencialmente para ajudar os comerciantes angolanos a encontrar oportunidades de comércio em Macau e a facilitar o fecho de negociações. No entanto, quer por atividades políticas, quer por atividades comerciais, os angolanos em Macau não apresentam muita paixão e, por obrigação, fazem parte dos eventos organizados pela RAEM. Esta situação é, por um lado, resultado do número limitado de angolanos em Macau e, por outro lado, consequência da comunidade angolana em Macau ser composta, maioritariamente, por comerciantes.

Em suma, Luanda não mostrou iniciativas nem entusiasmo para extrair benefícios, além do comércio e investimento, do papel de Macau como plataforma. Para Angola, Macau ou o Fórum de Macau nunca poderiam assumir a mesma importância do FOCAC que conta com

a presença do presidente angolano. O FOCAC tem um maior leque de abordagem em termos de cooperação para o desenvolvimento e a oferta financeira da China também parece mais valiosa. Por outro lado, aos olhos dos líderes angolanos, a relação bilateral amigável com Pequim é, de facto, garantia definitiva para os seus interesses nacionais. Então, não lhes faz sentido envolver a terceira parte nesta relação bilateral já frutífera.

6.5. Desafios e recomendações para Macau

As análises anteriores deram uma revisão geral do trabalho de quinze anos realizado pelo Fórum de Macau. Com o base na análise do *guanxi* da China Continental com Macau e de Macau com Angola, deram-se respostas à duas questões: a possibilidade de Macau ser a plataforma entre a China e a Lusofonia, e a utilidade de Macau para a China e Angola realizarem os seus próprios interesses nacionais. A última secção do presente capítulo questiona o futuro de Macau e do Fórum de Macau, pretendendo revelar os seus obstáculos e dar sugestões para a resolução dos problemas.

Antes de tudo, qual é a maior preocupação de Macau em relação aos assuntos estrangeiros? É a de ser substituído. Por um lado, tem-se aprofundado o intercâmbio cultural entre a China Continental e os países lusófonos, caracterizado pelo entusiasmo dos jovens chineses pela língua e cultura portuguesas. O primeiro-ministro chinês, na ocasião da conferência ministerial de 2016, mencionou que havia mais de vinte escolas superiores chinesas que

ministravam o curso de português (Li, 2016), enquanto que hoje em dia só existem três universidades homólogas em Macau. Por causa disso, as vantagens tradicionais de Macau em termos de cultura e língua estão a desaparecer. Por outro lado, é provável que a “ponte” seja substituída pela “autoestrada”, ou seja, Macau preocupa-se em ser marginalizado como consequência do estreitamento do relacionamento bilateral entre China e os PLP. Quando tomamos em conta o FOCAC, que envolve todos os cinco estados membros africanos do Fórum de Macau e o BRICS, que abrange o Brasil, a posição do Fórum de Macau parece ficar ainda mais em risco.

O medo de ser substituído, no fundo, indica duas limitações inerentes que Macau tem: o primeiro obstáculo deriva da ausência de estatuto legal do Secretariado Permanente. Este problema foi colocado em cima da mesa na conferência ministerial de 2010, onde os representantes de todas as partes concordaram na necessidade de legitimar o secretariado permanente. No entanto, esta questão não foi resolvida nem foi mencionada nos Planos de Ação das seguintes conferências. De facto, com o estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e São Tomé e Príncipe, o Fórum de Macau deixou de precisar da ambiguidade no estatuto legal até então usado para incluir São Tomé e Príncipe no Fórum. Atualmente, é preocupação de Pequim que a sua autoridade em questões diplomáticas seja minada por causa de uma demasiada atribuição de poder ao governo da RAEM, o que irá dificultar a resolução do problema.

O segundo obstáculo deve-se à dependência de Macau do *soft power* enquanto carece de *hard power*. O *soft power*, ou seja, poder suave, é uma expressão criada por Joseph Nye (2004) para descrever a habilidade dum corpo político para atrair outros corpos políticos a fazerem o que ele quiser. Existem três tipos de *soft power*: cultura, ideologia e diplomacia. Quanto ao *soft power* de Macau, trata-se da sua capacidade de traduzir as heranças culturais e de língua que Portugal lhe deixou como o instrumento de aproximação ao mundo lusófono como o fim de retirar benefícios próprios. O *hard power*, em contraste com o *soft power*, refere-se à capacidade de influenciar diretamente o interesse ou o comportamento dos outros, nomeadamente através do uso da força e da ameaça. Considerando, no entanto, a posição de Macau como NCG, são os recursos exclusivos de Macau que fazem com que outros países o considerem como um parceiro indispensável. Ao *hard power* cabem o capital, a tecnologia, os recursos humanos, etc. o que indica que Macau é bastante fraco em termos de *hard power* e, por causa disso, os países membros do Fórum de Macau apresentam um maior entusiasmo pelo reforço do relacionamento bilateral com a China Continental que possui todos os recursos necessários para o desenvolvimento e a vontade de os partilhar

Por último, como podem Macau e o Fórum de Macau ultrapassar estes obstáculos? Primeiro, é essencial para o governo da RAEM manter uma boa interação com o governo central e os governos dos países de língua portuguesa, com o fim de aprofundar a confiança mútua (e o *guanxi*) entre todas as partes. O Fórum de Macau deve insistir em concentrar-se na cooperação económica e comercial, não abordando demasiados temas políticos porque tal

pode minar a sua posição relativamente neutra entre a China e os PLP. Ao mesmo tempo, Macau pode oferecer condições mais amigáveis às pessoas dos PLP para estudar, trabalhar e viver. Quando eles voltarem aos seus países de origem, levarão com eles uma boa memória e um sentimento de pertença a Macau, que serão espalhados por toda a gente à sua volta. Tal ação contribuirá para diminuir o profundo desconhecimento que grassa nos países de língua portuguesa sobre Macau.

O governo da RAEM ainda precisa de adotar uma visão mais longa em relação ao seu futuro desenvolvimento. O setor dos serviços é lucrativo, mas Macau não deve continuar a apostar neste setor, uma vez que já mostrou que o mesmo lhe traz uma grande dependência. Em outras palavras, Macau deve-se dedicar a reforçar o seu próprio *hard power* através da promoção da inovação tecnológica e da diversificação das atividades económicas. Macau não pode apenas pensar em "compartilhar um pedaço de bolo" das trocas comerciais entre a China e os PLP, mas sim em ser um explorador que procura abrir novos negócios nas áreas não abordadas pela China Continental. Por exemplo, a cooperação nos campos da saúde e da educação é sempre um local onde a China Continental mostra pouco interesse, tornando-se assim oportuno para Macau aproveitar as vantagens culturais e de linguísticas de que goza para ajudar as pessoas dos países de língua portuguesa, especialmente PLP africanos e Timor Leste, a criar melhores condições de vida.

Conclusão

O objetivo principal desta investigação é clarificar as motivações subjacentes à cooperação para o desenvolvimento da China com Angola entre 1949 e 2017. O argumento central deste trabalho afirma que, no período em análise, a China instrumentalizou a sua relação de cooperação com Angola para atingir interesses políticos e económicos. O primeiro aspeto, relativo aos interesses políticos, refere-se à construção da imagem internacional positiva da China, incluindo a imagem de vítima do colonialismo, parceiro de Angola, país em desenvolvimento e país que defende o seu *status quo*. O segundo aspeto, relativo aos interesses económicos, foi abordado a partir das dimensões da internacionalização das empresas chinesas e do *go out* dos produtos chineses. A ligação entre o modelo angolano e a aquisição de petróleo foi observada e estudada, mas não foi evidenciado que o governo angolano trocou petróleo por projetos de reconstrução nacional. Quanto à relevância de Macau e do Fórum de Macau para a cooperação sino-angolana, Pequim beneficiou mais do papel especial de Macau como plataforma do que Luanda, ao mesmo tempo que tem ocupado uma posição mais vantajosa no Fórum de Macau. Na prática, tanto Macau como o Fórum de Macau foram, na melhor das hipóteses, um complemento às relações bilaterais entre a China e Angola.

A imagem de vítima do colonialismo foi verificada nos capítulos II e III, pela demonstração da ligação entre os “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica” e o “século das

humilhações”. Pequim tomou o sistema tributário como um exemplo para mostrar que a ordem mundial chinesa – a visão de *tianxia* – era caracterizada pela filosofia de benevolência e harmonia. No capítulo IV argumentou-se que a China instrumentalizou esta imagem para se aproximar dos movimentos de libertação de Angola que estavam a lutar pela independência do país. Verifica-se, também, que a intervenção chinesa na guerra de independência angolana não aconteceu simplesmente por empatia, mas sim para combater a influência dos EUA na África austral.

A afirmação de que a China tentou construir uma imagem de país em desenvolvimento verifica-se através do enquadramento da CpD chinesa na cooperação sul-sul bem como através da exigência de relações que promovam o benefício mútuo. A ligação entre a China e os países do hemisfério sul remonta ao período de Mao Zedong e consolidou-se depois da Reforma e Abertura chinesas. Desde então, a China tem-se identificado como um país do sul, presidindo eventos internacionais, de carácter multilateral, com o objetivo de fomentar a cooperação com estes países em desenvolvimento, onde se destacam as cimeiras do FOCAC e as Conferências Ministeriais do Fórum de Macau. Pequim acha razoável que os seus programas de CpD permitam criar uma situação onde tanto os países recetores como a própria China ganhem. Além disso, a ‘Teoria da Prenda’ explicou que o princípio de reciprocidade permitia ao país recetor não se envolver numa situação de vergonha por receber favores dos outros países explicando-se, assim, o motivo pelo qual a CpD chinesa tem sido sempre bem-vinda.

A terceira imagem – a de parceiro de Angola – foi verificada nos capítulos IV e V. Por um lado, mesmo que a China se envolvesse na guerra de independência e na guerra civil de Angola em busca de interesses políticos, teria de usar o título de anticolonialismo, anti-imperialismo e anti-hegemonia para se apresentar como um parceiro de Angola, que se preocupava com o seu desenvolvimento. Por outro lado, a China estendeu a mão para ajudar Angola no pós-conflito, nomeadamente com a reconstrução nacional, numa altura em que os doadores tradicionais recusaram oferecer qualquer tipo de assistência. Estes factos justificam então que a China se tem tentando apresentar como um parceiro confiável para Angola.

A dimensão do país que defende o *status quo* foi verificada por dois factos. Primeiro, a China pós-Mao Zedong deixou de incentivar ou apoiar quaisquer revoluções socialistas em outros países através da CpD. Por outro lado, a própria China tem tentando integrar-se na comunidade internacional nos recentes anos, tendo mesmo declarado que procura realizar uma ascensão pacífica. Relativamente à ajuda externa, Pequim proclamou que não há qualquer condicionalidade política associada à sua CpD, ou seja, ela não pretende forçar outros países a adotar o modelo de desenvolvimento da China. No entanto, a análise explorou que o sucesso da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e a realização do Sonho Chinês iriam aumentar a atração do sistema ideológico chinês, desafiando, assim, os valores ocidentais.

Para provar o argumento central da dissertação também foram testadas algumas hipóteses. A hipótese apresentada no segundo capítulo – se a prática de CpD sofre mudanças radicais quando um novo Secretário-Geral do PCC assume o cargo, então a política de CpD chinesa é enquadrada pela ideologia – provou-se positiva. Neste capítulo, foi detetada uma forte ligação entre a ideologia e a política de CpD: a ajuda externa durante o período de Mao foi usada principalmente para apoiar revoluções socialistas; Deng e Jiang, dois líderes pragmáticos, decidiram poupar os recursos para o desenvolvimento económico doméstico e começaram a receber APD da OCDE; ao entrar nas décadas de Hu e Xi, o aumento da potencialidade chinesa permitiu-lhes investir mais recursos no estrangeiro a ajudar outros países com o desenvolvimento, de modo a aumentar o prestígio da China no cenário internacional.

Uma outra hipótese – Angola foi um instrumento para a China se posicionar contra as duas superpotências durante a Guerra Fria – também foi provada positiva. Quando a China se alinhou com a URSS, apoiou o MPLA. Depois de ter passado por uma fase de alinhamento com a União Soviética e de uma aproximação aos EUA, a China virou o apoio para a FNLA e a UNITA, em desfavor do MPLA. Quando a China adotou a estratégia de independência diplomática, deixou de financiar qualquer movimento e retirou-se de Angola.

Relativamente aos interesses económicos da China, foram promovidas três hipóteses: 1) se os projetos de reconstrução de Angola foram feitos por empresas chinesas e se estas

empresas chinesas aumentaram as suas quotas no mercado angolano, conclui-se que a China apoiou Angola com o objetivo de internacionalizar as suas empresas; 2) se as linhas de crédito estavam associadas à compra de produtos chineses, a CpD promove o *go out* dos produtos chineses; 3) se Angola recebeu empréstimos chineses em troca de petróleo angolano, então a CpD visou apoiar a obtenção deste recurso natural. A primeira e a segunda hipóteses foram verificadas como positivas porque os contratos de CpD exigiram que as linhas de créditos chinesas fossem associadas com a compra de produtos chineses e de serviços das empresas chinesas. Também foi confirmado que a quota de mercado das empresas de construção chinesas em Angola subiu significativamente. Os tipos de produtos que Angola importou da China tornaram-se aqueles com mais valor adicional. Noutras palavras, a CpD com Angola ajudou as empresas e produtos chineses a subirem na cadeia de valor global. No entanto, não existiu nenhuma evidência confiável para confirmar que o modelo angolano – um método de financiamento – ajudou a que empresas chinesas a controlassem o acesso ao petróleo angolano. De facto, o modelo angolano foi mais útil para as empresas de construção chinesas do que para as empresas petrolíferas.

Por último, as duas hipóteses relativas a Macau foram comprovadas positivas. Macau, por causa das suas particularidades históricas, culturais, linguísticas e geopolíticas, partilha um *guanxi* particular com tanto a China Continental como com Angola. Para a China Continental, Macau é uma ponte para se ligar ao mundo lusófono e um exemplo para demonstrar o sucesso da política de “um país, dois sistemas”. Para Angola, Macau pode desempenhar um papel de

intermediário para facilitar a sua entrada na China Continental. O Fórum de Macau e os eventos realizados em Macau têm um impacto positivo na relação da China com Angola, mas como até agora o impacto é limitado, o Fórum de Macau não é mais do que um complemento à relação bilateral China-Angola.

Referências Bibliográficas

1. African Communist (1st Quarter 1976) *No Neutrality in Angola*. http://www.disa.ukzn.ac.za/sites/default/files/pdf_files/Acn6476.pdf [acesso em 17 de maio de 2019].
2. AidData (2017) *AidData's Global Chinese Official Finance Dataset, 2000-2014, Version 1.0*. <https://www.aiddata.org/data/chinese-global-official-finance-dataset> [acesso em 14 de junho de 2019].
3. Alden, C. (2012) “China and Africa: From Engagement to Partnership” in Power, M. e Alves, A. (eds.) *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Fahamu: Pambazuka Press, pp. 10-25.
4. Alden, C. e Davies, M. (2006) “A Profile of the Operations of Chinese Multinationals in Africa” *South African Journal of International Affairs*. 13(1), pp. 83-96.
5. Antunes, J. (1995) *A Guerra de África 1961-1974*. Lisboa: Círculo de Leitores.
6. Axelrod, R. e Keohane, R. (1985) “Achieving Cooperation through Anarchy: Strategies and Institutions” *World Politics*. 38 (1), pp.226-254.
7. Barnett, D. e Harvey, R. (1972) *The Revolution in Angola: MPLA, Life Histories and Documents*. New York: Bobbs-Merrill.
8. Bernstein, R. e Munro, R. (1998) *The Coming Conflict with China*. New York: Vintage.
9. Birmingham, D. (2017) *Breve História da Angola Moderna (séc. XIX – XX)*. Lisboa: Guerra e Paz.
10. BM - Banco Mundial (2019) *Net ODA Received per Ccapita (Current US\$)*. <https://data.worldbank.org/indicador/DT.ODA.ODAT.PC.ZS?locations=CN&view=chart> [acesso em 14 de junho de 2019].
11. BM - Banco Mundial (2019a) *GDP Current US\$ of Angola*. <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?locations=AO&view=chart> [acesso em 14 de junho de 2019].
12. BM - Banco Mundial (2019b) *Net Official Development Assistance and Official Aid Received (Current US\$)*. <https://data.worldbank.org/indicador/DT.ODA.ALLD.CD> [acesso em 14 de junho de 2019].
13. BM - Banco Mundial (2019c) *China GDP Growth (Annual %)*. <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=CN&view=chart> [acesso em 14 de junho de 2019].
14. BM - Banco Mundial (2019d) *Merchandise Imports (Current US\$)*. <https://data.worldbank.org/indicador/TM.VAL.MRCH.CD.WT?locations=CN&view=chart> [acesso em 14 de junho de 2019].

15. BM - Banco Mundial (2019e) *China GDP (Current \$)*. <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=2017&locations=CN&start=2001&view=chart> [acesso em 14 de junho de 2019].
16. BP (2019a) *Statistical Review of World Energy*. <https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html> [acesso em 14 de junho de 2019].
17. BP (2019b) *Country Insight - China*. <https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy/country-and-regional-insights/china.html> [acesso em 14 de junho de 2019].
18. Brautigam, D. (2009) *The Dragon's Gift – The Real Story of China in Africa*. Oxford: Oxford University Press.
19. Bräutigam, D. (2011). "Aid 'with Chinese Characteristics': Chinese Foreign Aid and Development Finance Meet the OECD-DAC Aid Regime" *Journal of international development*. 23(5), pp.752-764.
20. Bremmer, I. (2009) "State Capitalism Comes of Age: The End of the Free Market?" *Foreign Affairs* (edição de maio/junho de 2019). <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2009-05-01/state-capitalism-comes-age> [acesso em 14 de junho de 2019].
21. Bridgland, F. (1986) *Jonas Savimbi: A Key to Africa*. Edinburgh: Mainstream.
22. Brown, K. (2012) "The Communist Party of China and Ideology" *China: An International Journal*. 10(2), pp.52-68.
23. Burke, C., L. Corkin, e N. Tay. (2007) *China's Engagement of Africa: Preliminary Scoping of African Case Studies: A Scoping Exercise Evaluating China's Engagement of Six African Case Studies*. Prepared for the Rockefeller Foundation, Stellenbosch: Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University.
24. Cabana, S. (2014) "Chronology and History of South-South Cooperation: An Ibero-American Contribution" *Programa Ibro-Americano para el Fortalecimiento de la Cooperación Sur-Sur Working Paper 5*. <https://www.segib.org/wp-content/uploads/Chrono-South-South2014.pdf>. [acesso em 23 de maio de 2019].
25. Callahan, W. (2005) "Nationalism, Civilization and Transnational Relations: The Discourse of Greater China" *Journal of Contemporary China*. 14(43), pp.269-289.
26. Callahan, W. (2016) "China's 'Asian Dream': The Belt and Road Initiative and the New Regional Order" *Asian Journal of Comparative Politics*. 1(3), pp. 221-243.
27. CEPLP e UIBE (2013) *Relatório dos Dez Anos do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre China e os Países de Língua Portuguesa (2003-2013)*. Beijing: China Commerce and Trade Press.

28. Chen, C., Chiu, P., Orr, R., e Goldstein, A. (2007) "An Empirical Analysis of Chinese Construction Firms' entry into Africa" in International Symposium on Advancement of Construction Management and Real Estate. pp. 8-13.
29. Chen, W. (2015) "Identidade Nacional e Cultural dos Chineses em Macau nos Tempos Modernos" (em chinês) *Jinan Journal (Philosophy and Social Science)*. 6, pp. 107-116.
30. Chen, Y., Friedman, R., Yu, E., Fang, W., Lu, X. (2009) "Supervisor-Subordinate Guanxi: Developing a Three-Dimensional Model and Scale" *Management and Organization Review*. 5(3), pp.375-339.
31. China (1993) Basic Law of the Macao Special Administrative Region of the People's Republic of China. Assinado pelo Presidente da República Popular da China em 31 de março de 1993. <https://www.umac.mo/basiclaw/english/main.html> [acesso em 14 de outubro de 2018].
32. China e Portugal (1987) *Joint Declaration of the Government of the People's Republic of China and The Government of the Republic of Portugal on the Question of Macao*. Assinado pela República Popular da China e República de Portugal em 26 de Março de 1987. <https://bo.io.gov.mo/bo/1/88/23/dc/en/default.asp> [acesso em 14 de outubro de 2018].
33. CIDCA - China International Development Cooperation Agency (2019) *About Us*. http://en.cidca.gov.cn/2018-08/01/c_259525.htm [acesso em 23 de maio de 2019].
34. CIDCA – China International Development Cooperation Agency (2019) *Home Page of CIDCA*. <http://en.cidca.gov.cn> [acesso em 23 de maio de 2019].
35. Cobbinah, P., Black, R., e Thwaites, R. (2011) "Reflections on Six Decades of the Concept of Development: Evaluation and Future Research" *Journal of Sustainable Development in Africa*. 13(7), pp.134-149.
36. Corkin, L. (2007a) "'Angola Model' Sets the Trend for Chinese Funding" *African Energy*. 120, pp.6-8.
37. Corkin, L. (2007b) "China's Contribution to the Development of African Infrastructure through Investment in the Extractive Industries" *AFRODAD Occasional Paper 8*.
38. Corkin, L. (2011) "Uneasy Allies: China's Evolving Relations with Angola" *Jornal of Contemporary African Studies*. 29 (2), pp.169-180.
39. Corkin, L. (2012) "Angolan Political Elites' Management of Chinese Credit Lines" in Power, M. e Alves, A. (eds.) *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Fahamu: Pambazuka Press, pp. 45-67.
40. Corkin, L. e Burke, C. (2006) *China's Interest and Activity in Africa's Construction and Infrastructure Sectors*. Stellenbosch: Centre for Chinese Studies.
41. CRINU – Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2019a) *Objetivos de Desenvolvimento do*

- Milénio*. <https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu/26132> [acesso em 23 de maio de 2019].
42. CRINU – Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2019b) *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html> [acesso em 23 de maio de 2019].
 43. Croese, S. (2012) “One Million Houses: Angola’s National Reconstruction Program” in Power, M. e Alves, A. (eds.) *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Fahamu: Pambazuka Press, pp. 124-144.
 44. DAC (2003) *Official Development Assistance*. OECD Glossary of Statistical Terms. OECD: Paris. <http://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=6043> [acesso em 23 de maio de 2019].
 45. Davis, M., Edinger, H., Tay, N. e Naidu, S. (2008) *How China Delivers Development Assistance to Africa*. Stellenbosch: Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 68, pp.1-86.
 46. Deng, X. (1993) *Selected Works of Deng Xiaoping Vol. III*. Beijing: People’s Publishing House.
 47. Dittmer, L. e Kim, S. (1994) “Conclusion” in Lowell Dittmer e Samuel Kim (eds.) *China’s Quest for National Identity*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
 48. DRC - Documentary Research Center of the CCP Central Committee (ed.) (1997) *Selected Important Documents of CCP National Congress and Its Plenary Sessions since the Third Plenary Session of the Eleventh Central Committee* (em chinês). Beijing: Central Documentary Press.
 49. Dreher, A. e Fuchs, A. (2002) “Rough Aid? The Determinations of China’s Aid Allocation” *Courant Research Center Discussion Paper No. 93*. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1926471 [acesso em 14 de junho de 2019].
 50. DSEC – Director of the Statistic and Census Service (2001) *Resultados Dos Censos 2001*. Macau: DESC.
 51. DSEC – Director of the Statistic and Census Service (2011) *Resultados Dos Censos 2011*. Macau: DESC.
 52. DSEC – Director of the Statistic and Census Service (2017) *Estrutura Setorial de Macau 2016*. Macau: DSEC.
 53. Ecomony, E. (2018) *The Third Revolution: Xi Jinping and the New Chinese State*. New York: Oxford University Press.
 54. Editors Group (2018) *Maoism and Introductions to the Theories of Socialism with Chinese Characteristics*. Beijing: Higher Education Press.
 55. Embassy of Angola (2004) *Angola-China: An Example of South-South Cooperation*. <https://allafrica.com/stories/200403250563.html>. Acesso em 9 de maio 2019.
 56. Emirbayer, M. (1997) “Manifesto for a Relational Sociology” *American Journal of Sociology*. 103-2,

pp.281-317.

57. Esteves, D. (2008) *Relações de Cooperação China-África: Caso de Angola*. Coimbra: Almedina.
58. Executive Research Associates (2009) *China in Africa: A Strategic Overview*. https://www.ide.go.jp/library/English/Data/Africa_file/Manualreport/pdf/china_all.pdf Acesso em 9 de maio 2019.
59. EXIM BANK - Banco para Exportação e Importação da China (2013) *About the Bank*. <http://english.eximbank.gov.cn/Profile/AboutTB/Introduction/> [acesso em 14 de junho de 2019].
60. FAAN – Fundação António Agostinho Neto (2018) *Bibliografia de Agostinho Neto*. http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&id=66&lang=en [acesso em 17 de maio de 2019].
61. Fairbank, J. (1968) “A Preliminary Framework” in Fairbank (ed.) *The Chinese World Order: Traditional Chinese Foreign Relations*. Cambridge: Harvard University Press.
62. Farh, J., Tsui, A., Xin, K., Cheng, B. (1998) “The Influence of Relational Demography and Guanxi: The Chinese Case” *Organization Science*. 9(4), pp.471-488.
63. Fei, X. (2007) *From the soil: the foundations of Chinese society*. Shanghai: Shanghai People’s Publishing House.
64. Ferdinand, P. (2016) “Westward Ho - The China Dream and ‘One Belt One Road’: Chinese Foreign Policy under Xi Jinping” *International Affairs*. 92(4), pp.941-957.
65. Fernandes, S. (2012) “China and Angola: A Strategic Relationship?” in Power, Alves (eds.) *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Fahamu: Pambazuka Press, pp. 68-84.
66. Fernandes, S. (2015) *Os Acordos de Financiamento entre a China e Angola: Uma Reconstrução Pós-conflito sem Reformas Políticas*. Tese de doutoramento em estudos africanos. Instituto Universitário de Lisboa.
67. Financial Express (14 de julho de 2006) *Sinopec Beats ONGC, Gets Angola Block*. <https://www.financialexpress.com/archive/Sinopec-beats-ONGC,-gets-Angola-block-/171139/> [acesso em 14 de junho de 2019].
68. Finnermore, M. (1996) *National Interests in International Society*. Ithaca: Cornell University Press.
69. FOCAC - Fórum para a Cooperação China-África (2004) *About FOCAC*. https://www.focac.org/eng/ltjj_3/ltjz/ [acesso em 23 de maio de 2019].
70. Fórum de Macau (2019) *Fórum de Macau*. <http://www.forumchinapl.org.mo/about-us/mission-and-objectives/?lang=pt> [acesso em 23 de maio de 2019].

71. Fórum de Macau (2003) *Plano de Ação para a Cooperação Económica e Comercial aprovado em 2003*. Macau: Fórum de Macau.
72. Fórum de Macau (2006) *Plano de Ação para a Cooperação Económica e Comercial aprovado em 2006*. Macau: Fórum de Macau.
73. Fórum de Macau (2010) *Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial da 3ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2010-2013)*. Macau: Fórum de Macau.
74. Fórum de Macau (2013) *Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial da 4ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2014-2016)*. Macau: Fórum de Macau.
75. Fórum de Macau (2016a) *Plano de Acção da 5.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa (2017-2019)*. <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/strategic-plan-for-economic-and-trade-co-operation-of-the-5th-ministerial-conference-of-the-forum-for-economic-and-trade-co-operation-between-china-and-portuguese-speaking-countries-2017-2019/?lang=pt> [acesso em 23 de maio de 2019].
76. Fórum de Macau (2016b) *Novas Medidas Anunciadas pela Parte Chinesa na Cerimónia de Abertura da 5.ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa (2017 a 2019)*. <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/new-measures-of-china-for-the-5th-ministerial-conference-of-the-forum-for-economic-and-trade-co-operation-between-china-and-portuguese-speaking-countries-2017-2019/?lang=pt> [acesso em 23 de maio de 2019].
77. Fórum de Macau (2016c) *Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e Países de Língua Portuguesa*. <http://www.forumchinaplp.org.mo/action-plans/memorandum-of-understanding-on-promoting-co-operation-in-production-capacity-forum-for-economic-and-trade-co-operation-between-china-and-portuguese-speaking-countries-forum-macao/?lang=pt> [acesso em 23 de maio de 2019].
78. Fórum de Macau (2018a) *Estrutura*. <http://www.forumchinaplp.org.mo/about-us/organisational-structure/?lang=pt> [acesso em 18 de outubro de 2018].
79. Fórum de Macau (2018b) *Dado das Trocas Comerciais*. <http://www.forumchinaplp.org.mo/category/news/trade-data/?lang=pt> [acesso em 18 de outubro de 2018].
80. Foster, V., Butterfield, W., Chen, C. e Pushak, N. (2008) *China's Emerging Role in Africa: Part of the*

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/10587/472180BRI00Box1ole1china1africa0111.pdf?sequence=1> [acesso em 23 de maio de 2019].

81. G77 - Grupo dos 77 (2019) *About the Group of 77*. <http://www.g77.org/doc/> [acesso em 23 de maio de 2019].
82. Gaspar, S. (2009) *Fórum de Macau: um novo instrumento de política externa da República Popular da China?* Tese de mestrado em relações internacionais. Universidade de Coimbra.
83. Gavshon, A. (1981) *Crisis in Africa: Battleground of East and West*. Harmondsworth: Penguin Books.
84. Gray, K. e Gills, B. (2016) "South-South Cooperation and the Rise of the Global South" *Third World Quarterly*. 37(4), pp.557-574.
85. Greater Bay Area (2018) *Overview*. <https://www.bayarea.gov.hk/en/about/overview.html> [acesso em 14 de junho de 2019].
86. Greif, A. (2006) *Institutions and the Path to the Modern Economy: Lessons from Medieval Trade*. New York: Cambridge University Press.
87. Grieco, J. (1988) "Anarchy and the Limits of Cooperation: A Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism" *International Organization*. 42(3), pp.485-507.
88. Grimm, S., Rank, R., Schickerling, E. e McDonald, M. (2011) *Transparency of Chinese Aid: An analysis of the Published Information on Chinese External Financial Flows*. Stellenbosch, South Africa: Centre for Contemporary Chinese Studies.
89. Gu, J. (2009) "China's Private Enterprises in Africa and the Implications for African Development" *European Journal of Development Research*. 21, pp. 570-587.
90. Harbeson, J. (2000) "Externally-Assisted Democratization: Theoretical Issues and African Realities" in Harbeson, J. e Rothchild, D. (eds.) *Africa in World Politics: The African State System in Flux*, Boulder: Westview Press.
91. Harris, J. (2000) "Basic Principles of Sustainable Development". *Metford Global Development and Environment Institute, Working Paper 04*, Tufts University.
92. Helleiner, E. (2006) "Reinterpreting Bretton Woods: International Development and the Neglected Origins of Embedded Liberalism" *Development and Change*. 37(5), pp.943-967.
93. Herath, D. (2009) "The Discourse of Development: Has it Reached Maturity?" *Third World Quarterly*. 30 (8), pp. 1449-1464.
94. Hirschman, A. (1958) *The Strategy of Economic Development*. New Haven, Yale University Press.

95. Hodges, T. (1976). "The Struggle for Angola: How the World Powers Entered a War in Africa" *The Round Table*. 66(262), pp. 173-184.
96. Hodges, T. (2004) *Angola: Anatomy of an Oil State*. Lysaker: Fridtjof Nansen Institute.
97. Holslag, J. (2006) "China's New Mercantilism in Central Africa" *African and Asian Studies*. 5(2), pp. 133-169.
98. Hu, J. (2012) *Report at the Eighteenth National Congress of CCP* (em chinês). http://www.gov.cn/ldhd/2012-11/17/content_2268826.htm [acesso em 14 de junho de 2019].
99. Hu, Y. (1982) *Create a new situation in all fields of socialist construction: report at the Twelfth National Congress of the CCP* (em chinês). http://news.xinhuanet.com//ziliao/2003-01/20/content_697061.htm. [acesso em 14 de junho de 2019].
100. Huang, Q. (1999) *General History of Macau*. Guangzhou: Guangdong Education Publishing House.
101. Huitington, S. (1996) *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Touchstone.
102. Hu, M. e Liu, H. (2012) "Fifty Years of China's Aid to Africa and the Evolution of China's Conception of South-South Cooperation" (em chinês) *China International Studies*. 1, pp.12-28.
103. Ip, K. (2006) "Sobre o Posicionamento de Macau como Plataforma de Ligações Económicas e Comerciais entre a China e os Países Lusófonos" *Administração*. 74 (XIX), pp. 1363-1379.
104. Ip, K. (2007) "As Relações Diplomáticas entre a RPC e os Países de Língua Oficial Portuguesa na Perspectiva do Multilateralismo e o Papel de "Plataforma" de Macau." *Administração*. 78 (XX), pp. 1233-1257.
105. Jackson, S. (1995) "China's Third World Foreign Policy: The Case of Angola and Mozambique, 1961-93" *The China Quarterly*. 142, pp. 388-422.
106. James III, W. (1992) *A Political History of the Civil War in Angola (1974-1990)*. New Jersey: Transaction Publishers.
107. Jepma, C. J. (1991) *The Tying of Aid*. Paris: OECD.
108. Jia, Q. (2005) "Disrespect and Distrust: The External Origins of Contemporary Chinese Nationalism" *Journal of Contemporary China*. 14(2), pp.11-21.
109. Jian, J. (2009) "Chinese Tributary System: Conceptual Structure and Function" *The Journal of International Studies*. 1, pp. 132-143.
110. Jiang, A. (2012) "Mao Zeodng's 'Third World Theory': Its Political Considerations and Significance for the Times" *Social Science in China*. 1, pp. 4-26.
111. Jiang, Z. (2002) *Report at the Sixteenth National Congress of CCP* (em chinês).

- http://www.gov.cn/test/2008-08/01/content_1061490.htm [acesso em 14 de junho de 2019].
112. Kang, D. (2007) *China Rising: Peace, Power, and Order in East Asia*. New York: New York University Press.
 113. Keating, M. (1999) "Regions and International Affairs: Motives, Opportunities and Strategies" *Regional & Federal Studies*. 9-1, pp. 1-16.
 114. Kent, A. (2002) "China's International Socialization: The Role of International Organizations" *Global Governance*. 8(3), pp. 343-364.
 115. Keohane, R. (1984) *After Hegemony: Cooperation and Discord in World Political Politics*. Princeton: Princeton University Press.
 116. Keohane, R. (2012) "Twenty Years of Institutional Liberalism" *International Relations*. 26(2), pp.125-138.
 117. Keohane, R. e Martin, L. (1995) "The Promise of Institutional Theory" *International Security*. 20(1), pp.39-51.
 118. Kertzer, D. (1989) *Ritual, Politics and Power*. Connecticut: Yale University Press.
 119. Khazanov, A. (1986) *Agostinho Neto*. Moscow: Progress Publishers.
 120. Kiala, C. (2010) "China-Angola Aid Relations: Strategic Cooperation for Development?" *South African Journal of International Affairs*. 17(3), pp. 313-331.
 121. Kissinger, H. (1994) *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster Paperbacks.
 122. Krasner, S. D. (1982) "Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables" *International Organization*. 36 (2), pp. 185-205.
 123. Lancaster, C e Dusen, A. (2005) *Organizing U.S. Foreign Aid: Confronting the Challenges of the Twenty-First Century*. Washington: Brookings Institution's Press.
 124. Legouté, J. (2011) "Définir le Développement: Historique et Dimensions d'un Concept Plurivoque". Université du Québec à Montréal, Groupe de recherche sur l'intégration continentale.
 125. Levin, S. (1994) "Perception and Ideology in Chinese Foreign Policy" in Robinson, T.; Shambaugh D. (eds.) *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford: Clarendon Press, pp.30-46.
 126. Levine, S. (1994) "Perception and Ideology in Chinese Foreign Policy" in Robinson, Thomas W.; Shambaugh David (eds.) *Chinese Foreign Policy: Theory and Practice*. Oxford: Clarendon Press, pp.30-46.
 127. Li, J. (1999) "Sino-Soviet Debate and Bilateral Relations" *East European, Russian & Central Asian Studies*. 5, pp. 23-32.

128. Li, K. (2016) *Discurso de Sua Excelência o Primeiro-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China, Senhor Li Keqiang, na Cerimônia de Abertura da 5ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa* (em Chinês) http://www.gov.cn/premier/2016-10/12/content_5117677.htm [21 de Setembro de 2018].
129. Li, L. (2018) “China’s Manufacturing Locus in 2025: With a Compare of ‘Made in China 2025’ and ‘Industry 4.0’” *Technological Forecasting and Social Change*. 135, pp. 66-74.
130. Li, Z. (2002) “Thinking on the Management of Foreign-Exchange Reserve of China” *The Theory and Practice of Finance and Economics*. 23(120), pp. 50-52.
131. Liang, S. (2017) “Reflexões sobre o Posicionamento de Uma Plataforma” (em chinês) *Academic Journal of One Country Two Systems*. 2, 104-111.
132. Luo, Y., Ying, H. e Stephanie, L. (2011) “Guanxi and Organizational Performance: A Meta-Analysis” *Management and Organization Review*. 8(1), pp.139-172.
133. Ma, J. (2008) “Dilemma and Choices in the Bipolar Pattern: Analysis on the Mao Zedong Grand Strategy” *International view*. 4, pp.67-73.
134. MAE – Ministério dos Assuntos Estrangeiros (2000) *Three Visits of Premier Zhou Enlai to Asian and African Countries*. <https://www.fmprc.gov.cn/123/ziliao/wjs/2159/t9010.htm> [acesso em 7 de junho de 2019].
135. Malaquias, A. (2011) “Angola’s Foreign Policy: Pragmatic Recalibrations” *SAIIA Occasional Paper 84*. <https://saiia.org.za/research/angolas-foreign-policy-pragmatic-recalibrations/> [acesso em 23 de maio de 2019].
136. Malaquias, A. (2012) “China is Angola’s New Best Friend - For Now” in Power, M. e Alves, A. (eds.) *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Fahamu: Pambazuka Press, pp. 26-44.
137. Malaquias, A. (2012) “China is Angola’s New Best Friend-For Now” in Power, Alves (eds.) *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Fahamu: Pambazuka Press, pp. 26-44.
138. Mao, Z. (1965a) *Selected Works of Mao Tes-Tung Volume III*. Peking: Foreign Language Press.
139. Mao, Z. (1965b) *Selected Works of Mao Tes-Tung Volume II*. Peking: Foreign Language Press.
140. Mao, Z. (1967) *Selected Works of Mao Tes-Tung Volume I*. Peking: Foreign Language Press.
141. Marcum, J. (1969) *The Angolan Revolution Volume I: Anatomy of an Explosion, 1950–1962*. Cambridge, Massachusetts: MIT.
142. Marcum, J. (1978) *The Angolan Revolution Volume II: Anatomy of an Explosion, 1950–1962*. Cambridge, Massachusetts: MIT.

143. Mason, P. (1962) *Angola: A Symposium, Views of a Revolt*. London: Oxford University Press.
144. Matias, J. (2009) “Macau, China and the Portuguese Speaking Countries”. *Inside/Outside: 60 Years of Chinese Politics*. Hong Kong.
145. Mauss, M. (2002) *The Gift: The Form and Reason for Exchange in Archaic Societies*. London: Routledge.
146. Mawdsley, E. (2011) “The Changing Geographies of Foreign Aid and Development Cooperation: Contributions from Gift Theory” *Transactions of the Institute of British Geographers*. 37 (2), pp. 256-272.
147. MdC - Ministério do Comércio (2004) *Speech of Vice-Premier of the Council of State Wu Bangguo on International Investment Forum*. <http://wss.mofcom.gov.cn/article/a/c/200405/20040500220845.shtml> [acesso em 14 de junho de 2019].
148. MdC - Ministério do Comércio (2018) *List of Recommended Equipments, Materials, and Products for Foreign Aid in Kind Projects* <http://jjhzj.mofcom.gov.cn/article/zwgk/tzgg/201808/20180802779294.shtml> [acesso em 14 de junho de 2019].
149. Men H. (2004) “Peaceful Rise: A Framework for China’s International Strategy” *World Economics and Politics*. 6, pp. 14–19.
150. Mendes, C. (2010) "A China e a Cooperação Sul-sul" *Relações Internacionais*. 26, pp. 39-46.
151. Mendes, C. (2013a) “Macau 500 Anos Depois: a Plataforma da China para o Mundo Lusófono” *Revista Oriente*. 22, pp. 44-59.
152. Mendes, C. (2013b) “A Relevância do Fórum de Macau: O Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” *Nação e Defesa*. 134, pp. 279-296.
153. Mendes, C. (2014) "Macau in China's Relations with the Lusophone World" *Revista Brasileira de política Internacional*. 57, pp. 225-242.
154. Ministério do Planeamento (2003) *Estratégia de Combate à Pobreza: Reinscrição Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica*. Luanda: Ministério do Planeamento.
155. Ministry of Foreign Affairs of Republic of China (Taiwan) (2016) *The ROC Government Has Terminated Diplomatic Relations with São Tomé and Príncipe with Immediate Effect to Uphold National Dignity*. https://www.mofa.gov.tw/en/News_Content.aspx?n=1EADDCCFD4C6EC567&s=0DAB5E49E5B99AE1 [acesso em 14 de outubro de 2018].
156. Modi, R. (2011) *South-South Cooperation: Africa on the Centre Stage*. New York: Palgrave Macmillan.
157. MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola (2019) *História: O Partido da Verdade, de*

- Liberdade e do Povo*. <http://m.mpla.ao/mpla/historia> [acesso em 17 de maio de 2019].
158. North, D. (1990) *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. New York: Cambridge University Press.
159. Nye, J. (2005) *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs.
160. OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2018) *Net ODA*. <https://data.oecd.org/oda/net-oda.htm> [acesso em 23 de maio de 2019].
161. OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2019) *Development Assistant Committee*. <http://www.oecd.org/dac/development-assistance-committee/> [acesso em 23 de maio de 2019].
162. OCDE (2006) *2005 Development Co-operation Report. Volume 7, No. 1*. Paris: OECD.
163. OEC - Observatory of Economic Complexity (2018a) *Where does China Export to Angola?* https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/chn/all/show/2017/ [acesso em 14 de junho de 2019].
164. OEC - Observatory of Economic Complexity (2018b) *Where does China Import Crude Petroleum from?* https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/import/chn/show/2709/2017/ [acesso em 14 de junho de 2019].
165. OEC - Observatory of Economic Complexity (2018c) *Where does Angola Export Crude Petroleum to?* https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/tree_map/hs92/export/ago/show/2709/2002/ [acesso em 14 de junho de 2019].
166. Ogunsanwo, A. (1974) *China's Policy in Africa, 1958-1971*. Cambridge: Cambridge University.
167. Orlik, T. (2008) "Who Has the Most to Lost if China's Trade Ambition Succeeds?" *Bloomberg Businessweek* (30 de outubro de 2018). <https://www.bloomberg.com/news/features/2018-10-30/who-has-the-most-to-lose-if-china-s-trade-ambition-succeeds> [acesso em 14 de junho de 2019].
168. Oya, C (2011) Comunicação no Seminário "China como fonte de financiamento para África: hipóteses, mitos e realidades no desenvolvimento africano" ISEG, Lisboa: 6 de maio 2011.
169. Pascoal, A. (2013) *Impacto da Cooperação Angola-China na Construção de Infraestruturas e no Desenvolvimento Social e Económico*. Tese de mestrado em relações internacionais e estudos europeus. Universidade de Évora. <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/17703/1/Ana%20Mititi%20Final-19Fev%202014.pdf> [acesso em 23 de maio de 2019].
170. Paulo, S. (2014) *International Cooperation and Development: A Conceptual Overview*. Bonn: *Deutsches Institut für Entwicklungspolitik*. https://www.die-gdi.de/uploads/media/DP_13.2014..pdf. [acesso em 23 de maio de 2019].

171. Pei, J. (1989) *Study Zhou Enlai: Diplomatic Thoughts and Practice* (em chinês). Beijing: World Affairs Press.
172. People's Daily (9 de julho de 1971) *Youth Delegation of Angolan People's Liberation Movement Arrived at Beijing* (em chinês. <http://data.people.com.cn/rmrb/19710709/6> [acesso em 17 de maio de 2019]).
173. Peter, C. (2017) *Understanding China's Belt and Road Initiative*. Lowy Institute for International Policy. <https://think-asia.org/handle/11540/6810> [acesso em 14 de junho de 2019].
174. Pezzini, M (2011) Address of the Director of the OECD Development Center at the launch of "African Economic Outlook 2011" em Lisboa, 6 de junho 2011.
175. Pieterse, J. (2011) "Global Rebalancing: Crisis and the East-South Turn" *Development and Change*. 42(1), pp.24-48.
176. Piteira, C. (2007) "As Potencialidades de Macau no Eixo da Relações Bilaterais entre a República Popular da China e os Países de Língua Portuguesa" *Daxiyangguo*. 11, pp. 3-18.
177. Plataforma (6 de outubro de 2014) *Profissão e Inadaptação a Portugal Trouxe Angolanos a Macau*. <http://www.plataformamacau.com/macau/profissao-e-inadaptacao-a-portugal-trouxe-angolanos-a-macau/> [acesso em 14 de outubro de 2018].
178. PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2004) *Human Development Report 2004: Cultural Liberty in Today's Diverse World*. New York: UNDP.
179. PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2005) *Economic Report on Angola in 2002-2004*. Luanda: UNDP Angola.
180. PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019) *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html> [acesso em 23 de maio de 2019].
181. Qin Y. (1998) "International Institutions and International Cooperation (em chinês)" *Journal of Foreign Affairs College*. 1, pp. 40-47.
182. Qin, Y. (2009) "Development of International Relations Theory in China" *International Studies*. 46(1-2), pp.185-201.
183. Qin, Y. (2011) "Development of International Relations Theory in China: Progress through Debates" *International Relations of the Asia-Pacific*. 11, pp. 231-257.
184. Qin, Y. (2018) *A Relational Theory of World Politics*. New York: Cambridge University Press.
185. Ramos, J. (2004) *The Beijing Consensus*. London: Foreign Policy Center.
186. Raposo, P. e Potter, D. (2010) "Chinese and Japanese Development Co-operation: South-South, North-

- South, or What?" *Journal of Contemporary African Studies*. 28(2), pp.177-202.
187. Ren, X e Liu, H. (2017) *China's Foreign Aid: Theory and Practice*. Shanghai: Truth & Wisdom Press.
188. Rescher, N. (1996) *Process Metaphysics: An Introduction to Process Philosophy*. New York: State University.
189. Revista Macau (22 de agosto de 2018) *Uma nova ponte entre China e Angola*. <http://www.revistamacau.com/2018/08/22/uma-nova-ponte-entre-china-e-angola/> [acesso em 14 de outubro de 2018].
190. Roberto, H. (1967) "On Communism and Africa" *The Afcan Liberation Reader*. 2, pp. 101.
191. Sant'Ana, M. (2008) "The Evolution of the Concept of Development: From Economic Growth to Human Development". *Inter-University Attraction Pole Working Paper*.
192. SCIO - The State Council Information Office of the People's Republic of China (2000) *Human Rights Situation in China* (em Chinês) <http://www.scio.gov.cn/zfbps/ndhf/1991/Document/308017/308017.htm> [Acesso em 15 de Nov. de 2018].
193. SCIO – The State Council Information Office of the People's Republic of China (2011) *China's Foreign Aid*. <https://www.scio.gov.cn/zxbd/nd/2011/Document/896900/896900.htm>. [acesso em 23 de maio de 2019].
194. SCIO – The State Council Information Office of the People's Republic of China (2014) *China's Foreign Aid (2014)*. <https://www.scio.gov.cn/zfbps/ndhf/2014/Document/1375014/1375014.htm> [acesso em 23 de maio de 2019].
195. Shen, Z. (2015) *Reviewing and Reconsidering the History of Sino-Soviet Relations 1917-1991*. Beijing: Social Science Academic Press.
196. Shinn, D. e Eisenmann, J. (2012) *China and Africa: A Century of Engagement*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
197. Spikes, D. (1993) *Angola and the Politics of Intervention*. Jefferson, North Carolina: McFarland.
198. State Administration of Foreign Exchange (2018) *Foreign Exchange Reserves (1950-2019)* <http://www.safe.gov.cn/safe/2018/0612/9313.html> [acesso em 14 de junho de 2019].
199. Steenkamp, W. (1983) *Borderstrike: South Africa into Angola*. Durban: Butterworth.
200. Su, C. (1997) "From National Security to World Security (in Chinese)" *Europe*. 1, pp. 39-52.
201. Su, C. (2000) *Global Public Goods and International Cooperation: An Analysis of Institutions (in Chinese)*. Shanghai: Shanghai People's Publishing House.
202. Su, C. (2002) "China and International Regimes: A Research Agenda" *World Economics and Politics*. 10,

- pp. 6–15.
203. Su, X. (2011) “Revolution and Reform: The Role of Ideology and Hegemony in Chinese Politics” *Journal of Contemporary China*. 20(69), pp. 307-326.
204. Sumner, A. e Tribe, M. (2004) “The Nature of Epistemology and Methodology in Development Studies: What Do We Mean by ‘Rigour’” in Development Studies Association Annual Conference. <https://pdfs.semanticscholar.org/2b74/c78a8892e5edba380df3ae7b41ad2311fce2.pdf> [acesso em 23 de maio de 2019].
205. Sun Yat-sen Studies Database (2018) *Estratégia da Liga Chinesa Unida para a Revolução e Declaração do Governo Militar* (em Chinês). <http://sunology.culture.tw/cgi-bin/g32/gswweb.cgi/ccd=0R2xxA/record?r1=1&h1=0> [17 de novembro de 2018].
206. Sun, J. (2001) “A Study on the Unique Features of Macao Religious Culture” *Journal of South China University of Technology (Social Science Edition)*. 4, pp. 36-39.
207. Swaine, M. e Harry, D. (1995) *China: Domestic Change and Foreign Policy*. Santa Monica, California: RAND.
208. Taylor, I. (2006) *China and Africa: Engagement and Compromise*. Oxon: Routledge.
209. The Economist (2012) *The Rise of State Capitalism*. <https://www.economist.com/leaders/2012/01/21/the-rise-of-state-capitalism> [acesso em 14 de junho de 2019].
210. Thomas, A. (2004). “The Study of Development” in DSA Annual Conference. 6 de novembro de 2004 London: Church House.
211. Tian, X. (5 de outubro de 2018) *Porque é que a China continua a apostar em África?* <https://www.plataformamedia.com/pt-pt/opiniao/interior/porque-e-que-a-china-continua-a-apostar-em-africa-9959422.html> [acesso em 14 de outubro de 2018].
212. Turabian, K. (2007) *A Manual for Writers of Research Papers, Theses, and Dissertations*. Chicago: The University of Chicago Press.
213. Tvedten, I. (1997) *Angola: Struggle for Peace and Reconstruction*. New York: Routledge.
214. União Europeia (1995) *Brussels Round Table Pledges a Thousand Million Dollors for the Reconstructions of Angola*. http://europa.eu/rapid/press-release_IP-95-1051_en.htm [acesso em 14 de junho de 2019].
215. UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola (2019) *Bibliografia do Dr. Jonas Malheiro Savimbi*. <http://www.unitaangola.com/PT/affiartinouv4.awp?pArticle=13536> [acesso em 17 de maio de 2019].

216. USAID (2019) *Foreign Aid Explorer Trend*. <https://explorer.usaid.gov/aid-trends.html> [acesso em 14 de junho de 2019].
217. Van der Waal, W. (1993) *Portugal's War in Angola, 1961-74*. Rivonia, South Africa: Ashanti Publishing.
218. Vines, A., Wong, L., Weimer, M. e Campos, I. (2009) *Thirst for African Oil: Asian Nation Oil Companies in Nigeria and Angola*. London: Chatham House.
219. Waltz, K. (1979) *Theory of International Politics*. Readings: Addison-Wesley.
220. Wang, Y. (1995) *Analyzing Contemporary International Politics (in Chinese)*. Shanghai: Shanghai People's Publishing House.
221. Wang, Y. (2003) *Constructing Relations through Adjusting: A Multi-Faceted Study of the Relations between China and International Organizations (in Chinese)*. Beijing: China's Development Press.
222. Wang, Z. (2012) *Never Forget National Humiliation: Historical Memory in Chinese Politics and Foreign Relations*. New York: Columbia University Press.
223. Weimer, M. e Vines, A. (2012) "China's Angolan Oil Deals 2003-11" in Power, M. e Alves, A. (eds.) *China and Angola: A Marriage of Convenience?* Fahamu: Pambazuka Press, pp. 85-104.
224. Wendt, A. (1999) *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
225. Wheeler, D. e Pelissier, R. (1971) *Angola*. London: Pall Mall.
226. Wikipedia (2019a) *Shijutu* (em chinês). <https://zh.wikipedia.org/wiki/時局圖> [acesso em 7 de junho de 2019].
227. Wikipedia (2019b) *TAZARA Railway*. https://en.wikipedia.org/wiki/TAZARA_Railway. [acesso em 14 de junho de 2019].
228. Wikipedia (2019c) *Three Rules of Discipline and Eight Points for Attention*. https://en.wikipedia.org/wiki/Three_Rules_of_Discipline_and_Eight_Points_for_Attention
229. Winter, P. e Wilson, E. (2010) Global China: Converging or Diverging from International Norms. *Harvard International Review Web Perspectives*, 26 October. <http://hir.harvard.edu/global-china-0>. [acesso em 23 de maio de 2019].
230. Wolfers, M. e Bergerad, J. (1983) *Angola in the Front-Line*. London: Zed.
231. Worldwide Governance Indicators (2019) *The Worldwide Governance Indicators Project*. <https://info.worldbank.org/governance/wgi/#home> [acesso em 14 de junho de 2019].
232. Wu, L. (1999) *Ten Years' Debate: Memories of Sino-Soviet Relations in 1956-1966* (in Chinese). Beijing: Central Party Literature Press.
233. Wu, S. e Chen, W. (2002) "History and Characteristics of Macau Population Variety in Ming and Qing

- Dynasty” *Southeast Asian Studies*. 3, pp. 56-29.
234. Xinhua News Agency (17 de janeiro de 1980) *All Countries Mobilized to Sanction Soviet Aggressors*. <http://www.photomall.info/cn/security/detail.do?sw=&docId=1142191&libId=9&docType=1&cid=&ct> = [acesso em 17 de maio de 2019].
235. Xinhua News Agency (4 de setembro de 2018) *Full Text of Chinese President Xi Jinping's Speech at Opening Ceremony of 2018 FOCAC Beijing Summit*. https://focacsummit.mfa.gov.cn/eng/zxyw_1/t1591508.htm [acesso em 20 de novembro de 2018].
236. Yan, X. (1996) *An Analysis of China's National Interests* (em Chinês). Tianjin: Tianjin People's Publishing House.
237. Yan, X. (2008) “Xun Zi's Thoughts on International Politics and Their Implications” *Chinese Journal of International Politics*. 2, pp. 135–165.
238. Yan, X. (2016) *Redistribution of World Power: Political Leadership and Strategic Competition*. Beijing: Peking University Press.
239. Yang, G. (1993) “Social Orientation of the Chinese: A Social Interaction Viewpoint” in Yang G. e Yu A. (ed.) *In Psychology and Behavior of the Chinese: Idea and Method*. Taipei: Laureate Publishing Co.
240. Yang, Y. (2009) “Guanxilization or Categorization: Psychological Mechanisms Contributing to the Formation of the Chinese Concept of Us” *Social Sciences in China*. 30(2), pp.49-67.
241. Zhang, H. (2009) “The Periodization of Chinese Modern History and Contemporary History” (em chinês) *publicado em 20 de novembro 2009 em People's Daily Online*. <https://web.archive.org/web/20120606173025/http://theory.people.com.cn/GB/10413662.html>
242. Zhang, L. (2018) “On the Marxist Connotation of Seeking Truth from Facts: The Revolution of the Ideological Line of the Communist Party of China” *Studies on Marxist Theory in Higher Education*. 3, pp.31-40.
243. Zhao, S. (2015) “Rethinking the Chinese World Order: The Imperial Cycle and the Rise of China” *Journal of Contemporary China*. 24(96), pp.961-982.
244. Zhao, T. (2008) “An Introduction to All-Under Heaven System” *World Economics and Politics*. 10, pp. 57-65.
245. Zhao, T. (2016) *A Possible World of All-under-heaven System: The World Order in the Past and for the Future*. Beijing: CITIC Press Group.
246. Zhao, Z. (1987) *Report at the Thirteenth National Congress of CCP* (em chinês). http://www.gov.cn/test/2008-07/01/content_1032279.htm [acesso em 14 de junho de 2019].

247. Zheng, B. (2003) 'China road of peaceful rise and the future of Asia', speech at the Bo'ao Asia Forum, <http://www.southcn.com/nflr/11zhuanti/hpjq/sdcs/2004051000998.htm>, accessed on 31 março, 2019.
248. Zheng, B. (2005) *China's Peaceful Rise: Speeches of Zheng Bijian 1997–2005*. Washington, DC: Brookings Institution Press.
249. Zheng, Z. (2000) "Enlightenment by the History of the Population Development of Macau" *South China Population*. 15(1), pp.14-18.
250. Zhou, D. e Li, J. (2007) "The Aboriginal Portuguese in Macao: Their Adaptation and Ethnic Identity after Macao's Return" *Open Times*. 2, pp. 124-138.